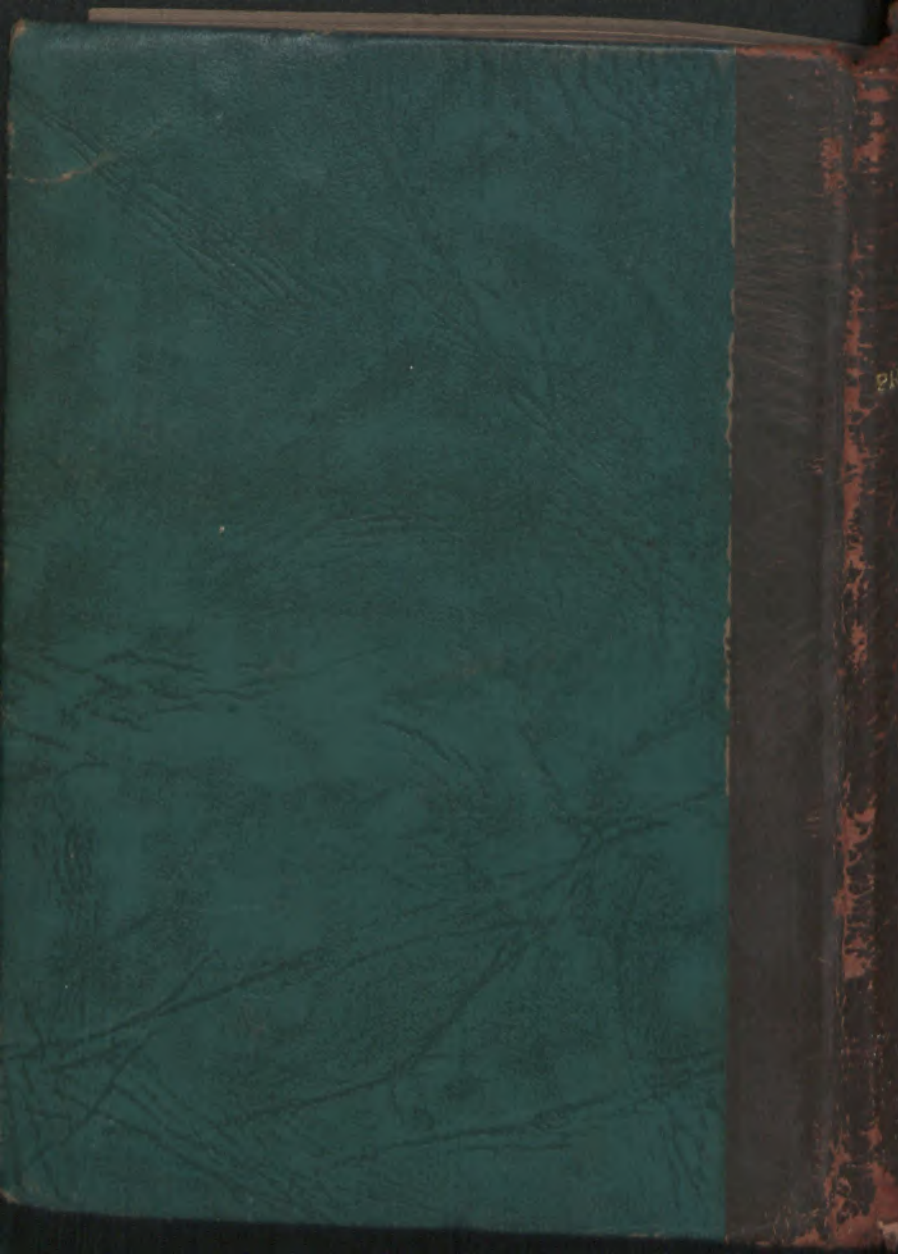
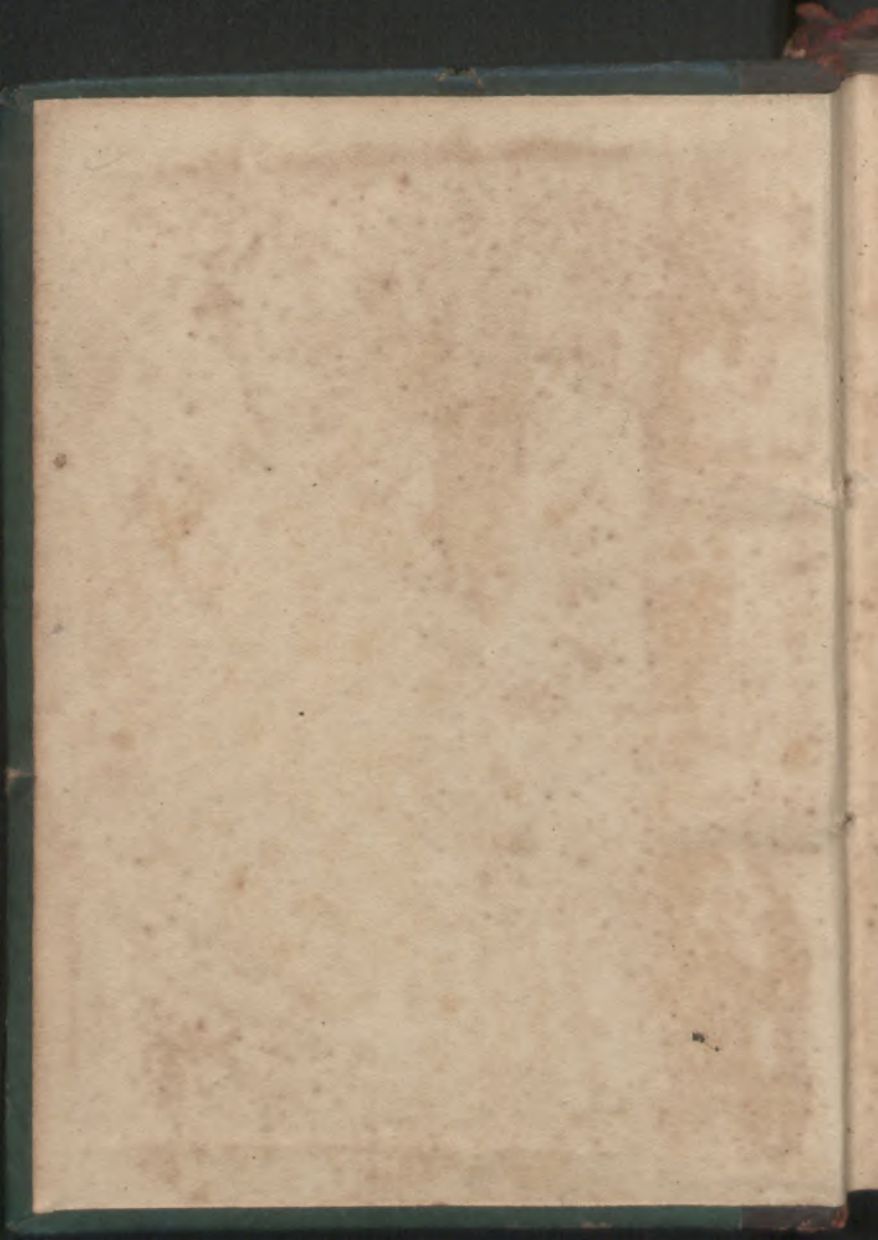






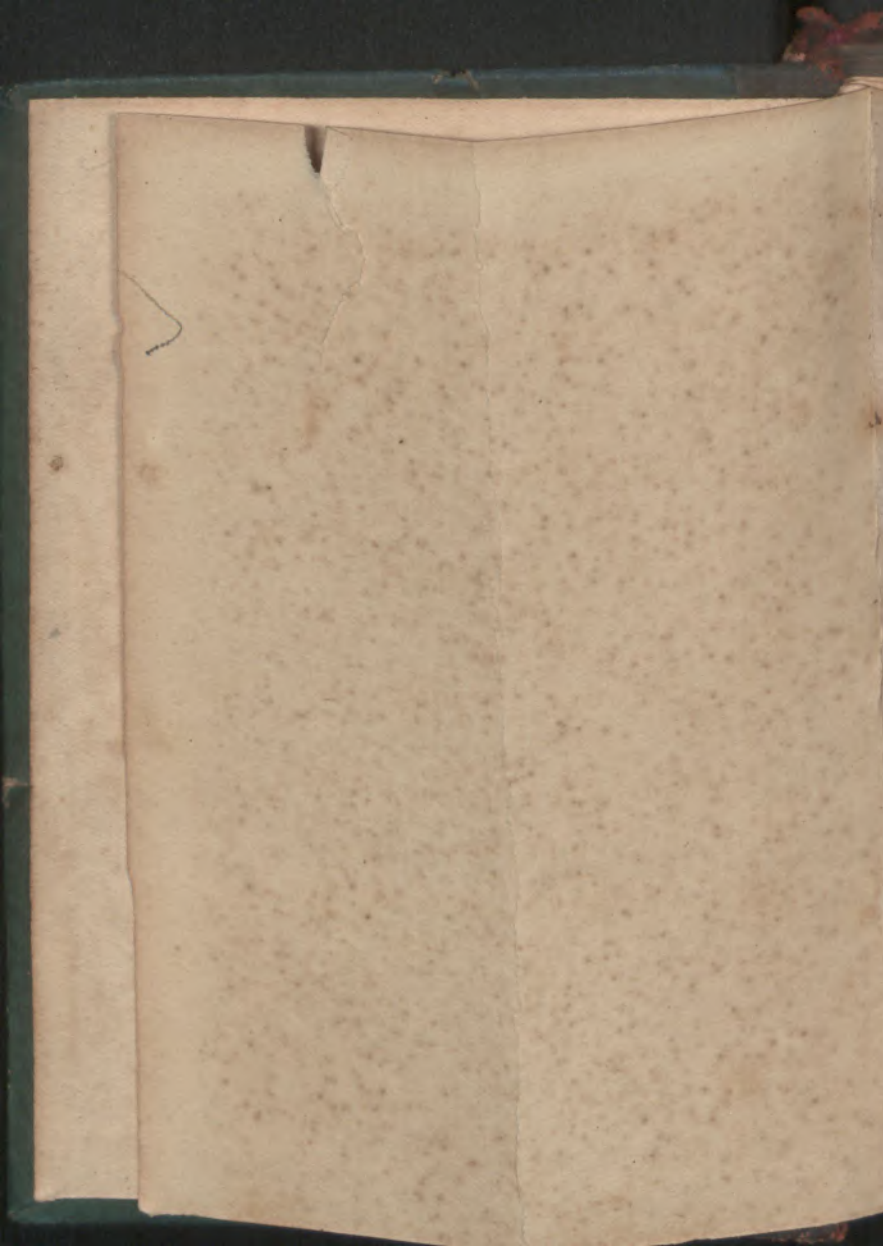


F. D. R.

PROGRAMAS

1949





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

1.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO  
DIREITO

*Prof. Dr. José Joaquim de Almeida*

1 9 4 9

FAKLTADK DE DIRITTO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA CADERA

DO  
1.º ANO

NO CURSO DE BACHARELADO

INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO  
DIRITTO

Prof. Dr. José Joaquim de Almeida

1940

1.<sup>a</sup> CADEIRA

*INTRODUÇÃO À CIÊNCIA DO DIREITO*

Dr. JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA  
Professor Catedrático

NOÇÕES GERAIS

- 1) — A sociedade. O Estado. Os grupos sociais.
- 2) — As regras de conduta social.
- 3) — As normas jurídicas.
- 4) — O conceito do Direito.

- 5) — Ciência e arte no Direito.
- 6) — A técnica jurídica.
- 7) — As diversas accepções do Direito. O Direito objetivo e o subjetivo.
- 8) — O direito positivo e suas divisões.
- 9) — O direito natural. Conceito antigo e moderno.

## II — FONTES DO DIREITO

- 10) — Noção de fontes do Direito. Classificação. Fontes formais e materiais.
- 11) — A Lei.
- 12) — O Costume.
- 13) — A Jurisprudência.
- 14) — A Doutrina.
- 15) — O fato jurídico.
- 16) — O ato jurídico.



### III — DIREITO ESCRITO E SUA APLICAÇÃO

- 17) — O ato ilícito. A responsabilidade objetiva.
- 18) — A lei e a sua sanção. Classificação das leis.
- 19) — A formação das leis. Outras formas do Direito escrito: O Decreto, o Decreto-Lei, o Regulamento etc.
- 20) — Início e fim da obrigatoriedade das leis. A ignorância das leis. A revogação e suas espécies.
- 21) — Limites no tempo à obrigatoriedade das leis. O direito adquirido.
- 22) — Limites no espaço à obrigatoriedade das leis.
- 23) — A hierarquia das leis. A constitucionalidade das leis.
- 24) — A codificação das leis.
- 25) — A lei e costume. Relações.

#### IV — RAMOS DO DIREITO POSITIVO

- 26) — O problema da divisão do direito positivo.
- 27) — O Direito Constitucional.
- 28) — O Direito Administrativo.
- 29) — O Direito Penal.
- 30) — O Direito Judiciário Civil e Penal.
- 31) — O Direito Internacional Público.
- 32) — O Direito Internacional Privado.
- 33) — O Direito Civil.
- 34) — O Direito Comercial.
- 35) — Outros ramos do direito positivo.

#### V — INTERPRETAÇÃO JURÍDICA

- 36) — Conceito de interpretação. Ciência e arte. Desenvolvimento histórico.
- 37) — Os dois aspectos da interpretação: a)

quanto ao método; b) quanto ao poder de interpretar.

- 38) — Principais teorias sôbre interpretação jurídica.
- 39) — O sistema tradicional de interpretação. A escola de exegese.
- 40) — O sistema histórico-evolutivo de interpretação. A escola do direito livre.
- 41) — O sistema teleológico de interpretação. A escola positiva.
- 42) — Compreensão atual da interpretação jurídica. Os fins sociais e as exigências do bem-comum na aplicação da lei.
- 43) — A unidade fundamental da interpretação.
- 44) — A interpretação quanto à origem.
- 45) — A interpretação quanto aos seus elementos. A interpretação gramatical.
- 46) — A interpretação lógica.
- 47) — A interpretação sistemática e histórica.

- 48) — A interpretação quanto aos efeitos.
- 49) — A interpretação das leis excepcionais e das leis restritivas de direitos.
- 50) — Os novos métodos interpretativos nos diversos ramos do direito positivo.
- 51) — Regras de interpretação. Valor das disposições legislativas, sobre interpretação. Os brocárds.
- 52) — A integração das normas jurídicas. A interpretação extensiva. A analogia. Os princípios gerais de direito. A equidade.
- 53) — Influência do regime liberal sobre a interpretação.
- 54) — Influência dos regimes totalitários sobre a interpretação.
- 55) — Influência do regime social-democrático sobre a interpretação.
- 56) — A soberania da lei e a missão do Juiz.



## VI — DIREITO SUBJETIVO

- 57) — O direito subjetivo e seus elementos integrantes.
- 58) — O sujeito do direito.
- 59) — A pessoa.
- 60) — A pessoa-natural. Personalidade e capacidade.
- 61) — A pessoa-jurídica. Os dois tipos fundamentais. Classificação.
- 62) — O problema da existência das pessoas-jurídicas. A personalidade e a capacidade.
- 63) — O objeto dos direitos. Os bens ou coisas.
- 64) — Classificação dos bens.
- 65) — A relação-jurídica. Os direitos absolutos e relativos. Os direitos reais e pessoais.
- 66) — A garantia dos direitos. A ação judicial. A defesa privada. A execução.



## VII — EVOLUÇÃO JURÍDICA

- 67) — Formação histórica e desenvolvimento do direito.
- 68) — A evolução do direito. Leis que a presidem.
- 69) — Fatores que colaboram para a evolução jurídica.
- 70) — As instituições jurídicas fundamentais no seu desenvolvimento. A personalidade.
- 71) — A família.
- 72) — A propriedade.
- 73) — As obrigações.
- 74) — As sucessões.
- 75) — A evolução do Direito Penal.
- 76) — A evolução do Direito Processual.

## VIII — HISTÓRIA DO DIREITO

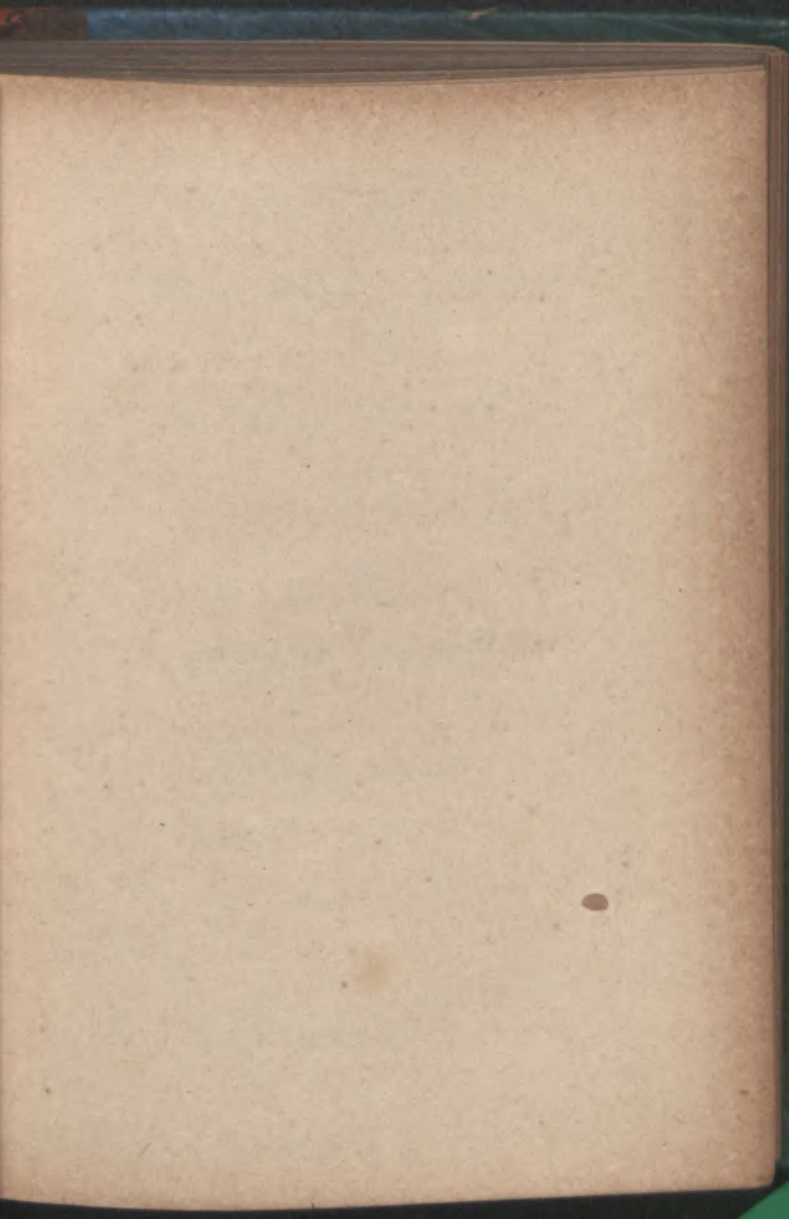
- 77) — A História do Direito. Conceito. Divisão. Função.

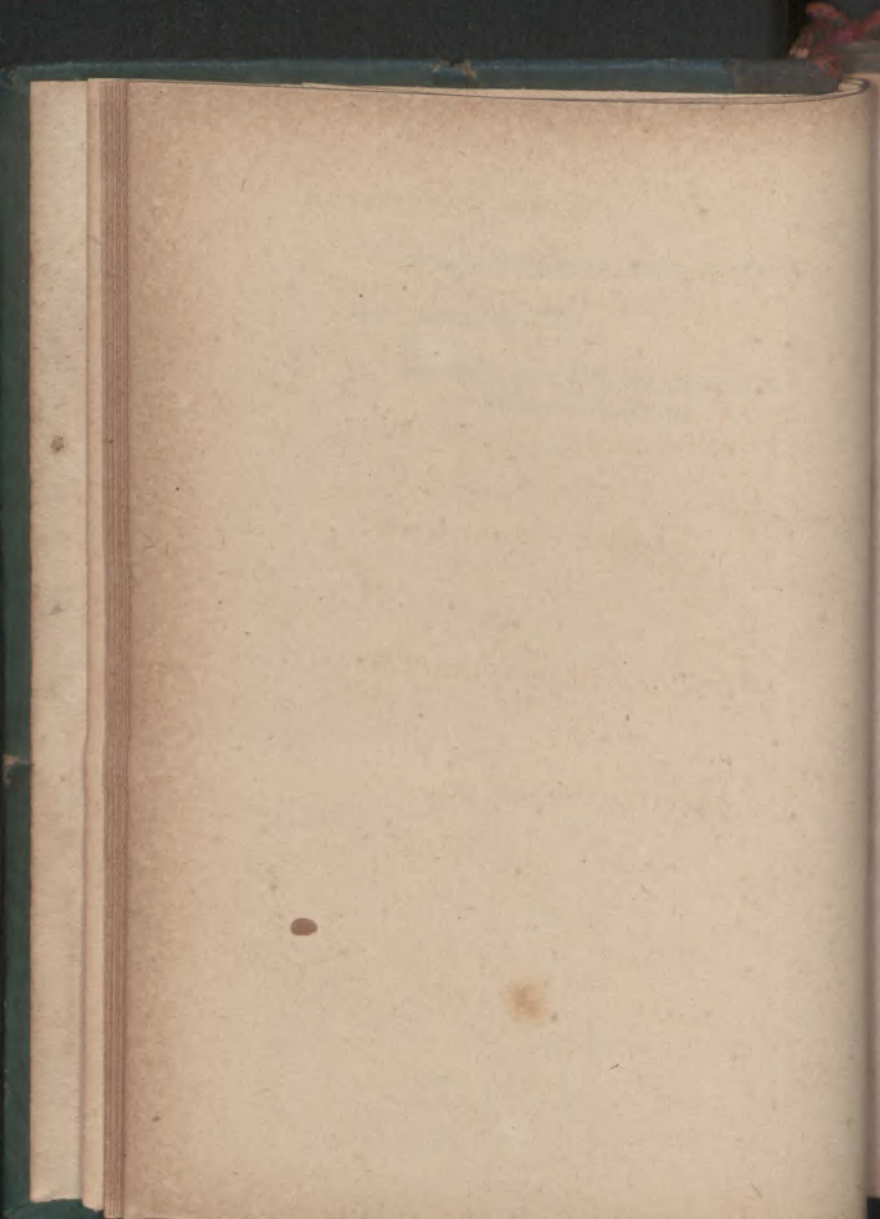
- 78) — Fontes da História do Direito. Método. Utilidade.
- 79) — O Direito da mais alta antiguidade até o Direito Grego.
- 80) — O direito na Grécia antiga.
- 81) — O Direito Romano. Sua influência no direito dos outros povos. Sua projeção no direito atual.
- 82) — O Direito Germânico.
- 83) — O Direito Canônico.
- 84) — A Revolução Francesa e as legislações que se seguiram.
- 85) — O Direito Anglo-Americano.
- 86) — O Direito Português.
- 87) — O Direito Brasileiro, do descobrimento ao Império.
- 88) — O Direito Brasileiro do Império.
- 89) — O Direito Brasileiro da República.

90) — As novas tendências do Direito Brasileiro.

Recife, janeiro de 1949.

Dr. JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA  
Professor Catedrático







FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

1.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

*ECONOMIA POLÍTICA*

*Prof. Dr. Arnóbio Graça*

1 9 4 9

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

1.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

ECONOMIA POLITICA

Prof. Dr. Amélio Graça

1942

2.<sup>a</sup> CADEIRA

*ECONOMIA POLÍTICA*

Prof. ARNÓBIO GRAÇA

*Primeira Parte*

- 1 — O pensamento econômico na antiguidade:  
Platão e Aristóteles. As idéias econômicas  
em Roma.
- 2 — O pensamento econômico na idade média:  
a influência aristotélica e os doutores da

Igreja. Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Oresme.

- 3 — O mercantilismo e o fisiocratismo. A escola clássica: Smith, Ricardo, Stuart Mill e Say.
  - 4 — O capitalismo: história e princípios fundamentais. O capitalismo científico.
  - 5 — O socialismo: evolução e escolas. O socialismo e a burguesia. O marxismo: seus fundamentos filosóficos e econômicos.
  - 6 — O socialismo agrário. O coletivismo e o comunismo. O cristianismo social ou socialismo cristão. O cooperativismo.
  - 7 — A economia matemática. As escolas alemãs. O neo-liberalismo e as místicas econômicas.
  - 8 — Economia e humanismo. As experiências socialistas contemporâneas.
- Segunda Parte*
- 9 — A Economia Política: definição, objeto e divisão. Riqueza e bem econômico. As necessidades humanas.

- 10 — A metodologia da ciência econômica. A Estatística.
- 11 — Produção das riquezas: conceito, fontes e divisão. Natureza. Trabalho: regimes históricos, definição e classificação. Capital.
- 12 — A organização social e científica do trabalho.
- 13 — O intervencionismo do Estado: evolução e formas. A Economia Dirigida: espécies. A Economia Planificada: evolução e experiências. As crises econômicas.
- 14 — A propriedade: evolução histórica e teorias. O salário: definição, divisão e teorias. Os corretivos do salário. O lucro: teorias.
- 15 — A renda. O valor: teorias. Preço.
- 16 — Moeda: evolução, definição, divisão e funções. Valor da moeda: teorias.
- 17 — Moeda metálica. Lei de Gresham. Moeda de papel: espécies.
- 18 — Crédito. Bancos. Os sistemas bancários contemporâneos.



19 — Comércio: evolução, definição e divisão.  
Política comercial: os sistemas.

20 — Consumo. Técnica orçamentária.

*Terceira Parte*

21 — Evolução econômica do Brasil.

22 — Os problemas econômicos do Brasil. Agricultura. Indústria e comércio.

23 — Os problemas do trigo e do café.

24 — Algodão e cana de açúcar.

25 — O Rio São Francisco.

26 — Petróleo.

27 — A siderurgia. O carvão mineral.

28 — Os problemas da borracha, madeiras e de outras atividades extrativas.

29 — A reforma agrária do Brasil.

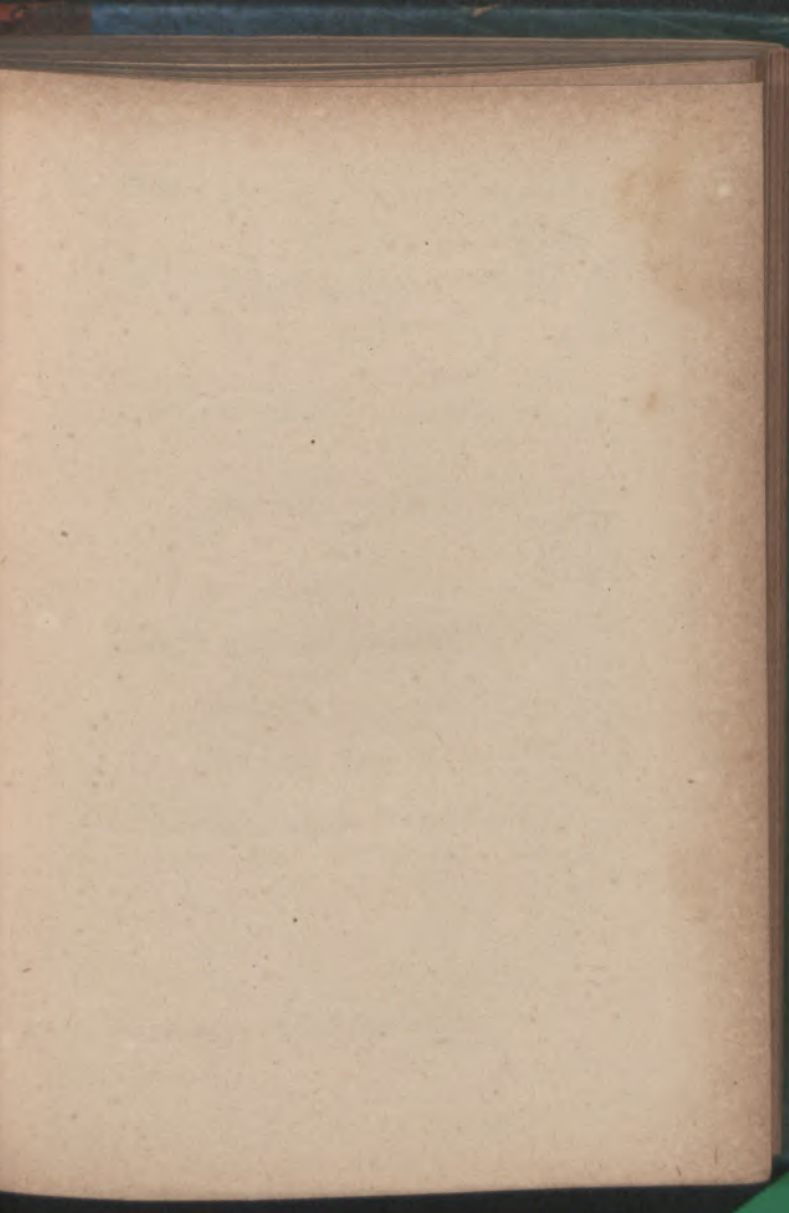
30 — O Plano SALTE e os grandes planos econômicos da atualidade.

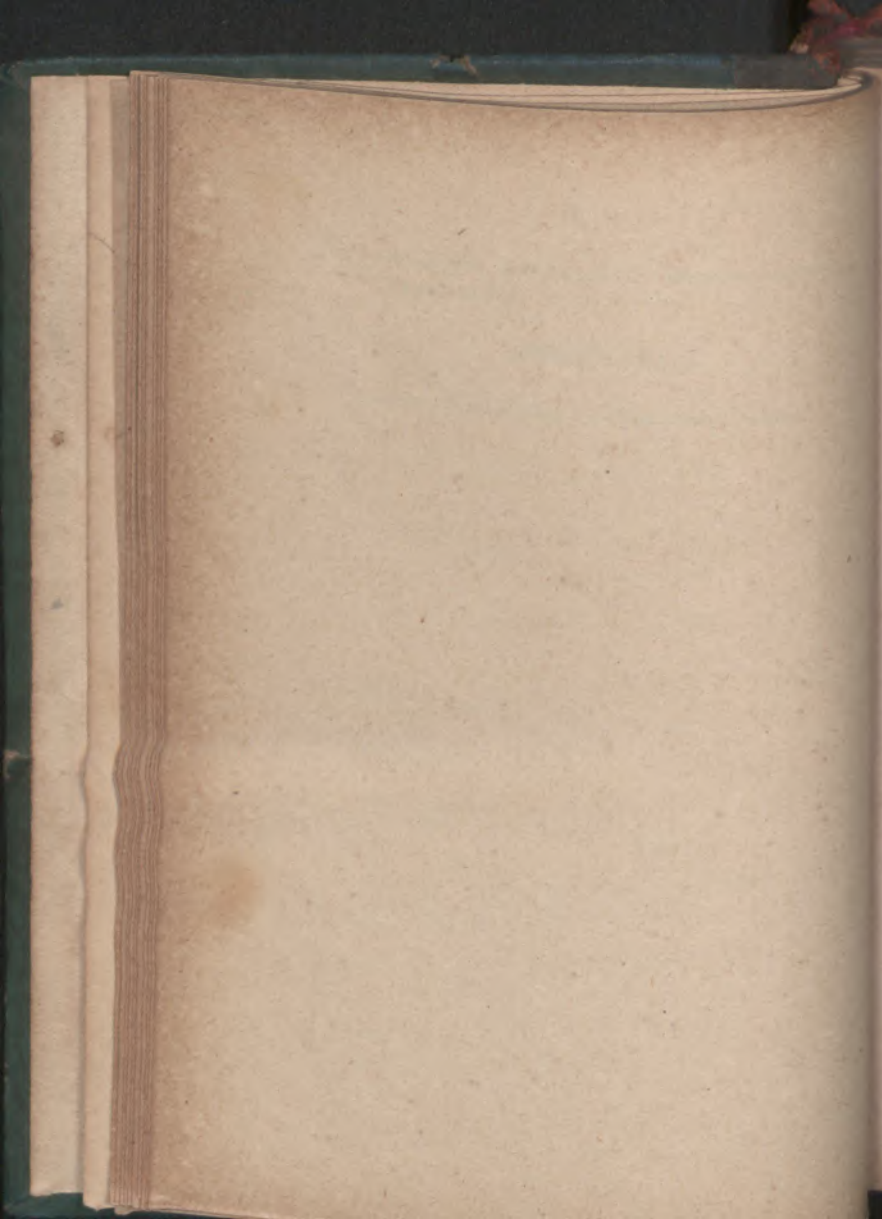
- 31 — As regiões econômicas do país. A renda nacional.
- 32 — A reforma bancária do Brasil.
- 33 — O comércio nacional: evolução e problemas. O comércio interno e externo. Os nossos mercados no exterior. Câmbio.
- 34 — Inflação e deflação. O cruzeiro e o mercado internacional.
- 35 — O problema dos transportes.
- 36 — Os Congressos e as Conferências de caráter econômico realizados em nosso país.
- 37 — Direito Social Brasileiro: aspectos históricos. Os contratos de trabalho.
- 38 — Sindicalismo: análise das várias correntes. O sindicalismo nacional.
- 39 — Seguro Social no Brasil.
- 40 — O cooperativismo em nosso país.
- 41 — A questão do salário. O direito de greve.

42 — A ordem econômica e social na nossa  
Constituição.

ARNÓBIO GRAÇA

Professor Catedrático de Economia Política







FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO  
DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
1.<sup>o</sup> ANO  
DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO ROMANO

*Prof. Dr. Mário Neves Batista*

1949

- 5 — O direito romano depois de Justiniano, no Oriente e no Ocidente.
- 6 — Idéias fundamentais sôbre o Direito. Divisões do Direito. Terminologia dos romanos.
- 7 — Da personalidade em direito. Elementos. — Das pessoas físicas, seus requisitos. — A capacidade de agir.
- 8 — Extinção da personalidade. *Capitis deminutio*.
- 9 — Das pessoas jurídicas.
- 10 — Das cousas e suas divisões. — O patrimônio.
- 11 — Fatos jurídicos em geral. — Átos jurídicos, conceito, espécies, elementos e requisitos.
- 12 — Modalidades dos átos jurídicos.
- 13 — Defeitos dos átos jurídicos.
- 14 — Invalidade dos átos jurídicos.
- 15 — Representação nos átos jurídicos.

- 16 — Noção da família romana e das relações de parentesco.
- 17 — Do matrimônio. Espécies de casamento em Roma. Instituições afins. Os *sponsalia*.
- 18 — Requisitos e efeitos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Dissolução do matrimônio.
- 19 — Do dote e suas espécies. Modos de constituição. Direito dos cônjuges sobre os bens dotais. Da restituição do dote. Da *donatio propter nuptias*. Dos bens parafernais.
- 20 — Da *patria potestas*. Poderes do pai quanto à pessoa e aos bens dos filhos. Da aquisição e extinção do pátrio poder.
- 21 — Da filiação legítima e ilegítima.
- 22 — Da legitimação.
- 23 — Da adoção.
- 24 — Da tutela e suas espécies. Da capacidade para ser tutor e suas excusas.
- 25 — Da administração da tutela: — *negotiorum gestio* e *auctoritatis interpositio*. Poderes

e responsabilidade dos tutores. Da pluralidade dos tutores. Extinção da tutela.

- 26 — Noção e espécies da curatela. Poderes e responsabilidade dos curadores. Comêço e fim da curatela.
- 27 — Dos direitos reais. Conceito e espécies.
- 28 — A posse no Direito Romano, sua natureza e elementos. As diferentes espécies de posse. Da posse de direito e de estado. Da composses.
- 29 — Da aquisição, conservação e perda da posse. Dos efeitos da posse. Direitos e deveres dos possuidores de boa e de má fé.
- 30 — Protecção possessória.
- 31 — Noção do direito de propriedade. História da propriedade romana.
- 32 — Limitação do direito de propriedade. — Da defesa do domínio.
- 33 — Comunhão e condomínio.

- 34 — Da aquisição originária e derivada da propriedade.
- 35 — Ocupação, *thesaurus*, *accessio*, especificação e confusão.
- 36 — Da tradição.
- 37 — Noção e história da prescrição aquisitiva. Requisitos do usucapião. Seus efeitos.
- 38 — Noção do Direito de enfiteuse, seu objeto e sua duração. Direitos e deveres do enfiteuta e do proprietário. Modos de constituição, transmissão e extensão do direito de enfiteuse.
- 39 — O direito de superfície.
- 40 — Noção e requisitos das servidões. As várias espécies de servidões.
- 41 — Direitos e deveres dos proprietários dos prédios dominante e serviente. Da indivisibilidade e da inalienabilidade das servidões. Tutela do direito de servidão.
- 42 — Noção e espécies do usufruto. Do objeto do usufruto. Quasi-usufruto. Direitos e de-



veres do usufrutuário. Da constituição, duração e extinção do usufruto.

- 43 — Do uso, da habitação e do trabalho de escravos e animais.
- 44 — Direitos reais de garantia. Conceito e evolução histórica. A *fiducia*, o *pignus* e a *hipoteca*.
- 45 — O penhor e a hipoteca. Essência, requisitos e objeto.
- 46 — Constituição do direito de penhor e de hipoteca. Direitos do credor pignoratório e hipotecário. Ações hipotecárias e pignoratícias. Extinção do penhor e da hipoteca.
- 47 — Conceito e desenvolvimento histórico da obrigação. Elementos da obrigação.
- 48 — As espécies de obrigações.
- 49 — Das fontes das obrigações em geral.
- 50 — Do contrato — noção, espécies e elementos.

- 51 — A doutrina do quasi contrato. Noção e espécies.
- 52 — Dos atos ilícitos. Dolo e culpa. Reparação do dano.
- 53 — Transmissão das obrigações.
- 54 — Extinção das obrigações.
- 55 — Da sucessão hereditária. Evolução histórica do direito hereditário romano.
- 56 — Da sucessão legítima, no antigo e no novo direito romano. Dos herdeiros necessários. Das colações.
- 57 — Da sucessão testamentária. O testamento e suas espécies. Da capacidade para testar. Da abertura, prova e execução dos testamentos. Da invalidade e da revogação. Dos codicilos.
- 58 — Da instituição de herdeiro. Das substituições.
- 59 — Da aquisição de herança. Aceitação e recusa da *hereditas* e da *bonorum possessio*.

Da *separatio bonorum* e do benefício de inventário.

60 — Noção e história dos legados e fideicomissos. Suas condições. Da aquisição, invalidade e revogação dos legados.

61 — Ligeiras noções sobre o processo e organização judiciária dos romanos.

62 — Das ações e suas divisões.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 15 de Janeiro de 1949.

Dr. MÁRIO NEVES BATISTA  
Professor Catedrático Interino

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

1.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

TEORIA GERAL DO ESTADO

*Prof. Dr. Luiz Pinto Ferreira*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4ª CADEIRA

DO

1º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

TEORIA GERAL DO ESTADO

Prof. Dr. Luiz Pinto Ferreira



4.<sup>a</sup> CADEIRA

PROGRAMA DE "TEORIA GERAL DO  
ESTADO "

Prof. LUIZ PINTO FERREIRA

I

*Introdução*

- 1 — Conceito, tendências e princípios gerais da Teoria Geral do Estado.
- 2 — Relações da Teoria Geral do Estado com as demais ciências, especialmente com a

Sociologia, a Economia Política e o Direito Constitucional.

- 3 — As regras do método político.
- 4 — Conceito do Estado e seus elementos constitutivos.
- 5 — O povo.
- 6 — O território.
- 7 — A soberania.

I I

*O princípio democrático*

- 8 — Formas de govêrno.
- 9 — Monarquia e aristocracia. Conceito e tipos históricos.
- 10 — Conceito e natureza da democracia.
- 11 — Formação histórica e desenvolvimento da democracia.
- 12 — Tipos de democracia: democracia direta, representativa e mista.

- 13 — As instituições da democracia mista: recall, referendum, plebiscito e iniciativa popular.
- 14 — A crise da democracia.
- 15 — A democracia socialista e planificada.
- 16 — O govêrno parlamentar.
- 17 — O govêrno presidencial.
- 18 — O govêrno ditatorial.
- 19 — Os sistemas eleitorais.
- 20 — O sistema eleitoral brasileiro.
- 21 — Os partidos políticos.
- 22 — A evolução dos partidos políticos na república brasileira.

. I I I

*O princípio da legalidade constitucional*

- 23 — Conceito de constituição.
- 24 — Tipos de constituição.
- 25 — Do poder constituinte.

- 26 — Origem das constituições.
- 27 — As bases sociais e econômicas da evolução política brasileira.
- 28 — História constitucional do Império.
- 29 — História constitucional da 1.<sup>a</sup> República.
- 30 — História constitucional da 2.<sup>a</sup> República.
- 31 — As causas sociais e políticas da Ditadura.
- 32 — História, interpretação e crítica da 3.<sup>a</sup> República.
- 33 — O princípio da supremacia da constituição e o contrôlo da constitucionalidade das leis.
- 34 — Revisão, emenda e reforma constitucional.

#### I V

##### *O princípio liberal*

- 35 — Conceito de liberdade.
- 36 — As declarações de direitos.
- 37 — As garantias constitucionais.



- 38 — O estado de sítio e a suspensão das garantias constitucionais.
- 39 — O direito de revolução.
- 40 — A separação e equilíbrio de poderes.
- 41 — Do poder legislativo.
- 42 — Do poder executivo.
- 43 — Do poder judiciário.

V

*O princípio do socialismo*

- 44 — O conceito de socialismo.
- 45 — A igualdade diante da lei.
- 46 — Socialismo e planificação.

V I

*O princípio do federalismo*

- 47 — Formas de Estado: o Estado simples e o Estado composto.



- 48 — Das uniões de Estado.
- 49 — Confederação de Estado.
- 50 — Conceito de Estado federal.
- 51 — A origem do Estado federal.
- 52 — Diversas doutrinas sôbre a natureza jurídica do Estado federal.
- 53 — \* O novo federalismo.
- 54 — A intervenção federal.
- 55 — Do município.

## V I I

### *As tendências do Estado moderno*

- 56 — A revolução bolchevista.
- 57 — A estrutura jurídica do Estado soviético.
- 58 — Estado soviético e planificação económica.
- 59 — A democracia social americana.

60 — O Estado socialista inglês e francês.

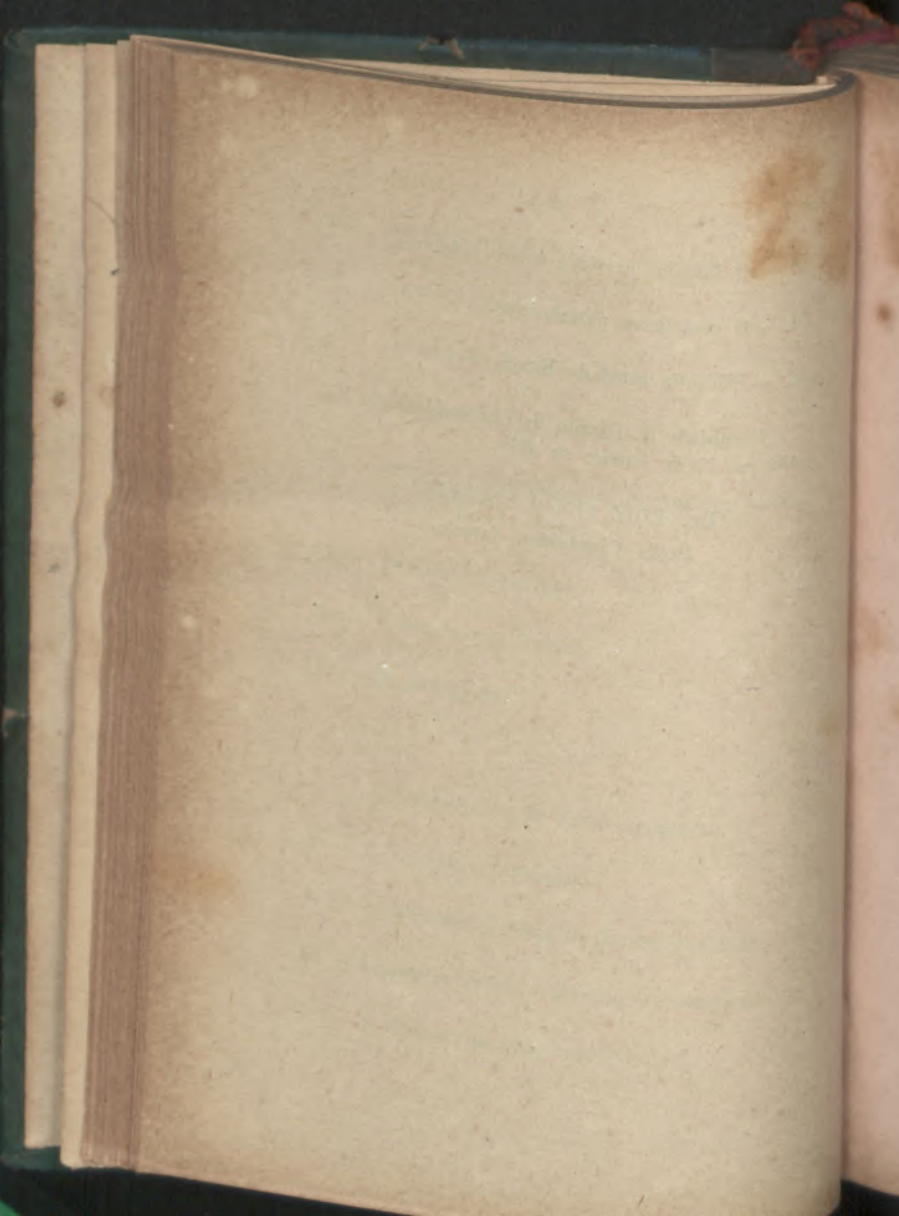
61 — O socialismo parlamentar.

62 — Filosofia geral do Estado.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 13 de janeiro de 1949.

Dr. LUIZ PINTO FERREIRA

Prof. Catedrático Interino



FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
2.<sup>o</sup> ANO  
DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CIVIL

*Prof. Dr. Torquatro Castro*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DO REGISTRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1ª CADERNA

DO

2º ANO

DO CURSO DE DIREITO

DIREITO CIVIL

Prof. Dr. Fernando Costa

1949



1.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO CIVIL*

Prof. TORQUATO CASTRO

*(Parte geral e parte geral das obrigações)*

- 1 — Do direito civil e sua posição no quadro geral do direito. Unidade e pluralidade do direito privado. Classificação do direito civil.
- 2 — Das fontes do direito civil. O costume, a lei e a jurisprudência. O código civil.
- 3 — Da lei e suas espécies. Elaboração da lei. Prazo de obrigatoriedade. Revogação.

- 4 — Dos limites da lei no tempo. Retroatividade da lei.
- 5 — Da interpretação, aplicação e integração das normas jurídicas.
- 6 — Dos limites da lei no espaço. Princípios de direito internacional privado no código civil.
- 7 — Do conceito e natureza do direito privado no sentido objetivo. Objeto, conteúdo e extensão da eficácia do direito privado.
- 8 — Do sujeito do direito. Conceito e espécies das pessoas. Pessoas físicas ou naturais. Início da personalidade. Comorientes.
- 9 — Das pessoas jurídicas. Teorias a respeito.
- 10 — Da classificação das pessoas jurídicas. Sociedades ou associações civis, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção.
- 11 — Das fundações, sua constituição, personalidade, capacidade, administração e extinção. Registro civil e domicílio das pessoas jurídicas.

- 12 — Do objeto do direito em geral e das cousas em particular. Conceito de coisa. Divisões das cousas juridicamente importantes.
- 13 — Do bem de família.
- 14 — Do nascimento, perda e modificação dos direitos.
- 15 — Dos fatos jurídicos em geral. Atos jurídicos, seus elementos, divisões e requisitos.
- 16 — Dos defeitos dos atos jurídicos: êrro, dóló, coação, simulação e fraude de credores.
- 17 — Da modalidade nos atos jurídicos: condição, termo e encargo. Teoria da presunção.
- 18 — Da forma dos atos jurídicos e sua prova.
- 19 — Da nulidade e anulabilidade dos atos jurídicos. Ratificação e conversão.
- 20 — Dos atos ilícitos. Dóló e culpa.
- 21 — Da influência do tempo no nascimento, perda e modificação dos direitos. Prescri-

ção, seu conceito, espécies, fundamento, alegação, renúncia e efeitos.

- 22 — Da suspensão da prescrição, sua natureza,
- 23 — Da interrupção da prescrição, sua natureza, causas e efeitos.
- 24 — Dos prazos da prescrição.
- 25 — Do exercício, concorrência e colisão dos direitos. Violação e proteção dos direitos.
- 26 — Do conceito romano e moderno da obrigação. Elementos da obrigação.
- 27 — Das causas geradoras das obrigações. Declaração unilateral da vontade.
- 28 — Das obrigações civis e naturais.
- 29 — Das obrigações conjuntas, genéricas, alternativas e facultativas.
- 30 — Das obrigações positivas de dar.
- 31 — Das obrigações positivas de fazer e negativas de não fazer.



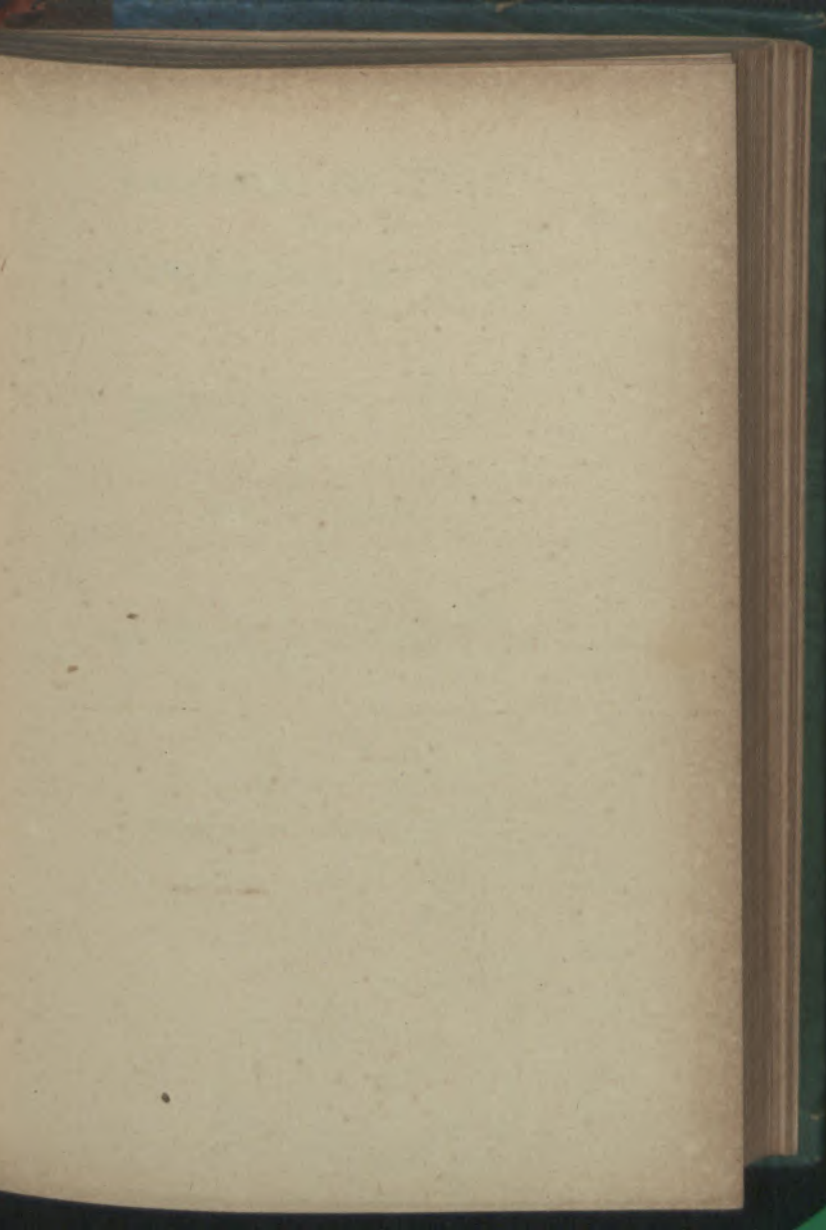
- 32 — Das obrigações divisíveis e indivisíveis.
- 33 — Das obrigações solidárias. Teorias a respeito. Solidariedade ativa e passiva. Causas e efeitos da solidariedade.
- 34 — Das obrigações puras, condicionais e a termo. Obrigações principais e acessórias, líquidas e ilíquidas.
- 35 — Das obrigações com cláusula penal.
- 36 — Dos modos de extinção das obrigações. Pagamento. Pessoas que podem pagar e receber. Objeto, lugar, tempo e prova do pagamento.
- 37 — Da mora, suas espécies, requisitos, efeitos e cessação.
- 38 — Do pagamento indevido e do pagamento por consignação.
- 39 — Do pagamento com subrogação, espécies e efeitos.
- 40 — Da imputação do pagamento. Dação em pagamento.

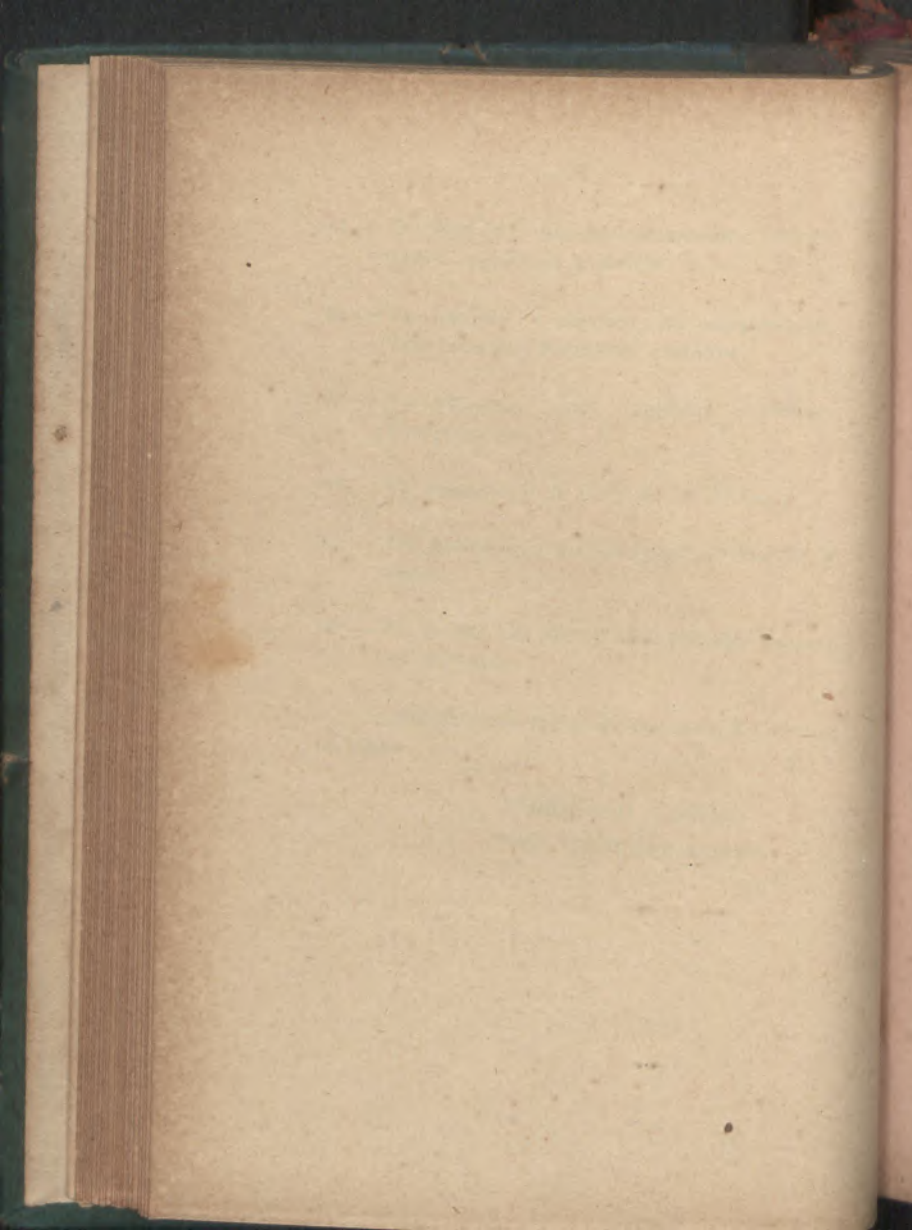


- 41 — Da história e conceito da novação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 42 — Da história e conceito da compensação. Suas espécies, requisitos e efeitos.
- 43 — Da transação, seus requisitos e efeitos. Compromisso.
- 44 — Da confusão e da remissão de dívidas.
- 45 — Da inexecução das obrigações. Perdas e danos.
- 46 — Da cessão de crédito, sua história, requisitos e efeitos.

A matéria será explicada em mais de sessenta lições.

TORQUATO CASTRO  
Prof. Catedrático interino





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO  
  
DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
2.<sup>o</sup> ANO  
*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO PENAL

*Prof. Dr. Barreto Campello*

1 9 4 9

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE ENSINO

DE 2ª CATEGORIA

DO

2º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO PENAL

Paulo de Faria Cavalcanti

1980



2.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO PENAL*

Prof. BARRETO CAMPELLO

*(Parte Geral)*

- 1 — O crime e a pena em sociologia e na história. Exposição e crítica das teorias sobre a legitimidade e extensão do direito de punir. Crimes naturais e legais.
- 2 — Teorias sobre a gênese da criminalidade.
- 3 — Paralelismo entre as condições sociais, o

nível e a fôrma da criminalidade. Sociometria criminal. Aplicação do cálculo de probabilidades à previsão dos índices criminais. Suposta lei de saturação criminal de Ferri.

- 4 — Substitutivos penais.
- 5 — Aspectos da criminalidade no Brasil. Rixa, embriaguês, porte de armas, indisciplina. Vingança de honra e de sangue. Fanáticos e cangaceiros.
- 6 — O Direito Penal como ciência autônoma. Subordinação, por contingência, da lei penal ao paradigma político; suas conexões com outras disciplinas jurídicas, especialmente com o direito internacional e o administrativo. Ciências criminais: antropologia, antropogeografia, sociologia, medicina legal, psicologia judiciária e penologia. Política criminal.
- 7 — Da chamada escola clássica e seus principais expoentes. Conceito do crime e da pena de acôrdo com a escola dita clássica. Neo-clássicos e técnicos-juristas.
- 8 — Escola positiva: precursores, Lombroso, Fer-

ri e Garófalo. Concepções dessa escola sobre o crime, o criminoso, a pena e os fatores do crime. Criminoso nato. Estigmas de criminalidade. Pesquisa para a fixação do ângulo facial dos mestiços-brasileiros. Exercícios práticos de biometria.

- 9 — Da terceira escola, suas afinidades e divergências com a escola italiana. Escola sociológica ou francesa. União Internacional de Direito Penal.
- 10 — A periculosidade pré e pós-delitual. Prioridade da legislação brasileira em adotar medidas de segurança contra o estado perigoso predelitual.
- 11 — Classificação de criminosos.
- 12 — Divisão dos fatos puníveis quanto ao elemento intencional. Outras divisões. Crimes de ação pública e privada. Crimes políticos e comuns. Crimes instantâneos, continuados, permanentes, formais e materiais.
- 13 — História da legislação penal brasileira. Ordenações. Código Criminal de 1830. Código Penal de 1890. Leis esparsas. Consolidação das Leis Penais. Projeto Sá Pereira

e suas modificações. Projeto Alcântara Machado. Código Penal de 1940. Código Penal Militar.

- 14 — Interpretação da lei penal. Exercícios práticos.
- 15 — A lei penal no tempo. Anterioridade e retroatividade da lei penal.
- 16 — A lei penal no espaço. Territorialidade, extraterritorialidade e ultraterritorialidade.
- 17 — Da responsabilidade criminal. Configuração legal do crime e seus elementos essenciais. Sujeito ativo e passivo, objeto do crime. Crime consumado.
- 18 — Dólo, culpa e preterintencionalidade. Voluntariedade ou automatismo das contravenções. O Código Penal de 1940 e as contravenções.
- 19 — Co-autoria. A cumplicidade e sua posição no Código Penal de 1940.
- 20 — Da tentativa. Tentativa punível e impunível, desistência e arrependimento. Crime



impedido, falho, impossível e impraticável. Crime exausto.

- 21 — Causalidade. Teoria das concausas: concausas anteriores, simultâneas e supervenientes.
- 22 — Generalidades sôbre dirimentes e justificativas. Possibilidade de coincidirem dirimentes e justificativas no mesmo caso. Efeitos da prática de ação incriminada na reparação civil do dano, ocorrendo dirimente em favor do agente.
- 23 — O perigo como base das justificativas ou discriminantes. Efeitos das várias modalidades de perigo na reparação civil de fato incriminado. Semelhanças e características diferenciais da situação de fato que legaliza a ação prevista como crime, quando praticada em estado de necessidade, legítima defesa, obediência a superior hierárquico e sob coação irresistível.
- 24 — Alienados e retardados mentais. Desenvolvimento mental incompleto. Crítica ao art. 22 do Código Penal.
- 25 — Menores delinquentes: menoridade biológica, mental e social. Doutrina e legislação.



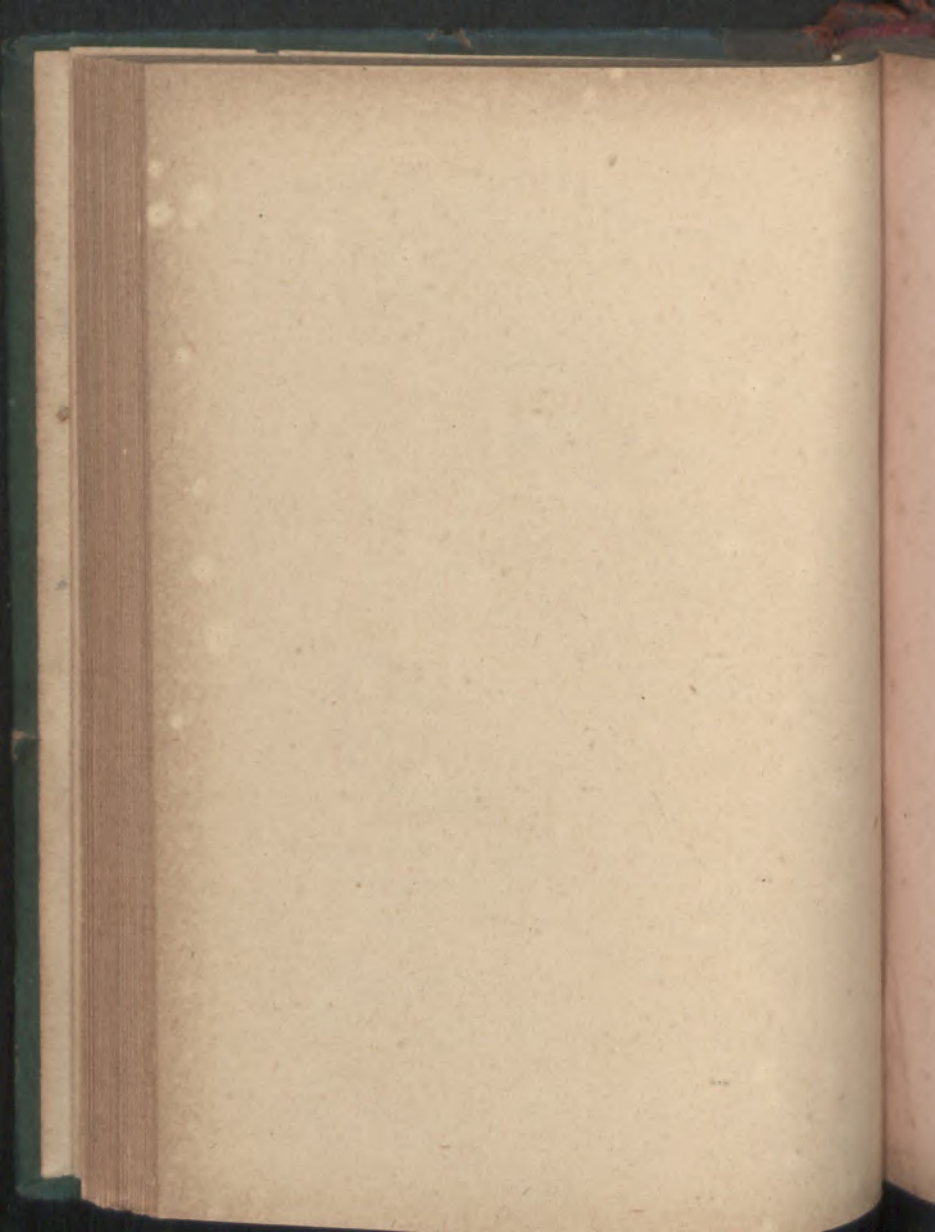
- 26 — Selvagens. Legislação anterior. Aldeias e reduções dos jesuitas. O Código Penal de 1940 e os selvícolas.
- 27 — Estado de necessidade. Vicissitudes do instituto através da história e da legislação. Direito vigente.
- 28 — Legítima defesa própria, alheia, real, putativa e recíproca.
- 29 — Coação irresistível. Obediência hierárquica.
- 30 — Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito.
- 31 — Erro de direito e de fato, erro acerca da pessoa do ofendido; seus respectivos efeitos sobre a responsabilidade criminal do autor e do terceiro culpado do erro.
- 32 — Agravantes gerais e qualificativas; majores.
- 33 — Aula prática sobre o ponto anterior.
- 34 — Reincidência. Reincidência genérica e específica.

- 35 — Atenuantes e minorantes em geral.
- 36 — Estudo particular da menoridade, da velhice e da confissão espontânea de crime cuja autoria seja ignorada ou imputada a outrem.
- 37 — Concurso de agravantes e atenuantes. Fixação da pena nesta hipótese.
- 38 — Aula prática sôbre o ponto anterior.
- 39 — Concurso de crimes.
- 40 — Exercícios práticos sôbre o ponto anterior.
- 41 — Exposição e crítica das penas na história da legislação penal e no direito vigente.
- 42 — Penas principais, acessórias, complementares e paralelas.
- 43 — Crítica histórica da pena de prisão. Sucedâneos da prisão.
- 44 — Notícias dos sistemas penitenciários. Patronatos de liberados.

- 45 — Condenação condicional ou suspensão condicional da pena. Variantes do instituto em legislação comparada. Paradigma brasileiro.
- 46 — Livramento condicional.
- 47 — Reclusão e detenção. Domicílio forçado, exílio, deportação. Colônias penais no deserto do oeste brasileiro.
- 48 — Multa e perda da função pública, interdição de direito e publicação da sentença condenatória.
- 49 — Efeitos da condenação, especialmente o ressarcimento do dono.
- 50 — Ação penal, pública, privada e mixta. Decadência do direito de queixa e representação. Renúncia à queixa.
- 51 — Extinção da ação penal e da condenação pelo perdão do ofendido ou prática de ato incompatível com a punição do agente. Justiça de el-rei D. Pedro Crú.
- 52 — Prescrição da ação penal e da condenação. Momento inicial e prazos da prescrição.

Causas que impedem e interrompem a prescrição.

- 53 — Anistia e graça.
- 54 — Reabilitação do condenado.
- 55 — Generalidades, história e legislação comparada acerca das medidas de segurança.
- 56 — Posição das medidas de segurança no Código Penal de 1940.
- 57 — Requisitos necessários à imposição das medidas de segurança, e forma de sua execução.
- 58 — Aplicação provisória, inobservância, substituição e revogação das medidas de segurança.
- 59 — Medidas de segurança patrimoniais.
- 60 — Medidas de segurança detentivas; manicômio, casa de custódia e tratamento, colônia agrícola, instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional.
- 61 — Outras medidas de segurança: liberdade vigiada, proibição de frequência a determinados lugares, exílio local.





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

2.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

*Prof. Dr. Mac Dowell Filho*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.ª CADERA

DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CONSTITUCIONAL

Prof. Dr. Manoel Corrêa

### 3.<sup>a</sup> CADEIRA

#### *DIREITO CONSTITUCIONAL*

Prof. MAC DOWELL FILHO

(Interino)

- 1 — Objeto do Direito Constitucional. Conceito de Constituição. Tipos de Constituição.
- 2 — Evolução histórica do conceito de Constituição. Regimen constitucional e Estado de Direito. Ditadura. e Constituição.
- 3 — Origem das Constituições. Poder Constituinte. Constituição e Revolução.

- 4 — Técnica constitucional. Realidade social e Constituição. Hermenêutica constitucional.
- 5 — Método do Direito Constitucional. Relação entre o Direito Constitucional e o Direito Internacional. Direito Constitucional e outras ciências ou disciplinas afins.
- 6 — Antecedentes do regimen constitucional no Brasil. Constituição de 25 de Março de 1824. Ato Adicional e outras leis constitucionais do Império.
- 7 — Transição da Monarquia para a República. Constituição de 24 de Fevereiro de 1891. Revisão de 7 de Setembro de 1926.
- 8 — Revolução de Outubro de 1930. Decreto Institucional do Governo Provisório de 11 de Novembro de 1930. Código dos Interventores.
- 9 — Código Eleitoral. Constituição de 16 de Julho de 1934. Suas emendas.
- 10 — Constituição de 10 de Novembro de 1937. Seu ambiente histórico. Suas fontes e espírito.

- 11 — O interregno constitucional. Órgãos e instituições constitucionais suspensos. Órgãos e instituições de ordem constitucional peculiares a este período.
- 12 — Organização nacional e federação. Regimen das relações entre a União e os Estados-membros. A Constituição Federal e a organização dos Estados membros, do Distrito Federal e dos Territórios.
- 13 — Autonomia municipal. Discriminação da competência entre a União, os Estados-membros e os Municípios. Intervenção.
- 14 — Essência do sistema representativo. A função eleitoral e seus órgãos na Constituição Brasileira. O plebiscito.
- 15 — Relação entre os órgãos do Poder. A doutrina da separação dos poderes e a Constituição Brasileira. Presidencialismo e conceito do órgão Supremo.
- 16 — A função legislativa e seus órgãos. O Parlamento Nacional e o Conselho de Economia Nacional. A lei e sua substância, o regulamento, o decreto-lei.

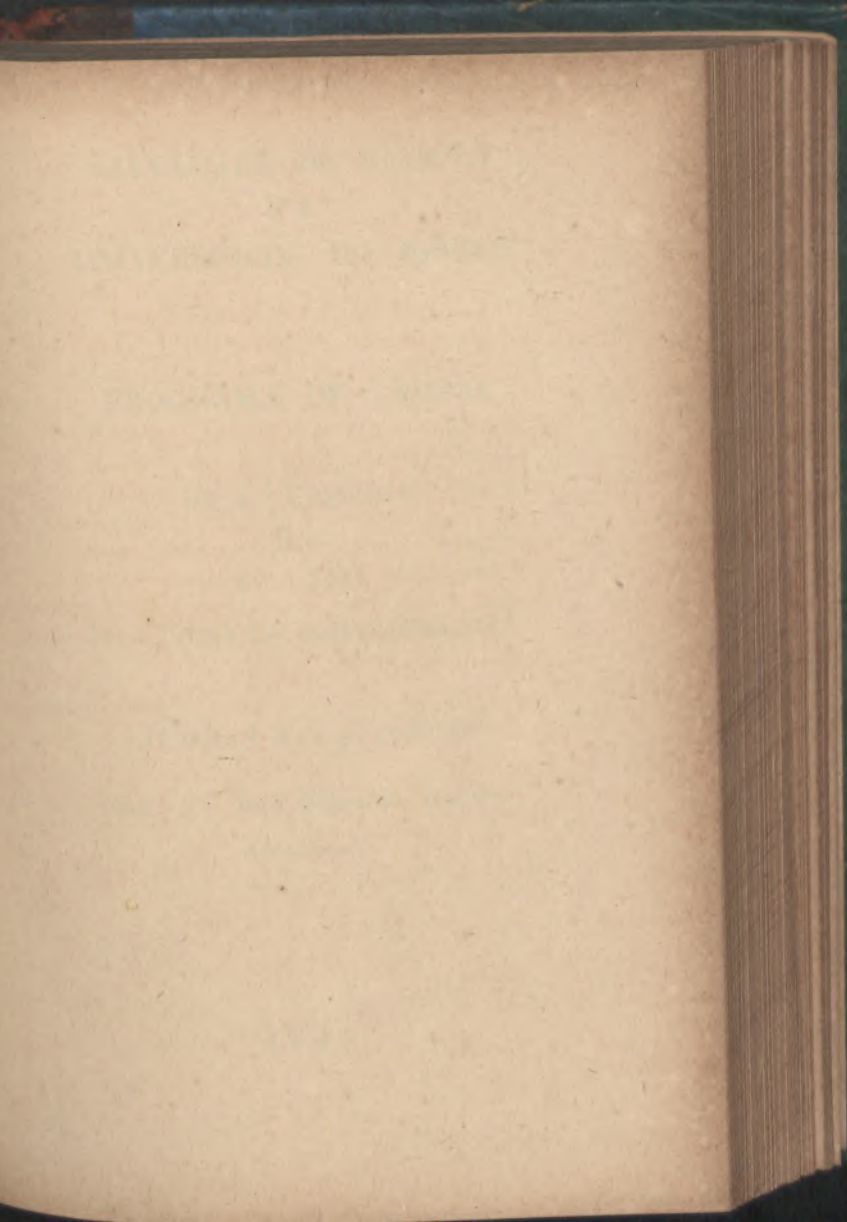


- 17 — Processo da elaboração legislativa em geral. O veto. A elaboração orçamentária.
- 18 — A função executiva. O Presidente da República. Os Ministros de Estado.
- 19 — Órgãos de cooperação nas atividades governamentais. Autarquias administrativas. Natureza e limites de jurisdição administrativa.
- 20 — A função pública administrativa. O estatuto dos funcionários públicos. As forças armadas.
- 21 — A função judiciária e seus órgãos. Justiça comum e Justiças especiais. Garantias dos magistrados e das suas decisões.
- 22 — Organização e competência do Supremo Tribunal Federal. Organização e competência da Justiça dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e da Justiça Militar. O problema do Juri.
- 23 — A questão da unidade da Justiça em face da Constituição vigente. Recurso extraordinário. Natureza e limites da fiscalização ou controle judicial de legalidade e constitucionalidade.

- 24 — O indivíduo na Constituição. Nacionalidade brasileira, sua aquisição e perda. Cidadania e direito políticos, sua aquisição, suspensão e perda.
- 25 — Os direitos do homem. Diferença entre os direitos individuais e as suas garantias. A tricotomia constitucional; liberdade, segurança pessoal, propriedade.
- 26 — Direitos especificados e direitos decorrentes. Restrições expressas no exercício dos direitos individuais e Poder de Polícia. A pena de morte.
- 27 — Ordem moral e espiritual. A família. A educação e a cultura.
- 28 — Ordem econômica. Atividade privada e intervenção do Estado. Nacionalização, estatização das atividades econômicas.
- 29 — Princípios assecuratórios do fomento e da justa retribuição da atividade econômica e do trabalho. Noção da economia popular e sua defesa. A imigração.
- 30 — Organização sindical e corporativa dos agentes da produção. A corporação consi-

derada como órgão do Poder Público. Regimen corporativo e socialismo.

- 31 — Legislação do Trabalho. Assistência Social: proteção atual e previdência. Justiça do trabalho.
- 32 — Segurança Nacional. Defesa interna e externa do Estado. Estado de emergência e Estado de Guerra.
- 33 — Posição constitucional do Estado brasileiro em relação à Igreja. Posição constitucional do Estado brasileiro em relação aos demais Estados americanos. Alteração constitucional.







FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

2.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

CIÊNCIAS DAS FINANÇAS

*Prof. Dr. Luiz Sebastião Guedes*

*Alcoforado*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.ª Cadeira

DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

CIENTIAS DAS FINANCAS

Prof. Dr. Luiz Roberto de Azevedo

1949

1949

#### 4.<sup>a</sup> CADEIRA

#### *CIÊNCIA DAS FINANÇAS*

Dr. LUIS SEBASTIÃO GUEDES ALCOFORADO

Prof. Catedrático

#### INTRODUÇÃO

- 1 — Ação econômica do Estado. Necessidades coletivas. Atividade financeira: caracteres e limites.
- 2 — Ciência das finanças, conceito. Metodologia. O problema das leis financeiras.

- 3 — Fenômeno financeiro. Teorias econômicas e doutrinas socio-políticas na sua interpretação.
- 4 — Ciência das Finanças e Economia Política. Relações da Ciência das Finanças com outras ciências sociais. Direito Financeiro. Política Financeira. Direito Tributário.
- 5 — Desenvolvimento histórico da Ciência das Finanças. Literatura antiga e medieval. Literatura estrangeira contemporânea.
- 6 — Literatura nacional em matéria econômico-financeira. Movimento científico nos séculos XIX e XX.
- 7 — Problemas e orientações contemporâneas em matéria financeira. Dirigismo financeiro. Planificação.

#### PARTE 1.<sup>a</sup>

#### DESPESA PÚBLICA

- 8 — Despesa pública, seu conceito e limites. Despesa pública e despesa privada.

- 9 — Despesa pública, sua classificação. Despesas ordinárias e extraordinárias. Despesas federais, estaduais e municipais.
- 10 — A progressão das despesas públicas. Tendências e teorias. Fatores do aumento. Aumento nominal e aumento real. A compressão das despesas públicas.
- 11 — Principais categorias de formas concretas de despesas públicas. Despesas constitucionais, da dívida pública, da defesa, da justiça e da educação e instrução.
- 12 — Despesas com o funcionalismo público, com o desenvolvimento da produção e despesas relativas aos serviços de assistência.

## PARTE 2.<sup>a</sup>

### RECEITA PÚBLICA

- 13 — Receita pública, seu conceito. Evolução das receitas do Estado. Classificação. Receitas ordinárias e extraordinárias.
- 14 — As receitas ordinárias de direito privado. Domínio do Estado. Domínio privado do Estado. Domínio da União e dos Estados



na Federação. A propriedade territorial do Estado e sua exploração. As florestas. As minas.

- 15 — Receitas do domínio industrial e comercial. As ferrovias. Correios e Telégrafos. Imprensa Nacional. Loteria.
- 16 — Empresas comerciais do Estado. Monopólios fiscais. Bancos do Estado.
- 17 — As receitas ordinárias de direito público: as taxas, as contribuições especiais, os impostos.
- 18 — Natureza e elementos da taxa. Quantitativo das taxas.
- 19 — As taxas, sua classificação. Sistema de taxas. As principais taxas cobradas no Estado moderno. Processo de cobrança.
- 20 — Contribuição especial. Conceito e fundamento.
- 21 — O imposto. Terminologia fiscal. Natureza e elementos dos impostos. Função e fundamento do imposto.

- 22 — Princípios técnico e jurídico do imposto. Canones de tributações. Justiça no imposto. Generalidade e universalidade do imposto. O princípio de igualdade. Isenção fiscal.
- 23 — Postulados econômicos-financeiros do imposto. Suficiência e elasticidade na imposição.
- 24 — Princípios administrativos do imposto. Certeza, comodidade e economia no imposto. Fontes do imposto. Lançamento, liquidação e arrecadação do imposto.
- 25 — A bi-tributação. Dupla tributação internacional.
- 26 — Classificação dos impostos. Imposto direto e indireto. Imposto real e pessoal. Imposto proporcional e progressivo.
- 27 — O problema dum sistema racional de impostos. Imposto único e sistema de múltiplos impostos. Sistema reais, pessoais e mixtos. Imposto nos Estados unitários e nas formas federativas.

- 28 — Evolução do imposto. A transformação dos sistemas fiscais.
- 29 — Efeito do imposto. Efeitos psicológicos, morais e políticos.
- 30 — Efeitos econômicos e financeiros. Incidência e translação do imposto. A amortização ou capitalização do imposto.
- 31 — Evasão do imposto. A fraude fiscal. Medidas preventivas contra evasão ilegal.
- 32 — Pressão fiscal, seu conceito.
- 33 — Interpretação e aplicação das normas jurídicas impositivas.
- 34 — A penalidade fiscal.

### PARTE 3.<sup>a</sup>

#### *SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO*

- 35 — O sistema tributário brasileiro, sua evolução. Imposição do Brasil dos tempos coloniais e do Império.
- 36 — Regimen tributário da República. A distribuição dos impostos no regimen da Cons-

tituição de 20 de Fevereiro de 1891 e no  
da de 16 de julho de 1934 e de 10 de No-  
vembro de 1937.

- 37 — Organização atual do quadro tributário brasileiro. Impostos da União, dos Estados e dos Municípios. Falhas do nosso sistema impositivo.
- 38 — Direitos aduaneiros: imposto de exportação e de importação.
- 39 — Da renda, seu conceito. Renda tributável. Imposto de renda e caracteres. Sistemas de imposto de renda.
- 40 — Imposto de renda no Brasil.
- 41 — Imposto de consumo. Justiça e elasticidade no imposto de consumo. Imposto de consumo sobre objetos considerados de luxo.
- 42 — Imposto de consumo no Brasil. Arrecadação e fiscalização. Penalidades e recursos.
- 43 — Imposto de sêlo, seu fundamento. O imposto do sêlo no Brasil: arrecadação, fiscalização, isenções, multas e recursos.



- 44 — Imposto sôbre a propriedade territorial. Bases e processos de fixação de seu assento. Imposto territorial no Brasil. A lei Pernambucana. O imposto predial. Imposto predial no Recife.
- 45 — Imposto de transmissão de propriedade inter-vivos.
- 46 — Imposto de sucessão, sua evolução. A transmissão de propriedade causa-morte e sua tributação pelos Estados da Federação. Impôsto de sucessão em Pernambuco.
- 47 — Imposto de indústria e profissão.
- 48 — Imposto sôbre vendas e consignações.

PARTE 4.<sup>a</sup>

RECEITAS EXTRAORDINARIAS — CRÉDITO  
PÚBLICO

- 49 — Do crédito público. Natureza e princípios.
- 50 — Dívida pública, noção e finalidade. Principais espécies de dívida pública. Dívida flutuante e dívida consolidada.



- 51 -- Empréstimo. Empréstimo externo e interno. Empréstimo forçado, voluntário e patriótico, perpétuo e amortizável. Negociação de empréstimo.
- 52 — Administração das dívidas do Estado sob o ponto de vista técnica financeira. Amortização, conversão e consolidação da dívida pública. A bancarrota e a concordata.
- 53 — Dívida pública brasileira. O serviço da dívida pública. Dívida da União, dos Estados e dos Municípios.
- 54 — Finança da guerra. Dívida de guerra, sua significação. Imposto e empréstimo em tempo de guerra. A emissão de papel moeda para financiamento de guerra.
- 55 — Imposto sobre lucros extraordinários e imposto de emergência sobre o capital.

#### PARTE 5ª

#### ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA — ORÇAMENTO

- 56 — Noção de orçamento. Importância jurídica, política e financeira do orçamento.

- 57 — Direito orçamentário: sua evolução na Inglaterra, Estados Unidos, França.
- 58 — Direito orçamentário nacional.
- 59 — Preparação do orçamento. Poder encarregado do preparo. Regras de organização orçamentária.
- 60 — Preparação do orçamento. Método de avaliação das despesas e sistemas de estimação das receitas.
- 61 — Equilíbrio orçamentário. Saldos e deficits. Meios para assegurar o equilíbrio orçamentário efetivo. Requisitos dum bom orçamento.
- 62 — Votação do orçamento. Os poderes do Congresso. Restrições à iniciativa parlamentar em matéria de gastos. Duração do orçamento. Contas de exercícios e de gestão. Conteúdo do orçamento.
- 63 — Execução do orçamento. Registro de tabelas explicativas. Distribuição dos créditos.
- 64 — Execução do orçamento. Estágios da despesa: empenho, liquidação e pagamento.

- 65 — Inexistência de verba. Insuficiência das verbas votadas. A abertura de créditos especiais. Os créditos extraordinários.
- 66 — O contrôle dos gastos públicos. As contas e sua publicidade e fiscalização. Fiscalização administrativa e legislativa.
- 67 — O Tribunal de Contas e sua ação fiscalizadora da administração financeira.
- 68 — O patrimônio público e sua guarda. Inventário dos bens nacionais. O tesouro nacional em função da administração financeira do país.
- 69 — As finanças dos Estados e Municípios, no Brasil. O problema de coordenação das Finanças na Federação.
- 70 — Política financeira e política monetária nacionais. Exposição crítica da situação das finanças brasileiras. Finanças nacionais no regimen monárquico. Finanças do regimen republicano. O inflacionismo continuado.
- 71 — Legislação financeira do Brasil. O Código de Contabilidade pública e sua reforma. A Codificação financeira para os Estados e

Municípios. O Código Tributário de Pernambuco.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 15 de Janeiro de 1949.

Dr. LUIZ SEBASTIÃO GUEDES ALCOFORADO  
Professor Catedrático



FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

3.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO CIVIL

*Prof. Dr. Soriano Neto*

1949



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1000

1.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO CIVIL*

Prof. Soriano NETO

*(Parte Especial das Obrigações)*

- 1 — Dos contratos e suas divisões.
- 2 — Dos requisitos dos contratos.
- 3 — Da formação dos contratos. Contratos entre presentes e entre ausentes. Contratos entre as próprias partes e mediante representação.

- 4 — Dos efeitos e da interpretação dos contratos.
- 5 — Das estipulações em favor de terceiros.
- 6 — Das arras, dos vícios redibitórios e da evicção.
- 7 — Da compra e venda e da troca.
- 8 — Das cláusulas especiais à compra e venda: retrovenda, venda a contento, preempção ou preferência, pacto de melhor comprador, pacto comissório. Da reserva de domínio.
- 9 — Da doação.
- 10 — Da locação de cousas. Da locação de prédios.
- 11 — Da locação de serviços.
- 12 — Da empreitada.
- 13 — Do empréstimo: comodato e mútuo.
- 14 — Do depósito voluntário e do necessário.

- 15 — Do mandato.
- 16 — Da gestão de negócios.
- 17 — Da edição e da representação dramática..
- 18 — Da sociedade.
- 19 — Da parceria rural e da constituição de rendas.
- 20 — Do contrato de seguro em geral.
- 21 — Do seguro mútuo e do seguro de vida. Do jôgo e da aposta.
- 22 — Da fiança.
- 23 — Dos títulos ao portador.
- 24 — Da promessa de recompensa.
- 25 — Das obrigações por atos ilícitos e sua liquidação.
- 26 — Do concurso de credores.  
O presente programa será explicado em mais de 60 lições.







FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

3.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO PENAL.

*Prof. Dr. Aníbal Bruno*

1949

RECEIVED BY THE  
OFFICE OF THE  
TREASURER OF THE  
UNITED STATES

FOR THE YEAR

1864

OF

1864

FOR THE YEAR

1864

FOR THE YEAR

1864

2.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO PENAL*

Prof. ANÍBAL BRUNO

- 1 — Classificação dos crimes. Critério adotado no Código Penal Brasileiro.
- 2 — Crimes contra a pessoa. Crimes contra a vida. Homicídio.
- 3 — Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio.
- 4 — Infanticídio.

5 — Aborto.

6 — Lesões corporais.

7 — Periclitção da vida e da saúde. Perigo de contágio venéreo. Perigo para a vida ou saúde de outrem.

8 — Abandono de incapaz. Exposição ou abandono de recém-nascido. Omissão de socorro. Maus tratos.

9 — Rixa.

10 — Crimes contra a honra.

11 — Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a liberdade pessoal.

12 — Crimes contra a inviolabilidade do domicílio.

13 — Crimes contra a inviolabilidade de correspondência.

14 — Crimes contra a inviolabilidade dos segredos.



- 15 — Crimes contra o patrimônio. Furto.
- 16 — Roubo.
- 17 — Estorsão.
- 18 — Usurpação.
- 19 — Dano.
- 20 — Apropriação indébita.
- 21 — Estelionato e outras fraudes.
- 22 — Crimes contra a propriedade imaterial.  
Crimes contra a propriedade intelectual.
- 23 — Crimes contra privilégio de invenção.
- 24 — Crimes contra as marcas de indústria e comércio.
- 25 — Crimes de concorrência desleal.
- 26 — Crimes contra a organização do trabalho.
- 27 — Crimes contra o sentimento religioso.
- 28 — Crimes contra o respeito aos mortos.



- 29 — Crimes contra os costumes. Crimes contra a liberdade sexual. Estupro e atentado violento ao pudor.
- 30 — Posse sexual mediante fraude e atentado ao pudor mediante fraude.
- 31 — Sedução e corrupção de menores.
- 32 — Rapto.
- 33 — Lenocínio e tráfico de mulheres.
- 34 — Ultraje público ao pudor.
- 35 — Crimes contra a família. Crimes contra o casamento. Bigamia. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento. Conhecimento prévio de impedimento. Simulação de autoridade para celebração de casamento. Simulação de casamento.
- 36 — Adultério.
- 37 — Crimes contra o estado de filiação.
- 38 — Crimes contra a assistência familiar.
- 39 — Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.

- 40 — Crimes contra a incolumidade pública. Crimes de perigo comum.
- 41 — Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos.
- 42 — Crimes contra a saúde pública.
- 43 — Crimes contra a paz pública.
- 44 — Crimes contra a fé pública. Moeda falsa.
- 45 — Falsidade de títulos e outros papéis públicos.
- 46 — Falsidade documental e outras falsidades.
- 47 — Crimes contra a administração pública. Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral. Peculato.
- 48 — Concussão. Excesso de exação.
- 49 — Corrupção passiva. Facilitação de contrabando ou descaminho.
- 50 — Prevaricação e outros crimes praticados por

funcionário público contra a administração em geral.

- 51 — Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Usurpação de função pública. Resistência. Desobediência. Desacato.
- 52 — Exploração de prestígio. Corrupção ativa. Contrabando ou descaminho. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência. Inutilização de edital ou de sinal. Subtração ou inutilização de livro ou documento.
- 53 — Crimes contra a administração da justiça. Denunciação caluniosa. Comunicação falsa de crime ou de contravenção. Auto-acusação falsa. Falso testemunho ou falsa perícia.
- 54 — Coação no curso do processo. Exercício arbitrário das próprias razões. Fraude processual. Favorecimento. Exercício arbitrário ou abuso de poder. Fuga de preso. Evasão mediante violência contra a pessoa. Arrebatamento de preso. Mótım de preso.
- 55 — Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversão. Sonegação de papel ou objeto

de valor probatório. Outros crimes contra a administração da justiça.

56 — Crimes de imprensa.

57 — Crimes contra a existência, a segurança e a integridade do Estado.

58 — Crimes contra a economia popular.

59 — Contravenções em espécie.







FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

3.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO COMERCIAL

*Prof. Dr. Murilo Guimarães*

1949

1  
FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADERNA  
DO  
2.<sup>o</sup> ANO  
DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO COMERCIAL

Prof. Dr. Alfredo Guimarães

1949

3.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO COMERCIAL*

Prof. MURILO GUIMARÃES

Catedrático interino

PARTE GERAL

I

- 1 — Aparecimento do comércio. As caravanas.  
As feiras. A fixação do comércio. Espécies de comércio.
- 2 — O comércio praticado individualmente.

As corporações. Limitações à responsabilidade do comerciante, individualmente. Aparecimento das sociedades, ou do comércio por forma da prática coletiva.

- 3 — Conceito do Comércio. Noções várias. Redução à compra e venda. O conceito romano. Stracha e Scaccia. Redução ao transporte: Verri.
- 4 — Caracteres gerais do comércio: a intromissão e a especulação: Romagnosi. A habitualidade de sua prática: Vidari, Pipia e Siburú.

## II

- 5 — Institutos Auxiliares do comércio: idéias gerais. Feiras e Mercados. Depósitos Francos. Zonas Francas. Armazens Gerais. Associações e Juntas Comerciais. Bolsas de Comércio. Bancos e Casas Bancárias. Câmaras de Compensação. Estradas de Ferro. Correios e Telégrafos. Telefones.

## III

- 6 — O aparelhamento do Direito Comercial. Seu desenvolvimento. Caracteres próprio: a)



internos ou orgânicos; b) externos ou formais.

- 7 — Classificação do Direito Comercial no quadro geral do Direito.
- 8 — Criação de um direito comercial autônomo: a) subjetivo; b) objetivo. Fronteira entre o Direito Comercial e o Direito Civil.
- 9 — Tendência unificadora do Direito Privado, ou a fusão do Direito Civil e do Direito Comercial em um só Código de Direito Privado: a) Teixeira de Freitas (1867), Montanelli e Mancini (1872); b) o exemplo da Suíça. A Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte.
- 10 — Motivos determinantes da dualidade do direito Privado: a sua não persistência no momento atual.
- 11 — Objeções ao estabelecimento de um Código Único e as pretensas dificuldades do tentamen.

#### I V

- 12 — Fontes do Direito Comercial: a Lei, os usos



e costumes, a equidade, o interesse do comércio, a analogia, o direito científico e a jurisprudência.

13 — Relações do Direito Comercial com outras ciências: a Sociologia, a Economia Política, o Direito Civil, o Direito Administrativo, etc.

14 — O conteúdo do Direito Comercial: as pessoas, as coisas, as obrigações e as ações. O objeto da cadeia.

V

15 — O ato de comércio. Noções jurídica e econômica. Os sistemas legislativos.

16 — Divisão dos atos de comércio:

- a) objetivos;
- b) subjetivos;
- c) os chamados unilaterais ou mixtos;
- d) a teoria do ato de comércio acessório.

17 — Os atos de comércio em Direito Brasileiro:

- a) a teoria de Ferreira França;
- b) a teoria de Silva Costa;
- c) a teoria de Carvalho Mendonça.

AS PESSÓAS

V I

- 18 — O comerciante: quem poderá sê-lo: a) pessoas físicas; b) pessoas jurídicas.
- 19 — Sistemas legislativos correntes:
- a) o francês, ou do exercício habitual;
  - b) o espanhol ou da inscrição e exercício habitual;
  - c) o suíço ou de Munzinger, de inscrição obrigatória ou voluntária;
  - d) o alemão ou de exercício habitual, para uns, e de inscrição obrigatória para outros.
- 20 — O sistema brasileiro:
- a) dos comerciantes matriculados;
  - b) dos de firma inscrita;
  - c) dos de simples exercício habitual.
- 21 — Capacidade e incapacidade para comerciar. Proibições de comerciar.
- 22 — Deveres do comerciante: os livros comerciais; publicidade dos regimes de bens no casamento.

- 23 — Firma comercial: composição e inscrição.

## V I I

- 24 — Representação e mandato. Espécies de mandato: a) o mandato geral; b) o mandato especial: 1) genérico; 2) específico.

- 25 — A forma do mandato e seu instrumento. Elementos intrínsecos e extrínsecos.

- 26 — Pessoas auxiliares do comércio: a) independentes; b) dependentes.

## V I I I

- 27 — Os medeadores comerciais: a) os corretores; b) os leiloeiros.

## I X

- 28 — Pessoa jurídica: remissão. Que é sociedade;

a) noção e notícia histórica;

b) divisões:

1.<sup>a</sup> — Sociedades civis e comerciais;

2.<sup>a</sup> — de pessoas, de capitais, e mixtas;

3.<sup>a</sup> — quanto ao elemento objetivo e  
quanto ao subjetivo.

29 — O contrato e seus elementos fundamentais.  
Personalidade jurídica das sociedades comerciais.

30 — As sociedades de fato e as irregulares.

## X

31 — As sociedades em nome coletivo e as em comandita simples: noção e origens, caracteres, constituição e forma. Lucros e perdas. Relações entre os sócios, entre si, e entre êles e a sociedade.

32 — Sociedades por quotas e responsabilidade limitada. Noção histórica; sua adoção no Brasil. Estrutura desta espécie de sociedades. Sua regulamentação. Formação do capital. Direito comparado.

## X I

33 — As sociedades anônimas: noção. Origens e desenvolvimento.



- 34 — Constituição das sociedades anônimas: formas. Publicidade. Personalidade jurídica. Relações entre a sociedade e os acionistas.
- 35 — O sistema brasileiro das sociedades anônimas, através os tempos. Quando a constituição depende de autorização do poder público.
- 36 — Caracteres diferenciais da sociedade anônima, em relação a outras espécies de sociedades. O capital: as ações e suas espécies. Partes beneficiárias.
- 37 — Administração e fiscalização: a assembléia geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal.

## X I I

- 38 — As sociedades em comandita por ações: noção, constituição e forma, capital, administração e fiscalização.

## X I I I

- 39 — As sociedades de capital variável:  
a) as cooperativas;  
b) as mútuas.



X I V

- 40 — Fusão e incorporação de sociedades. Estudo destas matérias quanto às várias espécies de sociedades.

AS COISAS

X V

- 41 — Mercadorias. Moeda e dinheiro.

X V I

- 42 — O crédito noção. Elementos essenciais. Importância econômica e social.
- 43 — Créditos confirmados: teoria jurídica. Crédito contra documentos.
- 44 — Título de crédito: noção. Caractéres. Instrumento. Espécies. Emissão.
- 45 — Títulos de crédito, nominativos e à ordem. Circulação. Direitos reais sobre os mesmos. Vencimento e pagamento. Falta de pagamento. Reivindicação dos à ordem. Anulação dos títulos de crédito.

- 46 — Títulos de crédito ao portador. Noção histórica. Conceito e natureza jurídica.
- 47 — Momento de formação do vínculo obrigacional nos títulos ao portador:  
a) as teorias bilaterais;  
b) as teorias unilaterais.
- 48 — Fundamento da transmissão da propriedade do título ao portador. Título acessório ao título ao portador: natureza jurídica.
- 49 — Disciplina especial do título ao portador: requisitos, forma, emissão. Conversão de outros títulos nos ao portador. Extinção; pagamento, conversão, prescrição, destruição.
- 50 — Disciplina dos debentures ou obrigações ao portador.

## X V I I

- 51 — A cambial e sua história. As escolas históricas sobre a letra de câmbio. A letra de câmbio no Direito Brasileiro.
- 52 — Tendência unificadora do Direito cambiá-

rio. O projeto de lei uniforme sôbre a cambial.

- 53 — A obrigação cambial e seu conceito moderno. O direito atual.
- 54 — A letra de câmbio: seu conceito. Pessoas que figurem ou podem figurar no título. Requisitos essenciais. Direitos e obrigações cambiais. Cláusulas inadmissíveis na letra.
- 55 — A saque ou emissão da letra de câmbio: suas modalidades. Aceitação da letra. Aval. Capacidade para emitir, aceitar ou avalisar.
- 56 — Transmissão da propriedade da letra de câmbio: o endosso e suas espécies ou modalidades de endosso. Capacidade para endossar.
- 57 — Vencimento e pagamento da letra de câmbio. Falta de aceite ou de pagamento. Protesto. Direito regressivo. Ação cambiária.
- 58 — A nota promissória: noção histórica. Conceito, requisitos, forma, emissão, natureza jurídica, capacidade para emitir, endossar ou avalisar. Vencimento e pagamento. Falta de pagamento. Protesto. Semelhanças e

dessemelhanças, em relação à letra de câmbio.

- 59 — A cambial com firma de incapazes, ou com firma falsa ou falsificada, ou emitida, endossada ou avalizada por mandatário.

### X V I I I

- 60 — O cheque: noção histórica, conceito econômico e jurídico. A lei brasileira: emissão e suas modalidades. Pressupostos do cheque. Requisitos, circulação, e pagamento do cheque.
- 61 — O cheque cruzado. Outras modalidades do cheque. Câmaras de Compensação. Uniformidade do Direito sobre o cheque.
- 62 — O cheque circular. Notícia histórica. Noção jurídica. Conceito. Pressuposto específico. Relações originárias entre as partes. Requisitos essenciais. Transmissibilidade. Pagamento. Capacidade missora.

### OBRIGAÇÕES E CONTRATOS

### X I X

- 63 — Negócio jurídico: noção. Obrigação e seu



conceito: espécies. Sujeitos da obrigação.  
Origem e fontes das obrigações comerciais.  
Extinção das obrigações.

64 — Contrato: o que seja. Capacidade para contratar. Objeto e forma do contrato.

65 — Manifestação das vontades das partes, na conclusão dos contratos. Vícios da vontade. Divisão dos contratos. Fontes dos contratos comerciais.

## X X

66 — Os contratos concluídos entre presentes. Os contratos concluídos entre ausentes: os concluídos por correspondência. O Direito Romano e o Direito moderno. Que contratos poderão ser concluídos por correspondência.

67 — Momento de formação dos contratos por correspondência:

- a) a teoria da informação;
- b) a teoria da agnição e suas sub-teorias;
- c) as teorias de Windscheid e Bluhme;
- d) a teoria de Koepen.

68 — Revogação da oferta ou da aceitação, nos contratos por correspondência. Morte ou



perda da capacidade de uma das partes. Efeitos do silêncio, na conclusão dos contratos por correspondência. Controvérsias do Direito Internacional Privado.

X X I

- 69 — O contrato de compra e venda mercantil. Natureza jurídica. Transferência, da propriedade do objeto: sistemas romano e francês. Tradição real e tradição simbólica.
- 70 — A venda em massa. A venda a pêso, número, ou medida. O preço e seu pagamento. Vícios da coisa vendida. Garantias pela evicção.
- 71 — As faturas ou contas assinadas: duplicatas. Histórico da regulamentação. O Código de 1850. A legislação republicana.
- 72 — Os contratos de bolsa: a) de riporto; b) a termo; c) diferenciais. Notícia histórica, noção, elementos, natureza jurídica de cada variedade.

X X I I

- 73 — Os contratos de abertura de crédito e em

conta corrente. Notícia histórica, noção, etc.

X X I I I

- 74 — O contrato de depósito: depósito regular e depósito irregular. Depósito de dinheiro em bancos. Notícia histórica, noção, etc.

X X I V

- 75 — Depósito da mercadoria em armazens gerais. Sistemas de armazens gerais e sua organização. Funções e vantagens. Os WAR-RANTS: estudo particularizado dêste título.

X X V

- 76 — Os contratos de garantia: a) o penhor; b) a caução de títulos; c) a fiança. Notícia histórica, noção, etc.

X X V I

- 77 — O contrato de seguro. Origem e história. Noção, elementos, forma, natureza jurídica.

- 78 — Espécies de seguro. Seguro sôbre a vida e seguro contra o dano às coisas.

X X V I I

- 79 — O contrato de transporte, especialmente ferroviário, tanto de pessoas como de mercadorias ou coisas. Notícia histórica, noção, etc.

X X V I I I

- 80 — O contrato de subministração de serviço público. Notícia histórica, noção, etc.

X X I X

- 81 — Prescrição em matéria comercial.

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

3.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO INTERNACIONAL  
PÚBLICO

*Prof. Dr. Mário Pessoa de Oliveira*

1 9 4 9



THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1911

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

1911



4.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO*

DR. MÁRIO PESSÔA DE OLIVEIRA

Professor Catedrático Interino

- 1 — Noção do Direito Internacional Público.
- 2 — Fôrça obrigatória do Direito Internacional Público.
- 3 — Direito Internacional Público e Direito Interno. O costume internacional.
- 4 — Os sujeitos do Direito Internacional Público. A capacidade jurídica internacional.

- 5 — Nascimento e reconhecimento dos Estados.  
Fim da vida internacional dos Estados.
- 6 — A sucessão de Estados.
- 7 — A proteção das minorias.
- 8 — O poder do Estado. Intervenção e isolacionismo.
- 9 — A população.
- 10 — Os estrangeiros.
- 11 — Diferentes formas de Estados. Associações de Estados: Uniões Pessoais e União Real.
- 12 — Estados federais e confederação de Estados.
- 13 — Hierarquia de Estados: o Estado vassallo e o Estado protegido.
- 14 — Situação internacional da Santa Sé antes e depois dos acordos de Latrão. Condição jurídica da cidade do Vaticano.
- 15 — Os direitos e deveres dos Estados. Soberania e personalidade.

- 16 — Reação contra a teoria individualista. Necessidade de um direito objetivo.
- 17 — O território do Estado. Servidões internacionais.
- 18 — O alto mar.
- 19 — Mar territorial e mar nacional.
- 20 — Rios e canais internacionais.
- 21 — O domínio aéreo. Nacionalidade das aeronaves. As aeronaves fóra do ar nacional.
- 22 — Os órgãos das relações internacionais. Os agentes diplomáticos.
- 23 — Os cônsules. Organizações dos consulados. Organização consular brasileira.
- 24 — As relações jurídicas internacionais. Os tratados.
- 25 — As principais espécies de tratados internacionais. Os tratados políticos e os tratados coletivos de interesse econômico e social dos Estados.

- 26 — O delito internacional. Responsabilidade do Estado. Teorias. Consequência jurídica de um delito internacional.
- 27 — Direito de necessidade. Direito de represálias.
- 28 — O direito preventivo da guerra. Negociações diplomáticas. Bons ofícios e mediação.
- 29 — A arbitragem. Diferentes formas de arbitragem. A Corte Permanente de Arbitragem de Haya.
- 30 — A Corte Permanente de Justiça Internacional. Sua organização e funcionamento.
- 31 — A União Panamericana. Desenvolvimento do Panamericanismo.
- 32 — A Sociedade das Nações. Sua natureza jurídica. Sua organização.
- 33 — O problema do desarmamento. O pacto de Paris (pacto de Briand-Kellogg).
- 34 — A guerra. O direito de guerra: suas fontes. Violações do direito de guerra.



- 35 — O comêço da guerra. Efeito do comêço da guerra em relação aos Estados.
- 36 — Influência da guerra sôbre as relações jurídicas dos inimigos. A guerra econômica.
- 37 — Fim da guerra. Tratado de Paz. Indenização de guerra.
- 38 — A guerra terrestre. Beligerantes e não beligerantes. As forças beligerantes.
- 39 — Os métodos de guerra. Os atos de guerra proibidos pelo Regulamento de Haya. As sédios e bombardeamentos.
- 40 — Represálias. O costume internacional no tocante às represálias.
- 41 — Prisioneiros de guerra. Os prisioneiros militares. Os prisioneiros civis. Os reféns.
- 42 — Os doentes e feridos. Leis costumeiras e convencionais relativas aos doentes e aos feridos. Formações e estabelecimentos sanitários. Os mortos.
- 43 — A ocupação militar. Organização geral do país ocupado.



- 44 — Os habitantes do território occupado. As pessoas. Os direitos fundamentais da personalidade humana. Os bens. O respeito da propriedade privada.
- 45 — Necessidades estratégicas. Requisições e contribuições. Os bens do Estado e estabelecimentos públicos. Os caminhos de ferro.
- 46 — A guerra aérea. Como se caracteriza a guerra aérea. Atos permitidos ou prohibidos quer ao Estado subjacente quer ao aviador. Os *raids* aéreos.
- 47 — A guerra marítima. Os navios de guerra e os navios auxiliares. Os submarinos.
- 48 — Bombardeamento de localidades não defendidas. Minas e torpedos. Bloqueio.
- 49 — A guerra ao comércio. Os navios de comércio, de pesca, postais e hospitalares.
- 50 — A propriedade privada inimiga sob pavilhão inimigo.
- 51 — A visita. A prisão e o julgamento das prisioneiras.

- 52 — Os Estados neutros e os Estados neutralizados.
- 53 — Caracteres gerais da neutralidade. Os direitos e obrigações da neutralidade.
- 54 — A propriedade privada neutra sob pavilhão inimigo. A propriedade privada inimiga sob pavilhão neutro.
- 55 — O contrabando de guerra.
- 56 — A visita e o comboio dos navios neutros.
- 57 — A tomada e a destruição dos navios neutros. A assistência hostil.
- 58 — As relações diplomáticas dos beligerantes e dos neutros. Espionagem e quinta-coluna.
- 59 — Os ensinamentos das duas guerras universais. As sanções e as reparações.
- 60 — O futuro do Direito Internacional.

NOTA — Ainda ficou mantido o programa adopto pelo ex-catedrático da disciplina em

apreço, Prof. Odilon Nestor de Barros  
Ribeiro.

Faculdade de Direito da Universidade do Re-  
cife, 12 de janeiro de 1949.

O Professor Catedrático Interino  
Dr. MÁRIO PESSÔA DE OLIVEIRA

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

4.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO CIVIL

*Prof. Dr. Nestor Diogenes*

1949



FACULDADE DE DIREITO

UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

DA 1ª CATEGORIA

DO

4º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CIVIL

Prof. Dr. Nestor D'Almeida

1949



1.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO CIVIL*

Prof. NESTOR DIOGENES

(Interino)

I — DIREITO DAS COUSAS — 1 — Definição e compreensão do direito das cousas. 2 — Cousas que fazem objeto dos direitos patrimoniais. 3 — Relações entre o direito das cousas e o das obrigações. 4 — Aquisição e perda dos direitos reais.

II — DA POSSE EM GERAL — 1 — Origem da posse. 2 — Teorias sobre a posse. 3 — Teoria subjetiva de Savigny. 4 — Teoria objetiva de

Ihering. 5 — Teoria de Kohler. 6 — Da posse como exercício do direito. 7 — Teoria da posse no Código Civil Brasileiro.

### III — DA POSSE NO DIREITO PÁTRIO —

1 — Posse direta e indireta. 2 — Detenção. 3 — Se a posse é fato ou direito. 4 — Composse. 5 — Objeto da posse. 6 — Posse dos direitos. 7 — Qualificação da posse. 8 — Aquisição da posse. 9 — Conservação, transmissão e extensão da posse.

IV — EFEITOS DA POSSE — 1 — Ações possessórias em geral 2 — Interdicto de manutenção. 3 — Interdicto proibitivo. 4 — Interdicto de reintegração. 5 — Defesa e desforço imediatos. 6 — Alegação do domínio ou outro direito. 7 — Restituição administrativa da coisa esbulhada. 8 — Proteção das servidões contínuas não aparentes e descontínuas. 9 — Imissão da posse. 10 — Ação de nunciação de obra nova. 11 — Percepção dos frutos. 12 — Responsabilidade por deterioração ou perda. 13 — Benfeitorias. 14 — Perda da posse.

### V — DA PROPRIEDADE EM GERAL — 1

— Noções históricas da propriedade. 2 — Doutrinas sobre o conceito da propriedade. 3 — Do-

mínio pleno; domínio limitado. 4 — Restrições legais do domínio.

## VI — DA PROPRIEDADE IMÓVEL — 1

— Aquisição do imóvel pela transcrição de título. 3 — Outros atos sujeitos à transcrição. 4 — Accessão. 5 — Usucapião. 6 — Extensão do domínio. 7 — Das minas. 8 — Das águas. 9 — Perdas da propriedade imóvel.

## VII — AQUISIÇÃO E PERDA DA PROPRIEDADE IMÓVEL — 1 — Ocupação. 2 —

Invenção. 3 — Tesouro. 4 — Especificação. 5 — Confusão, comissão e adjunção. 6 — Tradição. 7 — Usucapião.

VIII — DO CONDOMÍNIO — 1 — Noção de condomínio. 2 — Direitos e deveres dos condôminos. Domínio resolúvel.

## IX — DO DIREITO AUTORAL — 1 — Con-

ceito do direito autoral, seus dados históricos. 2 — Duração do direito autoral, quanto à obra publicada. 3 — Quem exerce o direito autoral. 4 — Transferência da parte econômica do direito autoral. 5 — Atos que não se consideram ofensivos do direito autoral. 6 — Cinema e radiodifusão. 7 — Penalidades em matéria do direito autoral.

X — DIREITOS REAIS DE GOSO SÔBRE AS COUSAS ALHEIAS — 1 — Noção, caracter e classificação dos direitos reais. 2 — Principios gerais a que se subordinam os direitos reais. 3 — Figuras dos direitos reais em outras legislações.

XI — DA ENFITEUSE — 1 — Noções históricas. 2 — Definição e instituição da enfiteuse. 3 — Direitos e deveres do enfiteuta. 4 — Direitos e deveres do senhorio direto. 5 — Indivisibilidade da enfiteuse. 6 — Extinção da enfiteuse. 7 — Aforamento dos terrenos de marinha.

XII — DAS SERVIDÕES PEDIAIS — 1 — Noção e constituição das servidões. 2 — Classificação das servidões prediais. 3 — Direitos e obrigações dos donos dos prédios dominantes e servientes. 4 — Extinção das servidões.

XIII — DO USUFRUTO — 1 — Noção do usufruto, sua constituição e objeto. 2 — Direitos do usufrutuário. 3 — Direitos e obrigações do proprietário. 4 — Usufruto impróprio. 5 — Extinção do usufruto.

XIV — DO USO E HABITAÇÃO 1 — Normas reguladoras do uso e da habitação. — 2 — Como se constituem e extinguem.



XV — DA RENDA CONSTITUIDA SOBRE IMÓVEL — 1 Contrato de constituição de renda. 2 — Dados históricos. 3 — Como e a favor de quem pode ser constituída. 4 — Normas reguladoras dêsse contrato.

XVI — DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA — 1 Noções gerais e dados históricos. 2 — Definição e enumeração. 3 — Quem pode dar garantia real e sôbre que bens pode ela recair. 4 — Direitos reais sôbre cousas alheias em condomínio. 5 — Indivisibilidade da garantia real. 6 — O penhor, a anticrêse e a hipoteca na efetuação da garantia. 7 — Requesitos para validade dos direitos reais. 8 — Vencimento antecipado da dívida assegurada por garantia real. 9 — Garantia real dada por terceiros. 10 — Cláusula comissória. 11 — Inadmissibilidade da remissão parcial do penhor e da hipoteca. 12 — Aplicação de produtos de execução do penhor e da hipoteca.

XVII — DO PENHOR — Noções gerais e dados históricos. 2 — Objeto do penhor. 3 — Penhores que dispensam tradição efetiva. 4 — Direito do credor pignoratício. 5 — Obrigações do credor pignoratício. 6 — Direitos de devedor pignoratício. 7 — Obrigações do devedor



pignoratício. 8 — Transcrição do penhor. 9 — Extinção do penhor.

XVIII — DO PENHOR LEGAL — 1 — Noção e casos do penhor legal. 2 — Formação do penhor legal.

XIX — DA CAUÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO — 1 — Caução de títulos de crédito público. 2 — Caução de títulos de crédito pessoal. 3 — Caução de títulos de crédito real.

XX — DO PENHOR RURAL — 1 — Evolução do penhor rural no direito pátrio. 2 — Noção genérica do penhor rural. 3 — Penhor agrícola. 4 — Penhor pecuário.

XXI — DA ANTÍCRESE — 1 Noção e dados históricos. 2 — Constituição da anticrese. 3 — Direito do credor anticrético. 4 — Obrigações do credor anticrético. 5 — Direitos e obrigações do devedor anticrético. 6 — Transcrição da anticrese. 7 — Extinção da anticrese.

XXII — DA HIPOTECA EM GERAL — 1 — Noção e dados históricos. 2 — Sistemas hipotecários. 3 — Natureza e caracteres da hipoteca. 4 — Princípios que devem orientar a hipoteca. 5 — Objeto da hipoteca. 6 — Extinção da hipoteca.

7 — Obrigações cujo cumprimento a hipoteca assegura. 8 — Espécies de hipoteca.

### XXIII — DA HIPOTECA CONVENCIONAL

— 1 — Contrato hipotecário. 2 — Pessoas que podem e pessoas que não podem hipotecar. 3 — Pluralidade de hipotecas. 4 — Remissão da hipoteca anterior pelo credor da posterior. 5 — Remissão da hipoteca pelo adquirente do bem hipotecado. 6 — Licitação para determinar o preço da remissão. 7 — Remissão permitida ao executado, sua mulher e outros parentes. 8 — Remissão no caso de falência. 9 — Subrogação da hipoteca. 10 — Cessão da hipoteca. 11 — Duração da hipoteca. 12 — Nulidade e anulabilidade da hipoteca. 13 — Execução da hipoteca.

### XXIV — DAS HIPOTECAS LEGAIS — 1 —

Noção geral. Hipotecas legais no direito pátrio. 2 — Hipoteca legal da mulher casada. 3 — Hipoteca do filho sob pátrio poder. 4 — Hipoteca do filho sobre os bens do pai ou da mãe, que passar a outras nupcias, sem inventário do casal anterior. 5 — Hipoteca legal dos menores sob tutela e dos interditos. 6 — Hipoteca legal da Fazenda Pública. 7 — Hipoteca do delinquente. 8 — Hipoteca da Fazenda Pública em garantia do pagamento de penas pecuniárias e pagamento de

custas. 9 — Hipoteca legal do coherdeiro por seu quinhão ou pela torna da partilha.

XXV — DA HIPOTECA JUDICIAL — 1 — Origem da hipoteca judicial. 2 — Conceito da hipoteca judicial. Sua conveniência. 3 — Diferença entre a hipoteca judicial e o direito de penhorar bens alienados em fraude de execução.

XXVI — DA HIPOTECA DOS NAVIOS — 1 — Navio, seu conceito e nacionalidade. 2 — Legislação referente à hipoteca dos navios anterior ao código civil. 3 — Hipoteca de navio e suas vantagens. 4 — Hipoteca de navio em direito pátrio. 5 — Hipoteca de navio perante o direito internacional privado.

XXVII — DA HIPOTECA DE AERONAVE — 1 — Aeronave, seu conceito e nacionalidade. 2 — Hipoteca de aeronave no direito pátrio. 3 — Hipoteca de aeronave no direito internacional privado.

XXVIII — DA HIPOTECA DE VIAS FÉRREAS — 1 — Natureza jurídica de via férrea. 2 — Particularidade da hipoteca de via férrea. 3 — Empresas de bondes urbanos.

XXIX — DA INSCRIÇÃO DA HIPOTECA

— 1 — Noção geral de inscrição hipotecária. 2 — Especialização. 3 — Pessoas que devem requerer a inscrição da hipoteca voluntária. 4 — Pessoas que devem requerer a inscrição das hipotecas legais. 5 — Logar em que deve ser realizada a inscrição. 6 — Tempo em que deve ser realizada a inscrição. 7 — Títulos que devem ser apresentados para a inscrição. 8 — Requisitos da inscrição. 9 — Modo de fazer a inscrição. 10 — Averbações.

XXX — EFEITOS DA HIPOTECA — 1 — Efeitos da hipoteca em relação ao devedor. 2 — Efeitos da hipoteca em relação ao credor. 3 — Efeitos capitais da hipoteca.

XXXI — DAS AÇÕES QUE NASCEM DA HIPOTECA — 1 — Ações do credor hipotecário. 2 — Remissões pelo adquirente do bem hipotecado e pelo credor de hipoteca posterior.

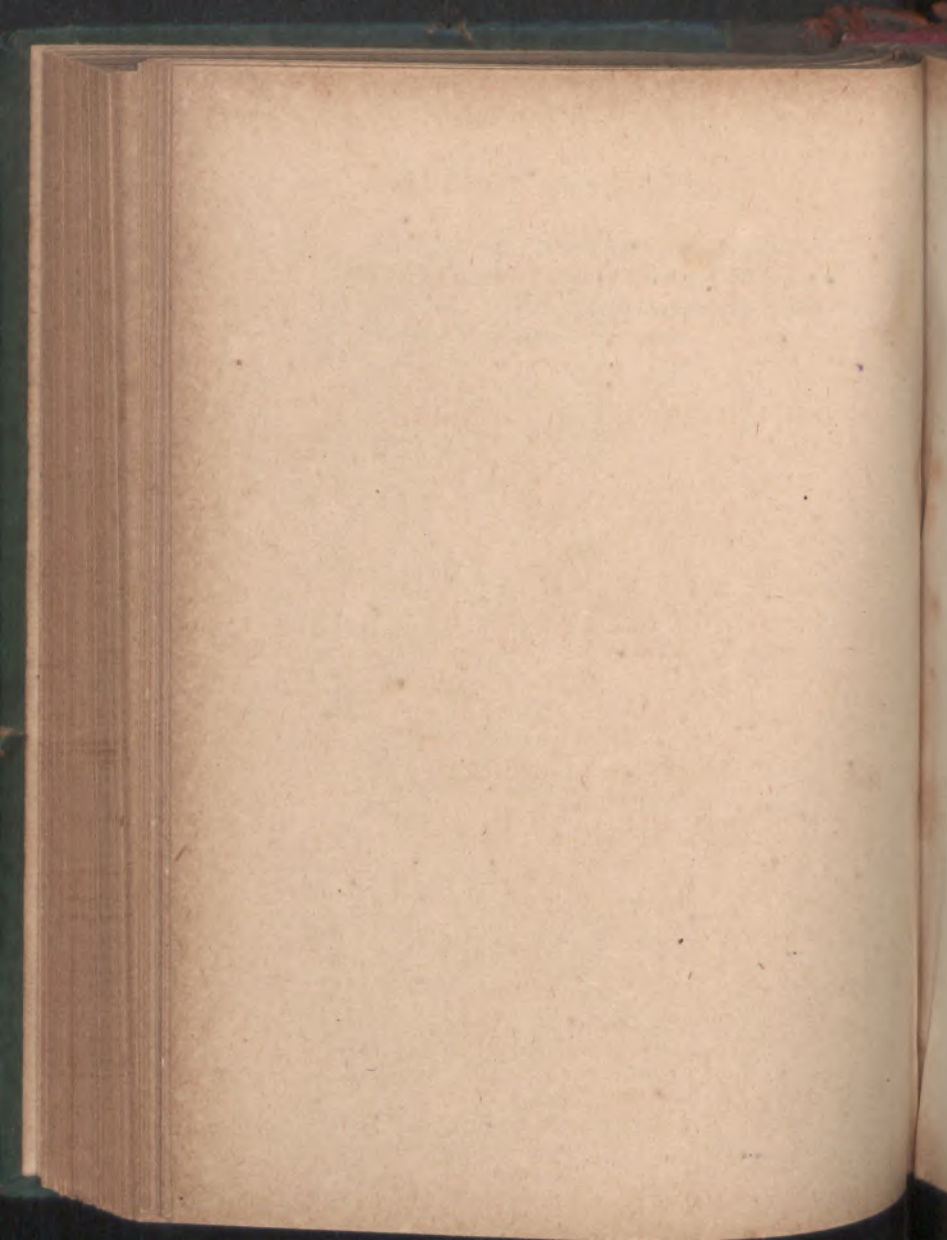
XXXII — DA EXTINÇÃO DA HIPOTECA — 1 — Desaparecimento da obrigação principal. 2 — Destruição da coisa hipotecada. 3 — Resolução do domínio. 4 — Renúncia do credor. 5 — Remissão do bem hipotecado. 6 — Sentença passada em julgado. 7 — Prescrição da ação hipotecária. 8 — Arrematação e adjudicação. 9 — Cancelamento da hipoteca.



XXXIII — DO REGISTRO DE IMÓVEIS —

1 — Noção geral e evolução no Brasil do registro de imóveis. 2 — Valor jurídico-social do registro de imóveis. 3 — Sistema Torrens.





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

4.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO COMERCIAL

*Prof. Dr. Rodolfo Araújo*

1949



UNIVERSIDADE DO RECIFE  
DA  
FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE ENSINO

DO CURSO DE BACHARELADO  
DO  
DA 2.ª CADERNA  
1.º ANO

DIREITO COMERCIAL  
Prof. Dr. Rodolfo Imajo

1949

2.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO COMERCIAL*

*MARÍTIMO, FALÊNCIA E CONCORDATAS*

Dr. RODOLFO ARAÚJO

Interino

*Primeira Parte*

I

- 1 — O comércio marítimo: conceito, história e importância. Influência no desenvolvimento geral da humanidade. Divisões.

I I

- 2 — O Direito Comercial Marítimo: conceito e lugar no Quadro Geral da classificação do Direito.
- 3 — História do Direito Comercial Marítimo, na antiguidade.
- 4 — Os monumentos legislativos na Idade Média e até Colbert.
- 5 — Os monumentos legislativos posteriores a Colbert. O papel da França no movimento codificador do Direito Comercial Marítimo.

I I I

- 6 — O navio e seu conceito. Sua natureza jurídica. Partes e acessórios do navio.
- 7 — O navio e sua construção: a) por economia; b) por contrato.
- 8 — O navio e seu estado civil: individualização e caracterização. A teoria da personalidade do navio. Perecimento do navio. Os registros de navios.

I V

- 9 — Abalroamento entre navios: espécies. Estudo de cada uma. Responsabilidades resultantes do abalroamento. Regulamentos e Convenções internacionais.

V

- 10 — Propriedade do navio: generalidades. Modos de direito privado, de transmissão da propriedade do navio. Alienação voluntária e alienação forçada.
- 11 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Marítimo.
- 12 — Modos de transmissão da propriedade do navio, especiais do Direito Público.
- 13 — Quem pode ser o proprietário de navio brasileiro. Razões.
- 14 — Responsabilidade direta do proprietário de navio.
- 15 — Responsabilidade reflexa do proprietário de navio.



- 16 — Limitação da responsabilidade do proprietário de navio: sistemas.
- 17 — O condomínio de navio. Administração. Transmissão da propriedade de partes do navio.

V I

- 18 — A armação de navio. Espécies de armador. Responsabilidades resultantes da armação.

V I I

- 19 — Representação do navio, fóra de seu domicílio, agentes e consignatários.

V I I I

- 20 — O capitão e a gente da tripulação. Contrato de engajamento: direitos e obrigações resultantes. Poderes do Capitão.

I X

- 21 — Contrato de fretamento. Modalidades ou espécies de fretamento. A carta de partida. Natureza do contrato.

- 22 — Contrato de fretamento: à colheita ou prancha: o conhecimento de carga. Natureza do contrato assim concluído.
- 23 — Emissão e dizeres do conhecimento de carga. Natureza jurídica dêste documento. Modos de sua emissão.
- 24 — Contrato de fretamento: a viagem. Direitos e obrigações das partes, antes, durante e depois da viagem. O frete e seu pagamento.

X

- 25 — Contrato de transporte de passageiros. Natureza jurídica. Direitos e obrigações das partes.

X I

- 26 — O crédito naval: hipoteca de navio. Anticresis e penhor.
- 27 — Créditos privilegiados e quirografários.
- 28 — O contrato de empréstimo e câmbio marítimo: história, desenvolvimento e esplên-

dor. Características próprias d'este contrato. Decadência.

### X I I

- 29 — As avarias no Direito atual. Espécies de avarias: grossas ou comuns e simples ou particulares. Necessidade de uma reforma racional.
- 30 — Conceito de cada espécie. Tipos principais de avarias.

### X I I I

- 31 — O contrato de seguro marítimo: generalidades. As pessoas, partes no contrato.
- 32 — O contrato: o risco; o prémio. O instrumento do contrato: a apólice. Resolução do contrato. O sinistro.
- 33 — A ação de seguro. A ação de abandono. O instituto do abandono no direito marítimo.

### X I V

- 34 — Salvamento e Assistência, em direito mari-

timo. Diferenciação entre as duas figuras.  
Natureza jurídica de cada uma.

- 35 — A Convenção Internacional de Bruxelas, de 1910, arbitramento.

*Segunda Parte*

X V

- 36 — A falência e suas origens. Sua filiação a institutos do Direito Romano.
- 37 — A falência na Idade Média e nos tempos modernos. Sua caracterização definitiva.

X V I

- 38 — A falência e seus pressupostos. Concepções latina e germânica do instituto. Unidades e multiplicidade da falência.
- 39 — A legislação brasileira falencial, anterior e posterior à independência, até 1889.
- 40 — As reformas de 1890 e de 1902; regimes que estabeleceram.
- 41 — A reforma de 1908: a lei n.º 2.024, de 17 de Dezembro desse ano. Sua formação.



Apreciação geral sôbre a sua aplicação, e efeitos desta. A sua reforma parcial, pelo decreto legislativo número 5.746, de 9 de Dezembro de 1929; melhorias introduzidas; defeitos verificados.

41a. — A reforma de 21 de Junho de 1945: dec-lei n. 7.661. Sua formação. Apreciação geral de seu sistema.

## X V I I

42 — A declaração judicial da falência. Motivos determinantes, ou causas que dão logar a mesma declaração. Juízo competente. Recursos contra a sentença declaratória ou denegatória da falência requerida.

43 — Pessoas sujeitas à falência: os comerciantes. Falência dos não comerciantes. Falência das sociedades: efeitos sôbre as pessoas dos sócios.

44 — Efeitos jurídicos da sentença declaratória da falência.

- a) quanto aos direitos dos credores;
- b) quanto à pessoa do falido;
- c) quanto aos bens do falido;

- d) quanto aos contratos do falido;
- e) quanto a revogabilidade de atos praticados pelo falido, anteriormente a declaração da falência; ação revocatória.

### X V I I I

- 45 — Administração da falência. O Juiz e sua atividade no curso do processo. O Síndico, sua posição jurídica, nomeação, funções, deveres e atribuições. O Falido e o Órgão do Ministério Público.
- 46 — Arrecadação e guarda dos livros, papeis e bens do falido. O sistema brasileiro. Exame dos livros do falido. Continuação dos negócios do falido, durante a sindicância.

### X I X

- 47 — Verificação e classificação dos créditos. Impugnação de crédito e seu processo. Credores retardatários: sua habilitação e respectivo processo.
- 48 — Recursos contra a admissão ou exclusão de credores. Revogabilidade da admissão ou classificação de crédito, por meio extraordinário.

X X

- 49 — Realização do ativo e liquidação do passivo. Pagamento dos credores: a) da massa; b) da falência. Extinção das obrigações.

X X I

- 50 — Concordata. História. Conceito e natureza jurídica. Quem a concede. Espécies e modalidades. Requisitos e condições.

- 51 — Embargos ao pedido de concordata. Processo. Fundamentos. Sentença. Efeitos e recurso cabível.

- 52 — Concessão ou indeferimento da concordata. Seus efeitos.

- 53 — Rescisão da concordata. Processo e suas consequências. Cumprimento da concordata e seus efeitos.

XXII

- 54 — Meios preventivos da declaração da falência: moratória e cessão de bens.

- 55 — Concordata preventiva: sua história, funda-

mento e processo. Fôro competente. Despacho que manda processá-la e seus efeitos. Commissário: — nomeação, deveres, remuneração e destituição.

- 56 — Julgamento do pedido de concordata. Obrigações do concordatário no caso de sua concessão. Efeitos da sentença denegatória.
- 57 — Concordata suspensiva. Condições. Processo. Concessão e seus efeitos. Denegação e prosseguimento da falência.

### XXIII

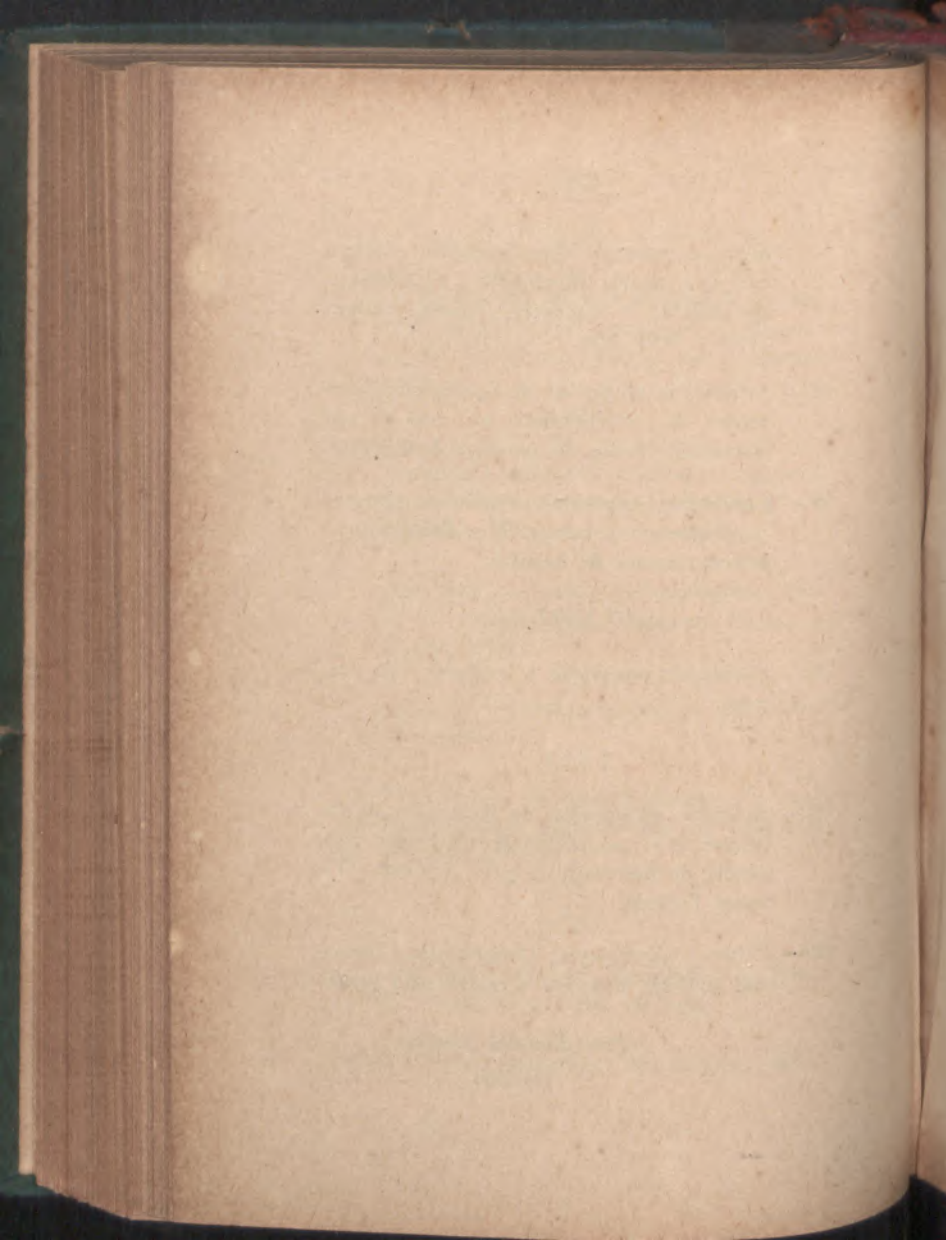
- 58 — Pedido de restituição e embargos de terceiro.

### XXIV

- 59 — Sentenças estrangeiras de declaração da falência: sua exequibilidade no Brasil. Exigência de homologação pelo Supremo Tribunal Federal.
- 60 — Crimes falimentares. Competência. Inquérito judicial. Processo e reabilitação penal.

*Prof. Rodolfo Araújo*  
Interino





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO

4.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DR. PEDRO LINS PALMEIRA

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

*Prof. Dr. Pedro Lins Palmeira*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADERA  
DO  
4.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Prof. Dr. Pedro Luiz Palmeira

1949

3.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL*

Dr. PEDRO LINS PALMEIRA

Professor Catedrático

PRIMEIRA PARTE

I

- 1 — Do Direito Judiciário Civil: Conceito, denominação e finalidade.
- 2 — Sua autonomia e compreensibilidade.



- 3 — Posição enciclopédica e relações com os outros ramos da ciência jurídica.

## I I

- 1 — Da Lei Processual Civil: Conceito e natureza.
- 2 — As Ordenações do Reino; o Regulamento n. 737, de 1850; os Códigos Estaduais.
- 3 — O Código de Processo Civil Nacional e leis extravagantes.

## I I I

- 1 — Da aplicação da lei processual civil no tempo.
- 2 — No espaço.
- 3 — Sua interpretação e integração.

## I V

- 1 — Da função jurisdicional em confronto com as dos demais órgãos da soberania nacional.
- 2 — Do Poder Judiciário.

- 3 — Da função contenciosa e administrativa.

## V

- 1 — Da organização Judiciária.
- 2 — Sistemas diversos de organização.
- 3 — Crítica dos principais.

## V I

- 1 — Da organização judiciária no Brasil; noções históricas.
- 2 — Da organização federal; o Supremo Tribunal.
- 3 — Da organização local.

## V I I

- 1 — Do Juizo Arbitral: conceito e fundamento; inconvenientes e vantagens.
- 2 — Como se constitue e atua.
- 3 — Homologação do laudo arbitral.

V I I I

- 1 — Jurisdição: conceito e divisão.
- 2 — Competência: conceito.
- 3 — Espécies.

I X

- 1 — Da determinação da competência: critérios legais.
- 2 — Das modificações da competência.
- 3 — Do pacto de foro prorrogando.

X

- 1 — Do juízo: noção.
- 2 — Das pessoas que o constituem.
- 3 — Partes necessárias e partes intervenientes.

X I

- 1 — Do juiz: conceito, função e poderes.

2 — Dos escrivães.

3 — Dos oficiais de justiça e demais serventuários.

## X I I

1 — Do litisconsórcio: conceito.

2 — Espécies.

3 — Do litisconsórcio necessário.

## X I I I

1 — Da intervenção do terceiro: conceito e espécies.

2 — Do chamamento à autoria.

3 — Da nomeação à autoria.

## X I V

1 — Da oposição.

2 — Da assistência.

3 — Dos embargos de terceiro.



X V

- 1 — Da capacidade para estar em juízo.
- 2 — Incapacidade absoluta e incapacidade relativa.
- 3 — Meio de supri-las.

X V I

- 1 — Da capacidade de postular em juízo: representação das partes: dos procuradores judiciais.
- 2 — Do advogado.
- 3 — Dos provisionados e dos solicitadores.

X V I I

- 1 — Da Assistência Judiciária.
- 2 — Da curadoria à lide.
- 3 — Do Ministério Público.

X V I I I

- 1 — Do processo: natureza jurídica e conceito.

- 2 — Necessidade política do processo.
- 3 — Condições e pressupostos processuais.

## X I X

- 1 — Dos atos processuais: conceito e discriminação:
- 2 — Dos atos processuais da parte.
- 3 — Dos atos processuais do juízo.

## X X

- 1 — Das condições de realização dos atos processuais quanto ao tempo e ao lugar. Prazos.
- 2 — Feriados e férias forenses.
- 3 — Das custas e das multas judiciais.

## X X I

- 1 — Da ação: acepções da palavra.
- 2 — Natureza jurídica da ação.

3 — Teoria da ação.

X X I I

1 — Condições do exercício das ações.

2 — Modificações objetivas e subjetivas da ação.

3 — Extinção das ações.

X X I I I

1 — Do concurso de ações.

2 — Da cumulação de ações.

3 — Da diferença entre litisconsórcio e o concurso e a cumulação de ações.

X X I V

1 — Das nulidades processuais: noções gerais.

2 — Das espécies de nulidade processual.

3 — Como podem ser sanadas.

SEGUNDA PARTE

X X V

- 1 — Da instância: conceito.
- 2 — Comêço, suspensão e renovação da instância.
- 3 — Da absolvição, cessação e perempção da instância.

X X V I

- 1 — Do impulso processual: o pedido.
- 2 — Da petição inicial: cautelas e fórmula; adição e emenda.
- 3 — Do valor da causa: critérios, impugnação e efeito. Da distribuição.

X X V I I

- 1 — Da citação inicial: conceito e fundamento.
- 2 — Cautelas quanto às pessoas que devem ser citadas.



- 3 — Dos efeitos da citação: da revelia.

X X V I I I

- 1 — Das espécies da citação e casos em que têm cabimento.
- 2 — Da citação por mandado e por despacho ou por precatória.
- 3 — Da citação com hora certa ou por editais.

X X I X

- 1 — Da defesa: conceito, fundamento e espécies.
- 2 — Das exceções: conceito e divisão.
- 3 — Das exceções de litispendência e de coisa julgada: oportunidade, efeitos e processo.

X X X

- 1 — Da exceção de incompetência, oportunidade e efeitos.
- 2 — Da exceção da suspeição; oportunidade e efeitos.

- 3 — Prática formulária das exceções suspensivas.

### X X X I

- 1 — Da contestação: conceito e espécies; cautelas e formas; arguição de nulidades.
- 2 — Da litiscontestação.
- 3 — Da reconvenção.

### X X X I I

- 1 — Do despacho saneador: conceito, natureza e vantagens.
- 2 — Sua oportunidade e matéria sôbre que deve versar.
- 3 — Da audiência de instrução e julgamento.

### X X X I I I

- 1 — Das provas, em geral: conceito e espécies; meios de prova admitidos em nosso direito. Do sistema de provas legais e do livre convencimento do juízo.

- 2 — Do onus da prova.
- 3 — Dos indícios e presunções; dos usos e costumes.

X X X I V

- 1 — Da prova documental: da exhibição de documentos; do incidente de falsidade.
- 2 — Da confissão e do depoimento pessoal: das testemunhas.
- 3 — Das vistorias e arbitramentos.

X X X V

- 1 — Da sentença: conceito.
- 2 — Requisitos elementares e formais; espécies.
- 3 — Publicação e intimação.

X X X V I

- 1 — Da coisa julgada: conceito.
- 2 — Da causa julgada formal e da material.

- 3 — Seus limites objetivos e subjetivos.

### TERCEIRA PARTE

#### X X X V I I

- 1 — Da ação ordinária; noções gerais.
- 2 — Casos em que tem lugar.
- 3 — Marcha processual e prática formulária.

#### X X X V I I I

- 1 — Das ações executivas; noções gerais e pressupostos.
- 2 — Casos em que tem lugar, no nosso direito.
- 3 — Processo e prática formulária.

#### X X X I X

- 1 — Do executivo fiscal; conceito e pressupostos.
- 2 — Processo e prática formulária.
- 3 — Recursos nêle admitidos.



X L

- 1 — Das ações cominatórias para a prestação de fato ou abstenção de ato.
- 2 — Da caução de dano infecto.
- 3 — Da ação de prestação de contas.

X L I

- 1 — Das ações possessórias: noções gerais e espécies.
- 2 — Do interdito proibitório.
- 3 — Processo e prática formulária.

X L I I

- 1 — Da ação de manutenção.
- 2 — Da ação de esbulho, com ou sem reintegração prévia de posse.
- 3 — Processo e prática formulária de ambas as ações.

X L I I I

- 1 — Da ação de imissão de posse; natureza da ação; casos em que tem lugar.
- 2 — Da ação de despejo: noção; a quem compete e quando tem lugar.
- 3 — Processo e prática formulária.

X L I V

- 1 — Da nunciação de obra nova: a quem compete, natureza e requisitos.
- 2 — Da caução de *opere demoliendo*; processo e prática formulária.
- 3 — Da ação de nulidade de patente de invenção e de marca de fábrica e de comércio; fôro competente; pessoas que a podem intentar. Processo e prática.

X L V

- 1 — Da ação renovatória de contrato de locação de imóveis, destinados a fins comerciais.
- 2 — Fundamento legal e pressupostos.

- 3 — Processo e prática formulária.

X L V I

- 1 — Da ação de perempção ou preferência e do direito de opção.
- 2 — Da ação de consignação em pagamento; natureza e defesa que comporta.
- 3 — Processo e prática formulária.

X L V I I

- 1 — Do mandado de segurança: fundamento legal, natureza e contra que atos pode ser intentado.
- 2 — Forma da inicial e prova do alegado.
- 3 — Processo e prática formulária.

X L V I I I

- 1 — Da ação para recuperar títulos ao portador ou restaurá-los; efeitos; processo.
- 2 — Da ação de depósito.

- 3 — Do incidente da prisão do depositário infiel; processo e prática.

## X L I X

- 1 — Das ações relativas às vendas a crédito com reserva de domínio.
- 2 — Das ações relativas ao loteamento e venda de imóveis a prestação.
- 3 — Processo e prática formulária.

## L

- 1 — Da ação de excussão de penhor; quando tem lugar.
- 2 — Da remissão do penhor.
- 3 — Das ações de refôrço de garantia e de remissão do imóvel hipotecado; processo e prática.

## L I

- 1 — Do acidente de trabalho: conceito e noções gerais.



- 2 — Do procedimento preliminar: iniciativa.
- 3 — Processo e prática formulária.

## L I I

- 1 — Da venda, locação e administração de coisa comum, inclusive de parte.
- 2 — Da eleição do cabecel de bens enfiteuticas.
- 3 — Da exoneração de fiança; processo e prática.

## L I I I

- 1 — Das ações de divisão e demarcação: conceito e disposições comuns.
- 2 — Das disposições especiais à divisão; prática formulária.
- 3 — Das disposições especiais à demarcação; prática formulária.

## L I V

- 1 — Da ação para obrigar à construção e con-

servação de tapumes e para indenização de parede ou tapume divisório.

- 2 — Da ação de usucapião.
- 3 — Processo e prática formulária.

#### QUARTA PARTE

##### L V

- 1 — Dos processos acessórios e das medidas preventivas, em geral: natureza e efeitos.
- 2 — Da busca e apreensão.
- 3 — Da exibição de coisa e das vendas judiciais. Processo e prática formulária.

##### L V I

- 1 — Do embargo ou arresto; pressupostos jurídicos e casos em que tem lugar.
- 2 — Do sequestro: casos em que tem lugar.
- 3 — Processo e prática formulária.

L V I I

- 1 — Do depósito preparatório de ação.
- 2 — Do depósito de pessoas.
- 3 — Da separação de corpos e das cauções judiciais; processo e prática formulária.

L V I I I

- 1 — Do protesto e da interpelação judicial.
- 2 — Da justificação e da notificação: noções gerais.
- 3 — Processo e prática formulária.

L I X

- 1 — Da especialização das hipotecas legais.
- 2 — Da posse em nome do ventre.
- 3 — Das vistorias, arbitramentos e inquirições *ad perpetuam rei memoriam*; noções gerais, processo e prática formulária.

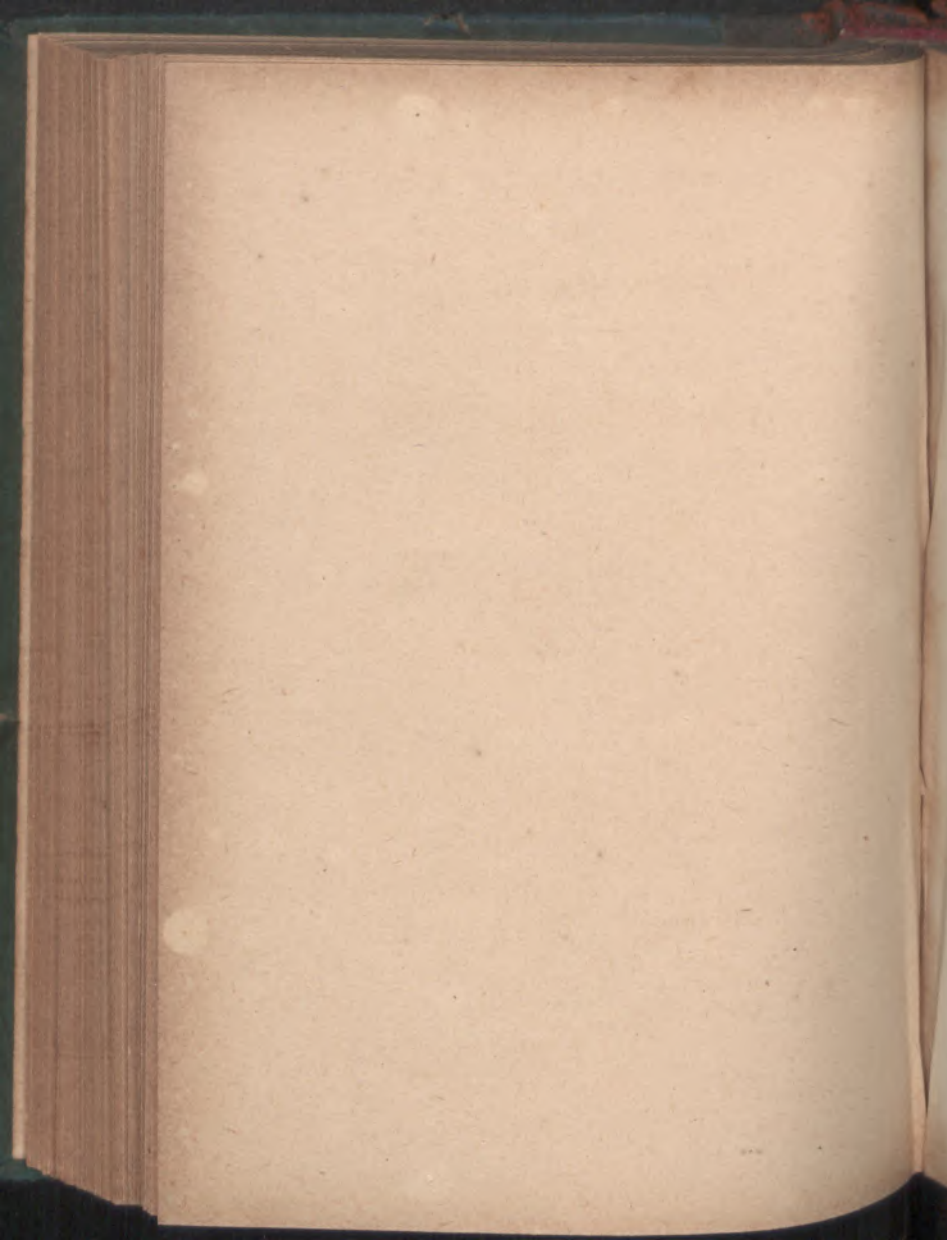
L X

- 1 — Do atentado: noções gerais e fundamento.
- 2 — Causas em que pode ter lugar; efeitos.
- 3 — Processo e prática formulária.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 15 de Janeiro de 1949.

O Professor Catedrático  
Dr. PEDRO LINS PALMEIRA





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
4.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

MEDICINA LEGAL

*Prof. Dr. Edgar Altino C. de Araújo*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4ª CATEGORIA

DO

1.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

MEDICINA LEGAL

Prof. Dr. Edgar Alino C. de Araújo

1919

4.<sup>a</sup> CADEIRA

*MEDICINA LEGAL*

DR. EDGAR ALTINO C. DE ARAÚJO  
Professor Catedrático

a) *Medicina Legal, Ensino e Perícia*

- 1 — Objeto da Medicina Legal. Feição de estudo em Faculdades Jurídicas. Didática. Prática médico-forense. Novos rumos da cadeira. Medicina Legal judiciária.
- 2 — Institutos médico-legais. Especialização pericial: perícia e peritos. Documentos médico-legais. O Código Penal de 1940.



b) *Semiologia Mental*

- 3 — Percepção, inteligência, emoção, vontade. Vida social. Conduta e liberdade. Sociologia do homem normal.
- 4 — Limites modificadores legais da responsabilidade e da capacidade. Idade, sexo, estado mental.

c) *Psicopatologia Forense*

- 5 — Estudo médico-legal das doenças mentais. Causas gerais, diagnóstico, simulação, classificação das doenças mentais.
- 6 — Reações anti-sociais dos alienados. Constituições psicopáticas.
- 7 — Das toxifilias (etilismo, morfinismo, cocaínismo etc.) Estudo médico-legal.
- 8 — Das perversões sexuais. Conceito froideano. Distúrbios hormoglandulares e neurovegetativos.
- 9 — Noções de higiene mental. Proteção à criança anormal, aos toxífilos, aos perversos, aos vagabundos, aos analfabetos.

10 — Repressão à credence popular, às práticas de espiritismo e similares; ao curandeirismo etc. Profilaxia das doenças venéreas.

11 — Vantagens da segregação mental precoce. Manicômios, preventórios, hospitais abertos.

d) *Sexologia Forense*

12 — Do casamento. Motivo de impedimento estatuidos no Código Civil, relativos á consanguinidade. Leis de Mendel.

13 — Relativos à idade e à capacidade civil.

14 — Idem aos direitos de sucessão de produto possível de casamento anterior.

15 — Sentido legal do êrro essencial sôbre pessoa. Defloramento anterior, dubiedade de sexo e outras malformações genitais.

16 — Defeito físico irremediável ou moléstia grave transmissível por contágio ou herança.

17 — Sevícia ou injúria grave. Contaminação venérea. Casamentos nulos e anuláveis.

- 18 — Exame médico prenupcial. Mendelismo. Eugenética.
- 19 — Do defloramento; conceito legal. Órgãos sexuais externos da mulher; himen; sua forma e consistência.
- 20 — Traumatologia sexual; circunstâncias con-  
correntes para o diagnóstico do defloramen-  
to.
- 21 — Do estupro; conceito legal. Casos em que  
constitue atentado à saúde e a vida.
- 22 — Do atentado contra o pudor; conceito legal.  
Práticas libidinosas; perversões sexuais. Le-  
sões possíveis resultantes do atentado.
- 23 — Do ultrage público ao pudor. Psicologia do  
ultrajante.
- 24 — Da gravidez; noções de embriologia e con-  
cepção. Diagnóstico da gestação; práticas  
de laboratório. Variedades, marcha e dura-  
ção da prenhez. Simulação e dissimulação.
- 25 — Do parto. Sinais recentes, sinais remotos.  
Do parto suposto. Cod. Penal, art. 242.  
Perícia; grupos sanguíneos.

- 26 — Do abortamento criminoso; conceito e elementos constitutivos do crime. Prática de abortamento. Medicamentos abortivos e processos abortivos mecânicos.
- 27 — Lesões possíveis consecutivas à prática clandestina do abortamento; exame da mulher, do aborto e do anexos. Perícia.
- 28 — Do abortamento legal; indicações terapêuticas e eugenéticas. Cod. Penal, art. 128, n. II.
- 29 — Do perigo social do abortamento clandestino. Direito do nascituro. Inutilidade das leis penais repressivas. Prevenção pela propaganda e pela assistência social à mulher grávida.

e) *Criminologia*

- 30 — O crime e seu conceito histórico; forma fundamental e forma evolutiva. Conceito social coetâneo.
- 31 — O criminoso e sua ficha biográfica; antecedentes hereditários, influências congênicas, vida na infância, vida na sociedade.



- 32 — Exame somático e psíquico do delinquente. Biotipologia criminal.
- 33 — Prevenção do crime. Extinção da máquina penal vigente. Substitutivos penais de Ferri.
- 34 — A pena e sua finalidade utilitária de terapêutica médico-psicológica, médico-pedagógica, médico-cirúrgica e médico-operatória ineretória.
- 35 — Penitenciárias, reformatórios, clínicas criminais, manicômios penais, anexos psiquiátricos.

*f) Técnica Policial Judiciária*

- 36 — Da prova do crime. Provas técnicas. Levantamento de corpo, fotografia do local do crime, filmagem. Outras provas de laboratório. Prova testemunhal. Confissão. Técnica psicológica.
- 37 — Caracteres antropognósticos gerais. Raça, sexo, idade.
- 38 — Tipo constitucional. Soma e psique. Tipos patológicos.

- 39 — Estática antropognóstica; caracteres profissionais; fisiológicos. Tatuagens. Grupos sanguíneos; antropometria.
- 40 — Dinâmica antropognóstica; caracteres funcionais. Posturas, marcha, destreza, força.
- 41 — Movimentos anormais. Palavra escrita e falada. Mímica, gestos.
- 42 — Sensório. Vida vegetativa.
- 43 — Identificação judiciária; reconhecimento no vivo, no cadáver e na fotografia. Fotografia sinalética. Embalsamamento e recomposição de cadáveres.
- 44 — Identificação judiciária, datiloscópica. Impressões digitais e sistemas datiloscópicos.
- 45 — Gabinetes de identificação datiloscópica; provas no vivo e no cadáver. Processos de revelação de impressões digitais.

g) *Traumatologia Forense*

- 46 — Semiologia geral das ofensas físicas. Estudo quantitativo das lesões corporais.

- 47 — Lesões por agentes físicos.
- 48 — Lesões por agentes mecânicos e químico-traumatisantes.
- 49 — Asfixias puras.
- 50 — Asfixias complexas.
- 51 — Asfixias mistas.
- 52 — Inanição. Envenenamento.
- 53 — Infecção; delito de contágio. Cod. Penal, art. 130.
- 54 — Classificação das lesões corporais. Lesão leve; Cod. Penal, art. 129.
- 55 — Lesão grave; Cod. Penal, art. 128, § 2.<sup>o</sup> ns. I, II, III e IV.
- 56 — Lesão mais grave; Cod. Penal, § 2.<sup>o</sup> ns. II, III, IV e V.
- 57 — Lesão mortal. Natureza e séde das lesões mortais.
- 58 — Lesão corporal seguida de morte. Cod. Pe-

nal, art. 120, § 3.º. Estudo médico legal das concausas.

59 — Estudo semiótico da morte por homicídio, por suicídio e por acidente.

60 — Conceito novo de infanticídio. Cod. Penal, art. 123. Psicologia do estado puerperal.

61 — Infanticídio. Provas de vida extrauterina; docimasias. Diagnóstico da causa da morte do recém-nascido.

h) *Infirtunística*

62 — Acidente de trabalho. Lei nacional. Teoria do risco profissional e acidentes de trabalho.

63 — Perícia. Cura da lesão. Consolidação médica e consolidação jurídica. Simulação.

64 — Avaliação de incapacidade. Concausalidade. Legislação, jurisprudência.

i) *Tanatologia forense*

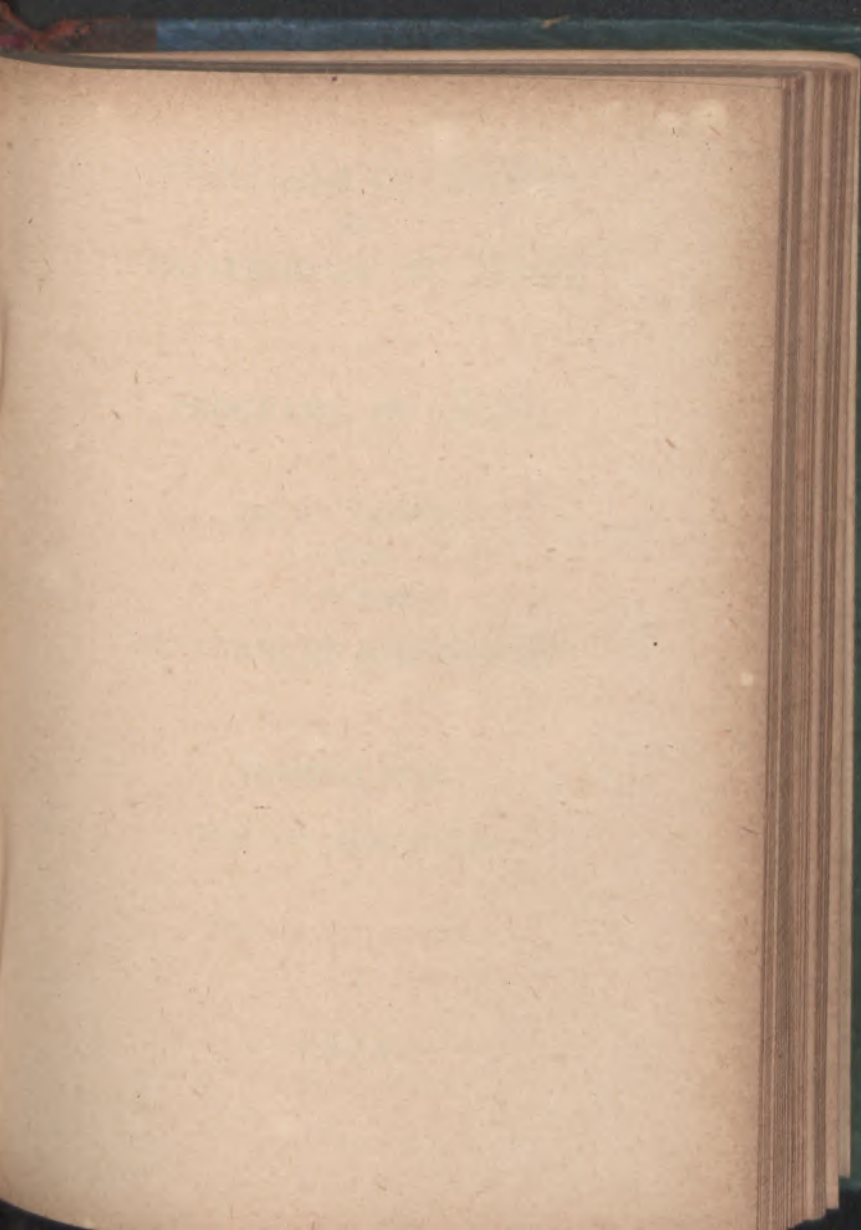
65 — Da morte; sinais duvidosos, sinais certos.

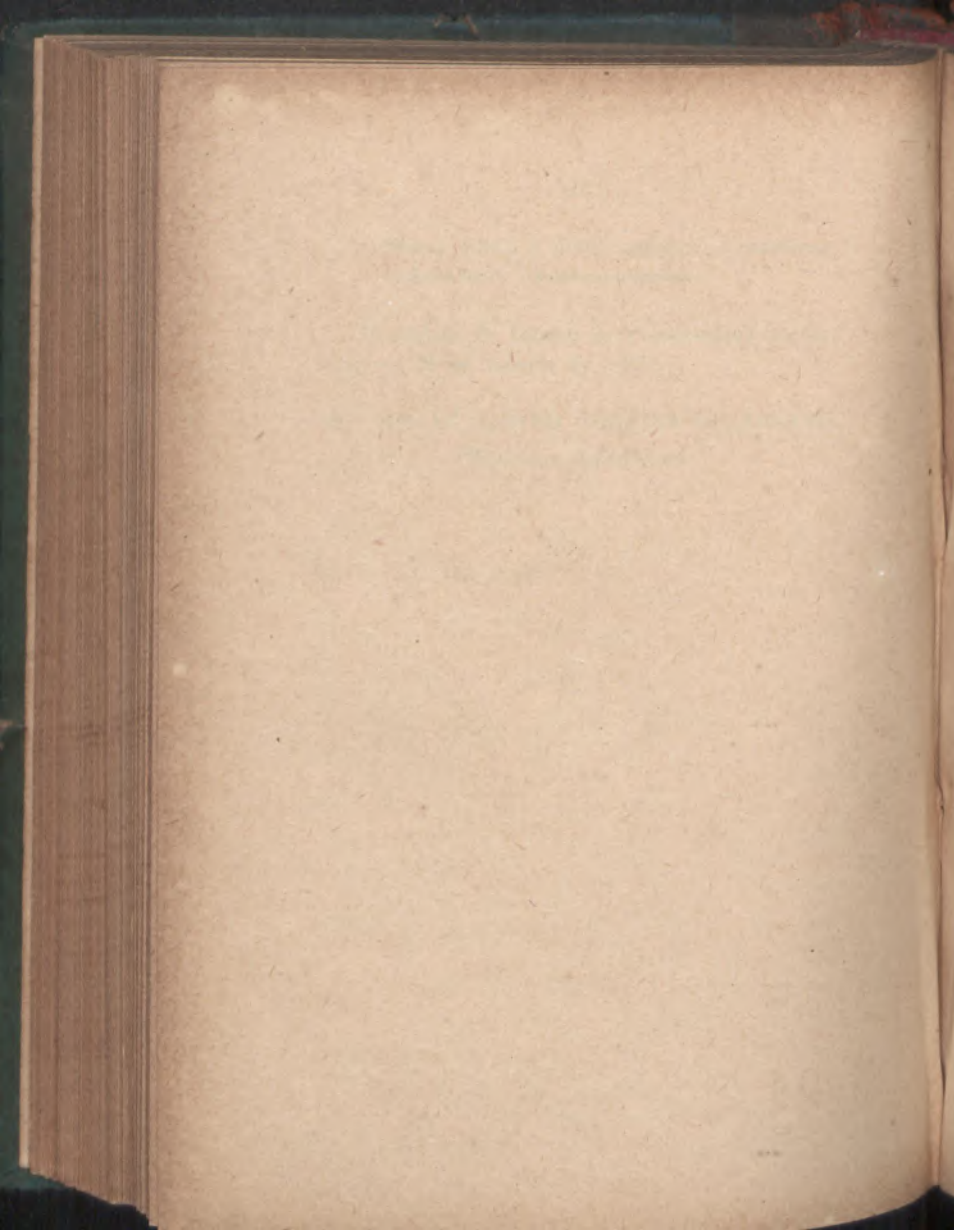


Morte súbita e morte agônica. Fenômenos  
cadavéricos. Cronotanatognóse.

Faculdade de Direito da Universidade do Re-  
cife, em 15 de Janeiro de 1949.

DR. EDGAR ALTINO CORREIA DE ARAÚJO  
Professor Catedrático





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
5.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO CIVIL

*Prof. Dr. Abgar Soriano*

1949



UNIVERSIDADE DO RECIFE  
DA  
FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1ª CADERA

DO

2º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO CIVIL

Prof. Dr. Abgar Seneiro

1949

1.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO CIVIL*

*(Família e Sucessões)*

Prof. ABGAR SORIANO

I

- 1 — Da família: conceito, formas e origem.
- 2 — A família como instituição social e jurídica.

II

- 3 — Do direito de família: objeto, divisão e particularidades.

I I I

- 4 — Do casamento: idéias gerais.
- 5 — Dos impedimentos: espécies e efeitos.
- 6 — Das formalidades preliminares do casamento.
- 7 — Da celebração do casamento.
- 8 — Do casamento *in extremis*.
- 9 — Da representação no casamento.

I V

- 10 — Dos meios de prova do casamento: da publicidade.
- 11 — Do casamento inexistente, nulo e anulável: distinções e efeitos.
- 12 — Do casamento putativo: espécies e efeitos.

V

- 13 — Dos efeitos jurídicos do casamento.

- 14 — Da incapacidade da mulher casada.
- 15 — Dos direitos e deveres do marido e da mulher.

## V I

- 16 — Dos regimens de bens no casamento.
- 17 — Do regimen da comunhão universal de bens.
- 18 — Do regimen da comunhão universal de bens.
- 19 — Do regimen da separação de bens.
- 20 — Do regimen dotal.

## V I I

- 21 — Da dissolução da sociedade conjugal.
- 22 — Do divórcio.
- 23 — Do desquite.
- 24 — Dos efeitos do desquite, quanto aos filhos e bens do casal.



V I I I

- 25 — Do parentesco e suas espécies: linhas e graus.
- 26 — Da legitimidade ou ilegitimidade dos filhos.
- 27 — Da legitimação e do reconhecimento dos filhos naturais.
- 28 — Da adoção: requisitos e efeitos.

I X

- 29 — Do pátrio poder.
- 30 — Direitos e deveres dos pais, quanto à pessoa e bens dos filhos.
- 31 — Da suspensão e perda do pátrio poder.
- 32 — Dos alimentos e suas espécies: quando e por quem são devidos.

X

- 33 — Da tutela: conceito, história e espécies.

- 34 — Direitos e deveres dos tutores.
- 35 — Dos que podem e dos que não podem ser tutores, e das causas de excusa.
- 36 — Das garantias e da extinção da tutela.

## X I

- 37 — Da curatela: conceito e espécies.
- 38 — Direitos e deveres dos curadores.
- 39 — Dos que podem e dos que não podem ser curadores, e das causas de excusa.
- 40 — Das garantias e da extinção da curatela.

## X I I

- 41 — Do direito das sucessões: princípios fundamentais.

## X I I I

- 42 — Da sucessão *mortis causa*: fundamento.
- 43 — Da transmissão da herança.

44 — Tempo e lugar de abertura da sucessão.

45 — Aceitação e recusa da herança.

#### X I V

46 — Da responsabilidade dos herdeiros.

47 — Da herança jacente e vacante.

#### X V

48 — Da sucessão legítima.

49 — Da ordem de vocação hereditária.

50 — Da sucessão por cabeça e por stirpe.

51 — Sucessão na linha reta e do cônjuge.

52 — Sucessão na linha colateral.

53 — Do direito de representação.

#### X V I

54 — Da sucessão testamentária.

55 — Da liberdade de testar.

56 — Do testamento e suas espécies.

57 — Da capacidade testamentária.

58 — Dos testamentos público, cerrado e privado: requisitos.

## X V I I

59 — Dos testamentos especiais.

60 — Dos codicilos.

## X V I I I

61 — Das disposições testamentárias em geral.

62 — Ineficácia e revogação dos atos de última vontade.

## X I X

63 — Dos legados: noção, espécies, efeitos e caducidade.

## X X

64 — Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.



65 — Dos herdeiros necessários e da redução das disposições testamentárias.

66 — Da capacidade para suceder.

67 — Da indignidade e da desherdação.

X X I

68 — Das substituições e suas espécies.

69 — Da substituição vulgar: requisitos.

70 — Da substituição fideicomissária: requisitos.

71 — Das colações.

X X I I

72 — Do inventário e da partilha.

73 — Do inventariante.

74 — Dos sonegados.

75 — Do pagamento das dívidas do espólio.

76 — Garantia dos quinhões hereditários.

77 — Da nulidade da partilha.

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

5.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

*Prof. Dr. Mário de Souza*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2ª CATEGORIA  
DO  
CURSO DE BACHARELADO  
EM DIREITO

DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL

Prof. Dr. Mário de Souza

2.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO JUDICIÁRIO CIVIL*

Prof. MARIO DE SOUZA

1 — *Dos Recursos*

PONTO 1.<sup>o</sup>

- 1 — Dos recursos em geral: noções.
- 2 — Seu fundamento jurídico e filosófico.
- 3 — Espécies.



PONTO 2.º

- 1 — Da Apelação: noções gerais; espécies.
- 2 — Dos efeitos da apelação.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 3.º

- 1 — Do Agravo: noções gerais e especiais.
- 2 — Do Agravo de petição: quando tem lugar; efeitos..
- 3 — Rito processual e prática formulária, nas duas instâncias.

PONTO 4.º

- 1 — Do Agravo de Instrumento: noções e casos em que tem lugar.
- 2 — Efeitos.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 5.º

- 1 — Do Agravo do Auto do Processo: casos em que corre; efeitos e prática formulária.
- 2 — Dos Agravos de despachos na Segunda Instância.
- 3 — Da Carta Testemunhável: conceito e finalidade; sua supressão no novo Código de Processo.

PONTO 6.º

- 1 — Dos Embargos: noções gerais, natureza e espécies.
- 2 — Dos Embargos ao Acordão: quando tem lugar; rito processual e prática formulária.
- 3 — Dos Embargos a Sentença e dos Embargos de Declaração: casos em que ocorrem e prática formulária.

PONTO 7.º

- 1 — Da Revista: conceito, fundamento e casos em que tem lugar.

- 2 — Efeitos: rito processual e prática formulária.
- 3 — Do Prejulgado: conceito e finalidade. Seu processo.

### PONTO 8.º

- 1 — Recurso Extraordinário: conceito e finalidade.
- 2 — Casos em que tem lugar; efeitos. Rito processual e prática formulária.

### *II — Dos processos da competência originária dos Tribunais*

### PONTO 9.º

- 1 — Da Homologação das Sentenças Estrangeiras fundamento e sistemas.
- 2 — Do sistema adotado no Brasil: rito processual e prática formulária.
- 3 — Da homologação de sentenças de falência.

PONTO 10.º

- 1 — Conflitos de Jurisdição: conceito e finalidade.
- 2 — Casos em que ocorrem seus efeitos.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 11.º

- 1 — Da Ação Rescisória: fundamento, natureza e finalidade.
- 2 — Casos em que tem cabimento.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

*III — Da Execução de Sentenças*

PONTO 12.º

- 1 — Teoria Geral da Execução: juízo e partes competentes.
- 2 — Do ingresso na execução.
- 3 — Do objeto da execução.



PONTO 13.º

- 1 — Da Execução por quantia certa: casos e fórmula.
- 2 — Nomeação de bens a penhora.
- 3 — Gradação a ser observada; prática formulária.

PONTO 14.º

- 1 — Da Penhora: conceito e natureza.
- 2 — Objeto da penhora. Bens absoluta e relativamente impenhoráveis.
- 3 — Requisitos e forma da penhora; prática formulária.

PONTO 15.º

- 1 — Da penhora em créditos, direitos e ações.
- 2 — Penhora no rôsto dos autos.
- 3 — Ação subrogatória.

PONTO 16.º

- 1 — Disposições comuns aos bens penhorados.
- 2 — Depósito e administração dêles.
- 3 — Dos seus frutos e rendimentos.

PONTO 17.º

- 1 — Reforço e redução da penhora; substituição do bem penhorado.
- 2 — Segunda penhora e concorrência de penhoras.
- 3 — Dos efeitos da penhora.

PONTO 18.º

- 1 — Da avaliação: necessidade; efeitos; casos em que se dispensa; como se procede.
- 2 — Dos *Editais de praça*; requisitos e fórmulas.

PONTO 19.º

- 1 — Da Arrematação: teoria sobre a natureza da alienação dela decorrente.

- 2 — Da praça. Auto e carta de arrematação.
- 3 — Dos efeitos da arrematação.

PONTO 20.º

- 1 — Da Ajudicação: natureza e condições.
- 2 — Ajudicação de rendimentos.
- 3 — Efeitos da adjudicação; carta.

PONTO 21.º

- 1 — Da Remissão: da execução e de bens penhorados; oportunidade; pessoas que podem pedir, preço.
- 2 — Efeitos. Carta de remissão.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 22.º

- 1 — Da Execução contra a Fazenda Pública.
- 2 — Execução por dívida alimentícia.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 23.º

- 1 — Da Execução provisória: casos em que ocorre.
- 2 — Atos que compreende.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 24.º

- 1 — Da Execução por cousa certa ou em espécie: conceito e natureza.
- 2 — Casos e meios empregados.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 25.º

- 1 — Da Execução das Obrigações de fazer ou não fazer: casos e forma.
- 2 — No caso de condenação a emitir uma declaração de vontade.
- 3 — Rito processual e prática formulária.



PONTO 26.º

- 1 — Da Execução por quantia incerta: noções e casos.
- 2 — Liquidação da sentença.
- 3 — Rito processual e prática formulária.

PONTO 27.º

- 1 — Da Defesa do Executado: casos, oportunidade e efeitos.
- 2 — Embargos a penhora e a Arrematação; rito processual e prática formulária.
- 3 — Embargos nas execuções reais e nas de obrigações de fazer ou não fazer.

PONTO 28.º

- 1 — Alienação em Fraude de Execução: conceito e casos em que ocorre.
- 2 — Natureza e índole processual.
- 3 — Efeitos.

PONTO 29.º

- 1 — Do Concurso de Credores: conceito e fundamento.
- 2 — Suas condições e efeitos.
- 3 — Protesto de preferência. Processo do concurso e prática formulária.

PONTO 30.º

- 1 — Da Desapropriação por Utilidade Pública: noções gerais e fundamento legal; do decreto de desapropriação.
- 2 — Processo de desapropriação: modo e forma de agir para a indenização do valor dos bens desapropriados.
- 3 — Da requisição e uso da propriedade particular.

*IV — Dos Processos Administrativos*

PONTO 31.º

- 1 — Do Inventário: noções gerais.

- 2 — Tempo, lugar e pessoas a quem cabe a sua iniciativa.
- 3 — Prazo para seu início e término; prorrogação. Prática formulária.

PONTO 32.º

- 1 — Do Inventariante: nomeação e preferência para o exercício do cargo. Das declarações de herdeiros e bens.
- 2 — Da citação dos herdeiros e contestação de sua qualidade.
- 3 — Questões de alta indagação. Prática formulária.

PONTO 33.º

- 1 — Da avaliação.
- 2 — Das declarações finais.
- 3 — Da colação e sua conferência. Prática formulária.

PONTO 34.º

- 1 — Do pagamento das dívidas.

- 2 — Da reserva de bens, adjudicação e venda, para êsse pagamento.
- 3 — Da liquidação ou cálculo e sua impugnação. Sêlo de herança.

PONTO 35.º

- 1 — Da partilha: a) — judicial: deliberação e esboço.
- 2 — b) — amigável: quando pode ocorrer: formalidades; c) — feita em vida.
- 3 — Efeitos da partilha. Formal de partilha.

PONTO 36.º

- 1 — Do Arrolamento: quando tem lugar.
- 2 — Formalidades e seu curso.
- 3 — Prática formulária.

PONTO 37.º

- 1 — Da apresentação e abertura de testamentos; cerrado e público.



2 — Do testamento olografo ou particular.

3 — Do testamento militar e do marítimo.

PONTO 38.º

1 — Da execução dos testamentos. Do testamenteiro.

2 — Do arbitramento da vintena.

3 — Da extinção do usufruto e do fideicomisso.

PONTO 39.º

1 — Da arrecadação dos bens de defuntos: noções gerais; Cautelas, quanto ao logar e a iniciativa da arrecadação; guarda e administração dos bens.

2 — Da habilitação dos herdeiros e da ação para o reconhecimento de seus direitos hereditários.

3 — Herança jacente e o regimen do Decreto lei n.º 1907, de 26 de dezembro de 1939.

PONTO 40.º

- 1 — Dos bens de ausentes; arrecadação: modo e forma de procedê-la.
- 2 — Da sucessão provisória: noções e fundamento legal. Processo e prática formulária.
- 3 — Dos bens achados: noções gerais; arrecadação e processo.

PONTO 41.º

- 1 — Do processo do Registro Torrens; noções, utilidade, inscrição e opposição.
- 2 — Dos processos relativos ao Registro Civil.
- 3 — Dos assentos fora de prazo; averbações, suprimimentos, retificações e anulações.

PONTO 42.º

- 1 — Dos processos de tutela: noções gerais.
- 2 — Nomeação e exercício de tutores: preferências, atribuições e deveres.
- 3 — Da destituição dos tutores.

PONTO 43.º

- 1 — Da interdição dos incapazes: noções gerais, iniciativa e processo.
- 2 — Da nomeação e destituição dos curadores, seus deveres e responsabilidades.
- 3 — Do levantamento da interdição.

PONTO 44.º

- 1 — Da venda, arrendamento e hipoteca dos incapazes.
- 2 — Da especialização da hipoteca legal; noções gerais e fundamento legal.
- 3 — Da prestação de contas dos tutores e curadores.

PONTO 45.º

- 1 — Da Emancipação: noções gerais e fundamento legal.
- 2 — Casos em que pode ocorrer.
- 3 — Iniciativa do processo, rito e prática formulária.

PONTO 46.º

- 1 — Do processo de incorporação de bens ao Patrimônio Nacional: noções gerais e fundamento legal.
- 2 — Do suprimento de consentimento: noções gerais e processo.
- 3 — Da subrogação de bens inalienáveis: noções gerais, fundamento legal e processo.

PONTO 47.º

- 1 — Do bem de família: noções gerais; modo e forma de proceder a sua instituição.
- 2 — Da separação de dote e da venda de bens dotais: noções gerais e processo.
- 3 — Do resgate e abandono do aforamento e da alienação do domínio útil e do direito: noções gerais e processo.

PONTO 48.º

- 1 — Do casamento: habilitação prévia; oposição de impedimentos; dispensa de proclamas; celebração.



- 2 — Do casamento in extremis: processo.
- 3 — Do desquite por mútuo consentimento: formalidades. Retratação e reconciliação.

PONTO 49.º

- 1 — Da liquidação de sociedades: noções gerais.
- 2 — Designação do Liquidante: atos que lhe incumbem; sua destituição.
- 3 — Partilha: processo e prática formulária.

PONTO 50.º

- 1 — Das fundações: organização e instituição.
- 2 — Funcionamento e fiscalização.
- 3 — Extinção.

*V — Das Falências*

PONTO 51.º

- 1 — Da falência: conceito e fundamento; natureza processual.

- 2 — Unidade e universalidade da falência.
- 3 — Do processo para sua declaração e seus efeitos.

PONTO 52.º

- 1 — Do síndico: nomeação e atribuições; caracter de sua função; destituição.
- 2 — Arrecadação dos bens.
- 3 — Verificação e classificação dos créditos  
Impugnação. Habilitação dos credores retardatários. Quadro Geral dos credores.

PONTO 53.º

- 1 — Assembléia de credores: constituição e poderes.
- 2 — Relatório do síndico. Eleição do liquidatário.
- 3 — Realização do ativo e liquidação do passivo.

PONTO 54.<sup>o</sup>

- 1 — Da concordata terminativa: quem a pode oferecer; oportunidades; garantias.
- 2 — Sua aceitação e recusa.
- 3 — Seu cumprimento e reabilitação do falido.

PONTO 55.<sup>o</sup>

- 1 — Dos Embargos à Concordata: oportunidade e matéria que nêles pode ser arguida.
- 2 — Seu processo e julgamento.
- 3 — Rescisão da concordata: efeitos.

PONTO 56.<sup>o</sup>

- 1 — Dos processos incidentes na falência: Da reclamação reivindicatória.
- 2 — Da ação revogatória e da revisão de créditos.
- 3 — Dos embargos de terceiro. Processo e prática formulária.

*VI — Da Justiça do Trabalho*

PONTO 57.º

- 1 — Da Justiça do Trabalho: noções gerais, natureza e autonomia.
- 2 — Sua organização, jurisdição e competência.
- 3 — As Juntas de Conciliação; os Conselhos Regionais; o Conselho Nacional do Trabalho.

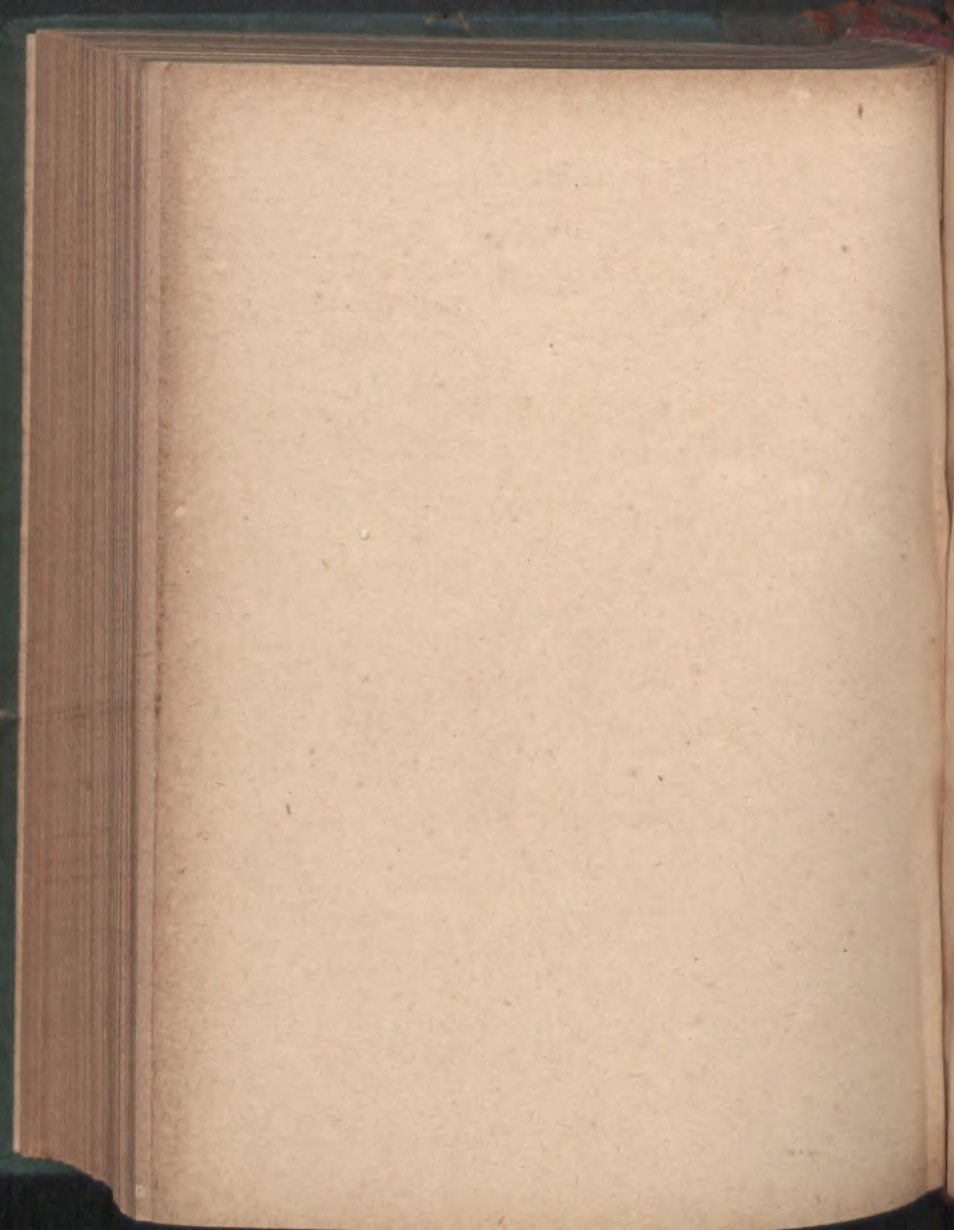
PONTO 58.º

- 1 — Do processo judiciário do trabalho nos dissídios individuais: forma da reclamação, notificação.
- 2 — Da audiência de julgamento: provas, debates, conciliação e decisão.

PONTO 59.º

- 1 — Dos dissídios coletivos: instauração da instância, conciliação e julgamento; da extensão das decisões.
- 2 — Dos recursos na justiça trabalhista.
- 3 — Da execução das sentenças trabalhistas.





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
5.<sup>o</sup> ANO

*DO CURSO DE BACHARELADO*

DIREITO JUDICIÁRIO PENAL

*Prof. Dr Gennaro Lins de Barros  
Guimarães*

1 9 4 9

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 3.ª CADERA

DO

2.º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. Dr. Germano Lima de Barros

Guimarães

1949

3.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO JUDICIÁRIO PENAL*

Dr. GENNARO LINS DE BARROS

GUIMARÃES

Professor Catedrático

I

- 1 — *Processo Criminal.*
- 2 — Suas relações com outras ciências.
- 3 — Divisão do processo criminal em relação à natureza dos delitos e à qualidade dos delinquentes.



I I

- 4 — Principais formas históricas do processo criminal.
- 5 — Sistema acusatório.
- 6 — Sistema inquisitório.
- 7 — Sistema misto.

I I I

- 8 — Da ação penal.
- 9 — Da ação pública.
- 10 — Da ação privada.
- 11 — Da ação cível reparação do dano causado pelo delito.
- 12 — Modos de iniciar a ação criminal.
- 13 — Da queixa.
- 14 — Da denúncia.

I V

- 15 — Da instrução preparatória, sua utilidade e importância.
- 16 — Inquérito policial, autoridades a que incumbe.

V

- 17 — Identificação.
- 18 — Antropometria.
- 19 — Datiloscopia.

V I

- 20 — Da prisão.
- 21 — Detenção.
- 22 — Reclusão.
- 23 — Prisão simples.
- 24 — Da prisão preventiva, seus fins, fundamentos e condições.

25 — Da prisão em flagrante delito, suas condições.

26 — Auto de prisão em flagrante delito.

## V I I

27 — Da fiança.

28 — Seu histórico na antiguidade e na legislação portuguesa.

29 — Da fiança segundo a legislação pátria.

30 — Da fiança provisória.

31 — Da fiança definitiva.

32 — Quebramento e cassação da fiança.

33 — Termo de fiança.

## V I I I

34 — Da prova.

35 — Seu papel em matéria criminal.

36 — Diversas classificações de provas.

I X

- 37 — Da prova testemunhal.
- 38 — Sua antiguidade e seu valor.
- 39 — Classificação de testemunhas.
- 40 — Garantias e condições essenciais.
- 41 — Como devem ser inquiridas.
- 42 — Legislação pátria sôbre a prova testemunhal.
- 43 — Segredo profissional.
- 44 — Acareação.

X

- 45 — Do corpo de delito: sua antiguidade.
- 46 — Do corpo de delito direto.
- 47 — Do corpo de delito indireto.
- 48 — Como devem agir as autoridades incumbidas de proceder ao corpo de delito.



- 49 — Dos peritos.
- 50 — Dos quesitos.
- 51 — Auto de corpo de delito.

## X I

- 52 — Do interrogatório: seu histórico.
- 53 — Teorias a respeito do interrogatório: sistema preferível.
- 54 — Legislação pátria sobre o interrogatório.
- 55 — Da Confissão: sua importância.
- 56 — Condições essenciais à confissão como meio de prova.
- 57 — A confissão tácita é admissível em matéria criminal?

## X I I

- 58 — Das investigações psiquiátricas.

## X I I I

- 59 — Da instituição do juri.

- 60 — Importância social do juri.
- 61 — Formação do tribunal do juri: solenidades essenciais.
- 62 — Comparecimento das partes e das testemunhas.
- 63 — Dos jurados: direitos, deveres e responsabilidades.
- 64 — Dos debates perante o tribunal do juri: acusação, defesa, réplica e tréplica.
- 65 — Dos incidentes.
- 66 — Dos quesitos e da sentença.

#### X I V

- 67 — Dos recursos criminaes e sua necessidade.
- 68 — Recursos necessários e voluntários.
- 69 — Dos recursos admitidos na primeira fase do processo criminal.
- 70 — Da apelação no antigo direito português e na legislação pátria.

- 71 — Casos em que tem lugar, para quem é interposta e seu processo.
- 72 — Do protesto por novo julgamento.
- 73 — Vantagem ou inconveniência dêste recurso: legislação pátria a respeito.
- 74 — Dos embargos ao acórdão.
- 75 — Da revisão.
- 76 — Êrro absoluto e êrro relativo: revisão próprio e pró-societate.
- 77 — Do recurso extraordinário.

X V

- 78 — Do habeas-corpus, sua história, seus fins, suas vantagens.
- 79 — Interposição do habeas-corpus, sem processo e julgamento.

X V I

- 80 — Da extinção da ação penal e da condenação.

81 — Da prescrição.

X V I I

82 — Da suspensão condicional da pena.

83 — Do livramento condicional.

X V I I I

84 — Da execução das medidas de segurança.

X I X

85 — Das nulidades.

X X

86 — Das execuções criminais.

X X I

87 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juiz singular.

X X I I

88 — Do processo e do julgamento dos crimes da competência do juri.



X X I I I

- 39 — Do processo e do julgamento dos crimes de  
responsabilidade dos funcionários públicos.

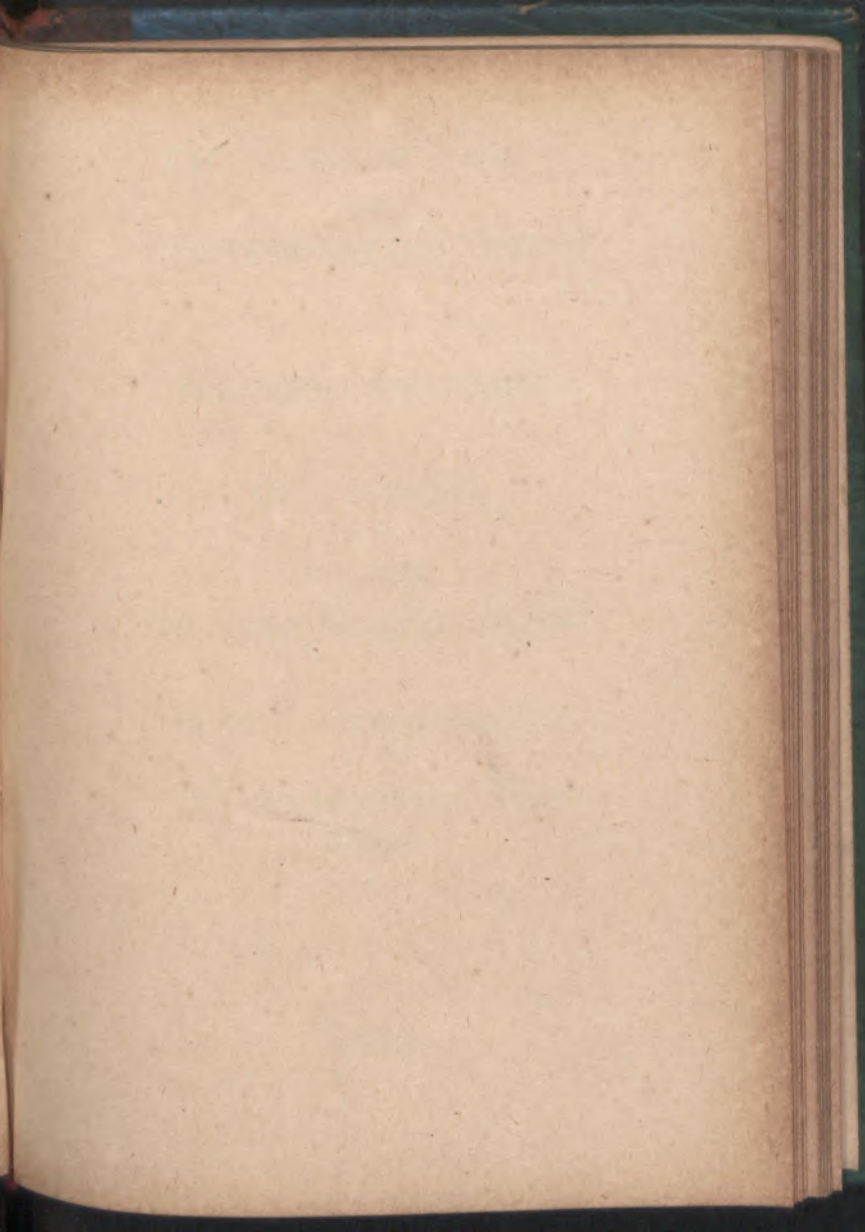
X X I V

- 90 — Contravenções. Estudo e comentário do  
dec. lei n. 3.680, de 3 de Outubro de 1941.

X X V

- 91 — Da advocacia criminal.
- 92 — Exercícios práticos, escritos e orais.

*Dr. Gennaro Lins de Barros Guimarães*  
Professor Catedrático





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 4.<sup>a</sup> CADEIRA

DO

5.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

*Prof. Dr. Luiz Marja de Souza*

*Delgado*

1949



UNIVERSIDADE DO REGIÃO  
DA  
FACULDADE DE DIREITO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 1ª CADERNA

DO

2º ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO ADMINISTRATIVO

Prof. Dr. Luiz Maria de Souza

Pelotas

1919

4.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO ADMINISTRATIVO*

Dr. LUIZ MARIA DE SOUZA DELGADO

Professor Catedrático

PRIMEIRA PARTE

I

- 1 — Administração e política. Os fins do Estado e a prática administrativa.
- 2 — Noção de Direito Administrativo.

- 3 — O Direito Administrativo entre as ciências jurídicas.
- 4 — História do Direito Administrativo.
- 5 — O Direito Administrativo brasileiro.
- 6 — Fontes do Direito Administrativo.
- 7 — Codificação do Direito Administrativo.

I I

- 8 — Problemas gerais do Direito Administrativo.

I I I

- 9 — As pessoas jurídicas do Direito Administrativo: a) o Estado.
- 10 — b) os municípios;
- 11 — c) as autarquias.
- 12 — O Estado e seus órgãos administrativos.
- 13 — Órgãos ativos, consultivos e fiscais.

- 14 — Competência dos órgãos administrativos segundo o território.
- 15 — Competência dos órgãos administrativos segundo a função.
- 16 — Competência dos órgãos administrativos segundo o grau.
- 17 — Centralização e descentralização.
- 18 — Os agentes dos órgãos administrativos. A função pública.
- 19 — Funcionário civis e militares.
- 20 — Extranumerários.
- 21 — Funcionários especiais.
- 22 — Direitos dos funcionários.
- 23 — Deveres dos funcionários. Responsabilidade.
- 24 — Utilidade pública.



I V

- 25 — A relação jurídica no Direito Administrativo.
- 26 — As faculdades da administração.
- 27 — O poder de polícia.
- 28 — O serviço público.
- 29 — Os direitos dos administrados.
- 30 — Origem da relação jurídica. Os atos jurídicos no Direito Administrativo.
- 31 — Os atos administrativos.
- 32 — Os atos certificativos.
- 33 — Contratos administrativos.
- 34 — Concessão de serviços públicos.

V

- 35 — Objeto das relações jurídicas: a) os bens;
- 36 — b) as prestações.

37 — Fornecimentos e concorrência.

38 — Requisição e desapropriação.

## V I

39 — Responsabilidade da administração pública.

40 — Tribunais administrativos especiais.

41 — Controle judiciário da atividade administrativa.

## SEGUNDA PARTE

42 — Administração e finanças. Administração fazendária e financeira.

43 — Fiscalização orçamentária. Tribunais de contas.

44 — Relações exteriores.

45 — Defesa nacional.

46 — Administração da justiça.

47 — Polícia da ordem pública.

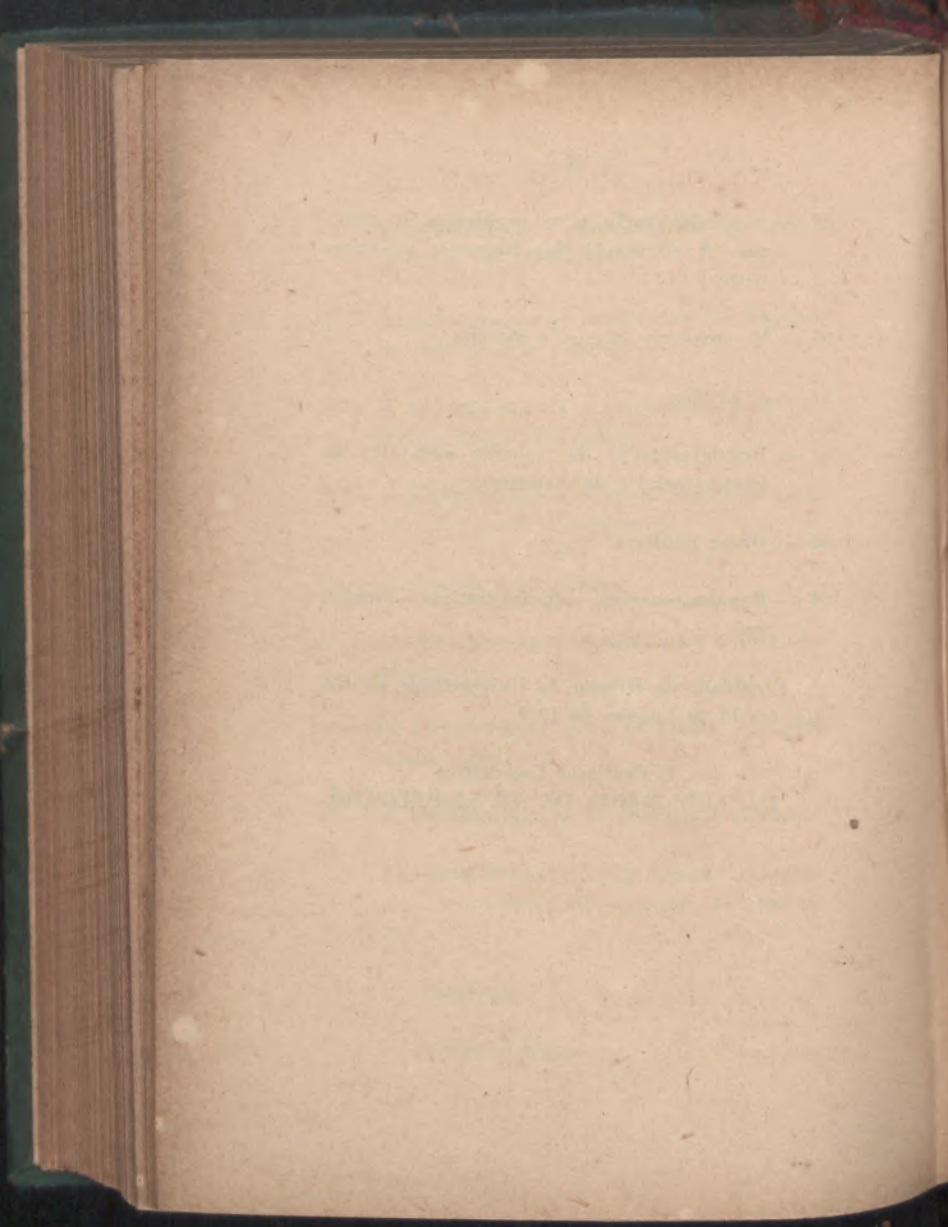
- 48 — Regulamentação administrativa das manifestações do pensamento.
- 49 — Regulamentação administrativa dos direitos de associação e reunião.
- 50 — A administração e o conhecimento da realidade social. Estatística.
- 51 — A administração e os problemas demográficos. Nacionais e estrangeiros.
- 52 — Emigração e Imigração.
- 53 — A administração e os problemas sanitários e higiênicos.
- 54 — A administração e os problemas de assistência social.
- 55 — A administração e os problemas culturais.
- 56 — A administração e os problemas econômicos. A produção de riquezas: a) Agricultura.
- 57 — b) Mineração.
- 58 — c) Indústrias básicas.

- 59 — A administração e os problemas econômicos. A circulação das riquezas: a) transportes;
- 60 — b) comércio interno e externo;
- 61 — c) crédito.
- 62 — Regulamentação do trabalho para fins de justiça social e de assistência.
- 63 — Obras públicas.
- 64 — Regulamentações administrativas municipais.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife, em 15 de Janeiro de 1949.

O Professor Catedrático  
Dr. LUIZ MARIA DE SOUZA DELGADO





FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RECIFE

PROGRAMA DE ENSINO

DA 5.<sup>a</sup> CADEIRA  
DO  
5.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO INTERNACIONAL  
PRIVADO

*Prof. Dr. Sérgio Loreto Filho*

1949

FACULDADE DE DIREITO  
DA  
UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE ENSINO

DA 2.<sup>a</sup> CADERA  
DO  
2.<sup>o</sup> ANO

DO CURSO DE BACHARELADO

DIREITO INTERNACIONAL  
PRIVADO

Prof. Dr. Sérgio Lourenço Filho

1949

5.<sup>a</sup> CADEIRA

*DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO*

DR. SÉRGIO LORETO FILHO

Professor Catedrático

§ 1.<sup>o</sup> — INTRODUÇÃO

I

- 1 — A disciplina do Direito Internacional Privado. Abrange conhecimentos fenomênicos, científicos, propriamente ditos, e técnicos. Sua importância.
- 2 — Seu estudo no Brasil. — Histórico.



- 3 — Bibliografia brasileira: PIMENTA BUENO, CLOVIS BEVILAQUA, RODRIGO OTAVIO GOMES DE CASTRO, EDUARDO ESPINDOLA, HAROLDO VALADÃO, PONTES DE MIRANDA, TITO FULGÊNCIO, OSCAR TENÓRIO.

I I

- 4 — O fenômeno de Direito Internacional Privado através da História. A Sociedade Internacional e sua regulamentação jurídica.
- 5 — Influência que, sobre o Direito Internacional Privado, têm tido as tendências humanitarista e nacionalista do instinto social humano. Ações e reações recíprocas dessas duas tendências através da História. — O exclusivismo primitivo dos Romanos e o humanitarismo dos últimos tempos de sua história.
- 6 — O predomínio da tendência nacionalista, representada pelo personalismo dos Germanos e pelo territorialismo fragmentado da Época Feudal. A reação do humanitarismo manifesta-se através da grande criação dos Post-glosadores — a "*Teoria dos Estatutos*" — a qual constitui a primeira elaboração

conciente de normas do Direito Internacional Privado. Nêsse momento o homem se apercebe do fenômeno e se inicia na técnica de o disciplinar. O aprimoramento e a sistematização daquelas normas passa, então, a constituir crescente preocupação humana, assumindo, ora, a feição de tarefa coletiva, tanto particular como oficial.

### I I I

- 7 — A legislação e a codificação\* do Direito Internacional Privado. Codificar e uniformizar. A uniformização internacional dos direitos privados internos. Uniformização do Direito Comercial; Congresso de Antuérpia e Bruxelas (1888); — COMITÉ MARITIME INTERNATIONAL; convenções de Bruxelas de 1910, uma sôbre o abalroamento, e, outra, sôbre a assistência e salvação marítimas; conferências internacionais de Direito Marítimo, de Bruxelas, de 1924 e 1926, nas quais foram firmadas, respectivamente, as convenções de 25 de agosto de 1924, sôbre a responsabilidade dos proprietários de navios, e de 10 de abril de 1926, sôbre privilégios e hipotecas marítimas, ambas ratificadas pelo Brasil. (Vejam-se às págs. 24.570 e 23.546 do *Diário Oficial*, outubro

e novembro de 1935). O Congresso Internacional de Direito Marítimo de 1892, em Génova.

- 8 — *A tarefa codificadora de Direito Internacional Privado* — Possibilidade da codificação; obstáculos. Suas modalidades: individual e coletiva de iniciativa particular e de iniciativa oficial;

A) *O Labor individual:*

Ferrater, Barcelona, 1846; Augusto Paroldo, Turim, 1851; Alfonso Domin Petruschevitz, Leipzig, 1861; Bluntschli, Heidelberg, 1868; David Dudleyfield, New York, 1870; Olivares Bieć, Madrid, 1879; Gonçalo Ramirez, Buenos Aires, 1888; Pascoale Fiore, Itália, 1890; Internóscia, New York, 1910; Lafayette Rodrigues Pereira, Rio, 1911; A. S. de Bustamante, Havana, 1925.

- 9 — B) *O Labor coletivo* — Associações mundialmente notáveis:

a) — “A Associação Internacional para o Progresso das Ciências” (*International Association for the Promotion of Social Science*, Bermingham, 1857).

b) — Associação Internacional para a Reforma e Codificação do Direito das Gentes (*International Association for the Reform and Codification of the Laws of Nations*), fundada em 1873; primeira reunião em Bruxelas, 1873; denominada a partir de 1885 — *International Law Association*);

c) — O “Instituto de Direito Internacional”, fundado em 1873, realizou a sua primeira reunião em Gand, nêsse mesmo ano;

d) — O Instituto Americano de Direito Internacional, instalado em Washington em janeiro de 1916.

#### I V

10 — A codificação oficial. Iniciativas Italianas. MANCINI. (1861 a 1888).

11 — Iniciativas oficiais holandesas. ASSER. As conferências de Haia 1883, 1894, 1900, 1904, 1925, 1928) e seus resultados.

Resultado das Conferências de Haia:

I — Convenção relativa ao Processo Civil,



assinada aos 17 de julho de 1905. Substituiu a de 25 de maio de 1899.

II — Convenção para regular os conflitos de leis em matéria de casamento, assinada em Haia, aos 12 de junho de 1902.

III — Convenção para regular os conflitos de leis e de jurisdição em matéria de divórcio e de separação de corpos, assinada, aos 12 de junho de 1902.

IV — Convenção para regular a tutela dos menores, assinada em Haia aos 12 de junho de 1902.

V — Convenção de 17 de julho de 1905, para regular os conflitos de leis relativos aos efeitos do casamento, sobre os direitos e os deveres dos cônjuges em suas relações pessoais e patrimoniais.

VI — Convenção de 17 de julho de 1905 sobre a interdição e medidas de proteção análogas.

VII — Convenção de 17 de julho de 1905

sobre conflitos de leis em matéria de sucessões e testamentos.

12 — c) — A contribuição americana:

I — *Congresso de Lima* (1877-1878). II — *Congresso de Montevideo* (1888-1889).

III — *As Conferências Panamericanas*:

A) — Primeira Conferência Panamericana — (Washington, 1889-1890). Criação da "União Internacional das Repúblicas Americanas".

B) — Segunda Conferência Panamericana — (México, 1901-1902). Ao delegado do Brasil, dr. José Higino Duarte Pereira, coube a primazia do movimento codificador do direito internacional, no seio das Conferências Panamericanas.

C) — Terceira Conferência Panamericana — (Washington, 1889-1890) — Criação da *Comissão de Jurisconsultos*.

D) — Quarta Conferência Panamericana — (Buenos Aires 1910). No intervalo da 4.<sup>a</sup> para a 5.<sup>a</sup> Conferência, em 1912, na cidade

do Rio de Janeiro, a "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos" realizou a sua primeira reunião.

E) — Quinta Conferência Panamericana — (Santiago, 1923) — A "Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos" realizou a sua segunda e última reunião em 1927 no Rio de Janeiro.

F) — Sexta Conferência Panamericana — (Havana, 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1928). Aprovação do Código de Direito Internacional Privado (*Código Bustamante*).

G) — Sétima Conferência Panamericana — (Montevideo, 1933).

H) — Oitava Conferência Panamericana — (Lima, 1938).

I) — Nona Conferência Panamericana — (Bogotá, 1948).

Ligeiro exame da Convenção de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, que pôs em vigor o *Código Bustamante*:

Direito de reserva quanto à aceitação de

um ou vários artigos do Código. Entrada em vigor. Ratificação. É uma Convenção aberta: forma da adesão por parte de outros Estados ou pessoas jurídicas internacionais. Reforma e denúncia.

O Congresso do Brasil aprovou a Convenção Panamericana de Direito Internacional Privado, de Havana, de 17 de fevereiro de 1928, pelo decreto n.º 5.647, de 7 de janeiro de 1928, publicado em o "*Diário Oficial*" de 22 de outubro do mesmo ano.

§ 2.º — ASSUNTOS GERAIS

V

- 13 — As várias denominações dadas á disciplina.
- 14 — Definições do Direito Internacional Privado. Seu verdadeiro conceito.
- 15 — Sua posição no seio da Enciclopédia Jurídica. PILLET e JITA. Relações com outros ramos jurídicos.

V I

- 16 — Determinação do fundamento do Direito Internacional Privado.



a) — Os post-glosadores e os estatutários franceses do 16.<sup>o</sup> século.

17 — b) Os holandeses e os anglo-americanos. A *Comitas gentium* ou cortezia das soberanias.

18 — c) — A idéia de justiça; a comunidade jurídica das nações (SAVIGNY); a comunidade jurídica universal do gênero humano (JITTA, *La Méthode du Droit International Privé*, pág. 58).

O verdadeiro fundamento: A solidariedade universal dos homens, entendido tal fato como uma das manifestações do instinto social do homem, fenômeno imanente à sua própria natureza.

## V I I

19 — Objeto do Direito Internacional Privado: seu conteúdo. O critério clássico: solver os conflitos de leis.

20 — O tríptico conteúdo do mesmo objeto. Exame do estado atual da questão: PILLET, CLOVIS, MACHADO VILELA.

21 — Caracteres genéricos e específicos do pro-

blema dos direitos dos estrangeiros e do problema do respeito aos direitos adquiridos no estrangeiro.

## V I I I

- 22 — Fontes do Direito Internacional Privado: Costumes, tratados e leis internas.
- 23 — Carater das regras do Direito Internacional Privado destinadas a solução dos conflitos legislativos. "Teoria da recepção" de MARINONI e "teoria da competência legislativa" de GHIRARDINI e MACHADO VILELA.
- 24 — Aplicação das normas do Direito Internacional Privado.

## I X

- 25 — O ESTUDO DA NACIONALIDADE E DO DOMICÍLIO. Nacionalidade originária e nacionalidade adquirida. (*jus sanguinis* e *jus soli*).

Naturalização. Direito dos naturalizados. Perda e readquisição da nacionalidade. Nacionalidade das pessoas coletivas.

26 — Conflitos de lei em matéria de nacionalidade. Dupla nacionalidade e ausência de nacionalidade.

27 — Regras do *Código Bustamante* em matéria de nacionalidade e naturalização. A determinação da nacionalidade de origem (art. 9). Conflitos em matéria de nacionalidade de origem (art. 10). — *A lex fori* como subsidiária (art. 11). — Adquisição individual da nacionalidade (art. 12). Naturalização tácita e naturalização coletiva (art. 13). Perda da nacionalidade (art. 14). Readquisição da nacionalidade (art. 15). Convenção sobre a nacionalidade, assinada em Haia aos 12 de abril de 1930 e ratificada pelo Governo Brasileiro pelo Decreto n.º 21.798, de 6 de setembro de 1932 — *Diário Oficial* de 17 de março de 1933.

— Convenção sobre a nacionalidade, firmada em Montevidéo a 26 de dezembro de 1933, por ocasião da VIII Conferência Pan-americana, ratificada pelo Gov. Brasileiro por Dec. n.º 2.572, de 18 de abril de 1923. (*V. Diário Oficial*, pág. 8.063, abril de 1938). — Nacionalidade das pessoas coletivas: Disposições do *Código Bustamante* (arts. 16 a 21).

X

28 — *Da nacionalidade brasileira* — Quem é brasileiro nas constituições brasileiros de 1891 (art. 69), de 1934 (art. 106); na outorgada de 1937 (art. 115); na de 1946 (art. 129); e no Decreto-lei n.º 389, de 25 de abril de 1938, publ. no *Diário Oficial* de 29 de abril, pág. 8.092). — Brasileiros de origem nascidos fóra do Brasil. (Decreto-lei n.º 389, citado, art. 7.º). — A aquisição da nacionalidade brasileira pela naturalização. (Decreto-lei n.º 389, citado, arts. 6.º e seguintes). Processo da naturalização. — Direito dos estrangeiros naturalizados.

29 — *Perda da nacionalidade brasileira*: Constituições de 1891 (art. 71, § 2.º); de 1934, (art. 107) e outorgada de 1937 (art. 116); de 1946, vigente, art. 130; Decreto-lei n.º 389, citado (art. 2.º). A mulher brasileira que se casa com um estrangeiro perde a sua nacionalidade?

A nacionalidade das pessoas coletivas no Direito Brasileiro (Dec. 10.524, de 23-10-1913, art. 16 § 1.º) e no Cód. BUSTAMANTE (arts. 16 e 20).

30 — *Do Domicílio*. — Conceito, aquisição e



perda no direito brasileiro (Cod. Civ., arts. 31 a 42) e no Cód. Bustamante.

§ 3.º — DA CONDIÇÃO DOS ESTRANGEIROS

X I

- 31 — *Primeiro grande problema do Direito Internacional Privado*: — o do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros.

História da condição dos estrangeiros: a)  
— Entre os povos da Antiguidade Oriental:  
Hindús, Egípcios, Hebreus e Chineses.

b) — Entre os povos da Antiguidade Européia: Gregos, Romanos e Germanos.

- 32 — A condição dos estrangeiros na Idade Média. — Os Francos. Como o personalismo do direito bárbaro se transformou no rigoroso territorialismo feudal. O direito de *albinágio*; a cavagem; o *droit de formariage*).

Modificação da condição dos estrangeiros na França após a vitória da realeza. Direi-

tos políticos e direitos privados. (*O Jus detractus, droit de detraction*).

- 33 — A condição dos estrangeiros nos tempos modernos. O movimento filosófico do século XVIII; a Revolução Francesa. — Os decretos de 6 de agosto de 1790 e de 8 de abril de 1791, revogando o *droit D'AUBAINE* e o *droit de detraction* — A influência da Revolução Francesa entre os outros povos.

## X I I

- 34 — Objetivação do princípio do reconhecimento da personalidade jurídica dos estrangeiros na atualidade.
- 35 — Direitos geralmente concedidos aos estrangeiros: direitos públicos não políticos e direitos privados.

Que se entende por Direito Internacional Operário?

- 36 — Tratado de Havana, de 1928, sobre a condição jurídica dos estrangeiros.

Disposições do Código Bustamante:

Direitos civis (art. 1.<sup>o</sup>); restrições de ordem pública; as garantias individuais e a exceção dos direitos políticos (art. 2.<sup>o</sup>) — O decreto do Governo Brasileiro, n.<sup>o</sup> 5.647, de 8 de janeiro de 1939, aprovou a Convenção de Havana de 18 de fevereiro de 1928, publicada pelo Decreto n.<sup>o</sup> 18.956, de 22 de outubro de 1929, sobre a condição jurídica dos estrangeiros.

#### X I I I

37 — Condição jurídica dos estrangeiros no Brasil. A tradição liberal no nosso direito.

38 — Ao tempo do Império.

39 — Sob o regimen republicano: A constituição de 1891. A Constituição de 1934; as garantias individuais (art. 113): direito à educação (art. 149). A outorgada de 10 de Novembro de 1937; direitos e garantias individuais (art. 122). A Constituição de 1946 (art. 141).

a) — Os direitos privados (Código Civil de 1916, (art. 3.<sup>o</sup>).

b) — A navegação de cabotagem. Consti-

tução de 1891 (art. 13 § único); Constituição de 1934 (art. 5.º, XIX, letra e); Constituição de 1937, (art. 16, n.º XII). e) — As pessoas jurídicas de direito público e as do direito privado; reconhecimento e capacidade. — Código Civil, art. 19, 20, 21, da Introdução, revogada, e art. 11 da nova Lei de Introdução, decreto n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, pág. 13.635). d) — Os cargos públicos, civis, ou militares. (Const. de 1934, art. 163).

e) — Entrada de estrangeiro no território nacional (Decreto-lei n.º 406, de 4 de maio de 1933, modificado pelo Decreto-lei n.º 639, de 20 de agosto de 1938 e regulamento pelo decreto n.º 3.010 de 20 de agosto de 1938 (este último publicado no *Diário Oficial* de 22 de agosto do mesmo ano, pág. 16.792).

f) — A expulsão de estrangeiros. (Const. de 1934, art. 113, n.º 15; Const. de 37, art. 122, n.º 3; lei n.º 4.247, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n.º 24.215, de 9 de maio de 1934; Decreto-leis, ns. 392, de 24 de abril de 1938, e 479, de 8 de junho de 1938



(este último publicado no *Diário Oficial* de 11 de junho de 1938, pág. 11.680). (1)

g) — Caução suficiente às custas judiciárias (art. 18 de Introdução ao Código Civil de 1916).

#### § 4.º — DOS CONFLITOS DAS LEIS

#### X I V

- 40 — *Segundo grande problema do Direito Internacional Privado: o da solução dos conflitos de leis no espaço. Como resolvê-lo?*

Conflito entre leis de um mesmo país. Conflito de leis no tempo e conflito de leis no espaço.

- 41 — Elementos de conexão das relações jurídicas com as legislações dos vários Estados.
- 42 — Sistemas de soluções. Territorialismo e per-

---

(1) — Sobre Extradicação veja-se o Decreto-lei n.º 304, de 28 de abril de 1938 (*Diário Oficial* pág. 8.169).

sonalismo das leis. Necessidade de promover a coordenação das diversas legislações, as quais devem ser consideradas como legítimas, eficazes e aplicáveis. O princípio: Sua existência e caráter. Tendência evolutiva.

## X V

- 43 — Evolução histórica dos sistemas de solução dos conflitos de leis: "*A Teoria dos Estatutos*" e suas quatro fases ou escolas :

I — *A Escola Estatutária Italiana* — Onde se originou; causa do seu aparecimento; duração de sua aplicação. A obra de seus doutrinadores principais: *Bártolo e Dumoulin*.

II — *A Escola Francesa do século 16.* — A Doutrina de *D'Argentré*: *A personalidade dos estatutos é excepcional e se apoia em uma idéia de justiça.* — Os Estatutos mixtos de *D'Argentré*.

- 44 — III — *A Escola Holandesa* — Quando e por que surgiu. Seus elaboradores: *Borgúndio, Paulo e João Voécio*. A personalidade dos estatutos decorre da *comitas gentium* — Os

estatutos mixtos de *Paulo Voécio*: os estatutos dos atos.

IV — A *Escola Francesa do século 18*. Quando appareceu. Suas idéias principais. — Escola de transição. Seus principais representantes: *Boullenois, Froland e Boucher* — Crítica geral da "*Teoria dos Estatutos*".

45 — A *Teoria Neo-Estatutária de De Vareilles Sommières*.

A doutrina Anglo-Americana. — É profundamente impregnada das idéias estatutárias. — Em que consiste. — Seu princípio básico: a *territoriabilidade* das leis temperada pela *comitas gentium* quanto ao estudo e à capacidade das pessoas. Como se originou esta Escola. Crítica.

## X V I

46 — Escolas científicas para a solução dos conflitos de leis. Suas idéias fundamentais.

— O princípio da comunidade do direito e seus limites. — Razão da applicação das leis estrangeiras.

- 47 — Teorias alemãs de WAECHTER e de SCHAEFFNER. Doutrina de SAVIGNY: princípios informadores e soluções. Sua grande influência. — Doutrina de MANCINI: seus princípios, soluções e influência.
- 48 — Doutrina de PILLET: pontos característicos e influência. — Doutrina de MACHADO VILELA: normas orientadoras. A natureza das relações jurídicas e o fim social das leis como processo de determinação da lei normalmente competente. Classificação quádrupla das leis. — Doutrina de BUSTAMANTE: Leis de ordem pública internacional, Leis de ordem pública interna e leis de ordem privada.

## X V I I

- 49 — Rápido exame das principais regras de Direito Internacional Privado consignadas nas diversas fontes:

I — *No costume internacional:*

- 50 — II — *No direito interno:*

- a) Código civil da Prússia, de 1794.
- b) Código civil francês, de 1804;



- c) Código civil italiano, de 1865;
- d) Código civil argentino, de 1871;
- e) Código civil alemão, de 1896;
- f) Direito brasileiro: Introdução ao Código civil de 1916 e Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

- 51 — Nos tratados normativos:
- I — No Tratado de Lima;
  - II — Nos Tratados de Montevidéo;
  - III — Nas Convenções de Haia;
  - IV — *Código Bustamante* (Havana 1928).

## X V I I I

- 52 — Das leis cuja competência decorre da nacionalidade ou do domicílio da pessoa (*leis ou estatutos pessoais*) — Qual deve ser o elemento determinador da lei pessoal — a *nacionalidade ou o domicílio*?
- 53 — Esfera de aplicação das leis pessoais: estado e capacidade das pessoas, direitos de família, direitos de sucessão e doações.
- 54 — Dos conflitos de leis pessoais e de sua solução.

X I X

55 — DAS LEIS PESSOAIS NO DIREITO BRASILEIRO. — O decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, artigos 7.º e 10. Decreto-lei n.º 5.187, de 13 de janeiro de 1943.

56 — Esfera de aplicação das leis pessoais no regime da lei brasileira: regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família e sobre a sucessão por morte ou por ausência.

A lei pessoal será a lei do domicílio, salvo quanto ao divórcio de brasileiros, os quais, no assunto, continuarão sujeitos à lei brasileira. (Dec. 4.657, citado, art. 7.º § 6.º).

57 — Das leis pessoais no CÓDIGO BUSTAMANTE (*Leis de ordem pública Interna*).

X X

58 — Das leis cuja competência decorre do lugar onde está situada a coisa ou onde se realizar o fato jurídico (leis ou estatutos reais).

59 — Esfera de aplicação dessas leis de compe-

tência localizada: a propriedade imóvel; a forma externa dos atos; os direitos de crédito; a responsabilidade pelos fatos ilícitos; a competência e a forma do processo; a falência.

- 60 — Das leis de competência localizada no direito brasileiro e no "*Código Bustamante*" (*Leis de ordem pública internacional*) (Veja o enunciado 69) — Esfera de aplicação de tais leis em ambos os sistemas jurídicos.

## X X I

- 61 — Das leis cuja competência decorre da manifestação da vontade das partes (*leis voluntárias*).
- 62 — O princípio da autonomia da vontade e sua evolução. DUMOULIN. Campo de aplicação do princípio: contratos e atos unilaterais, regimen de bens no casamento, testamentos e doações.
- 63 — Das leis de competência voluntária no direito brasileiro e no "*Código Bustamante*" (*Leis de ordem privada*).

X X I I

64 — Questões complementares: I — Dos conflitos de qualificação. BARTIN.

65 — Conflitos entre regras fixadoras de competência legislativa internacional. Conflitos positivos e conflitos negativos. Solução dos conflitos negativos com a adoção da "Teoria da referência à lei estrangeira de direito interno" e da "Teoria do Retorno" ou da "devolução". — Qual a preferível?

66 — Conflitos no tempo entre regras de conflitos de leis no espaço. — A fraude em Direito Internacional Privado. — Conflitos de Jurisdição.

X X I I I

67 — O princípio da ordem pública internacional.

68 — A questão da ordem pública internacional no direito brasileiro. Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, art. 17.

69 — Como o "Código Bustamante" conceitua as leis de ordem pública internacional. (Art. 3.º n.º III).



§ 5.º — DO RESPEITO INTERNACIONAL  
AOS DIREITOS ADQUIRIDOS

- 70 — TERCEIRO GRANDE PROBLEMA DO  
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO:  
— o do reconhecimento internacional dos  
direitos adquiridos.
- 71 — Orientação geral do direito brasileiro (Dec.  
lei n.º 4.657, cit., art. 17) Limites e con-  
dições.
- 72 — Disposições do “*Código Bustamante*” (Art.  
8.º).

X X I V

- 73 — Do reconhecimento dos direitos assegura-  
dos em sentenças de tribunais estrangeiros.  
— Execuções das sentenças estrangeiras.
- 74 — Sistemas doutrinários e legislativos quanto  
à execução das sentenças estrangeiras.
- 75 — A execução das sentenças estrangeiras no  
Brasil (Artigos 15 de lei de Introdução ao  
Cód. Civil, e 785 a 789 do Código do Pro-  
cesso Civil, baixado, pelo Decreto-lei n.º

1.608, de 18 de setembro de 1939). — Cód.  
de Processo Penal, arts. 787 a 790.

CÓD. BUSTAMANTE, arts. 423 a 437.

Faculdade de Direito da Universidade do  
Recife, em 3 de Janeiro de 1949.

O Professor Catedrático  
DR. SÉRGIO LORETO FILHO

F. D. R.

378.81

R 297 p.

2/85

